



PENSATA | REVISTA DOS ALUNOS DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP

V.8 N.1 | DEZEMBRO DE 2019

ESPECIAL
II SEMANA DA PÓS GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP

COMISSÃO EDITORIAL PENSATA

BÁRBARA ARIOLA | CAROLINA ALENCAR | DAYANE FERNANDES | EDUARDO FERNANDES
GABRIEL ROMERO | JULIANA BARROS | JULIANA CARVALHO | LINDOLFO CAMPOS
MARCEL COUTO | THAÍS LIMA | WILVER PORTELLA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Reitora: Prof^a. Dr^a. Soraya Soubhi Smaili

Vice-reitora: Prof^a. Dr^a. Valéria Petri

ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Prof^a. Dr^a. Magali Aparecida Silvestre

Vice-diretor: Prof. Dr. Janes Jorge

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenação: Prof. Dr. Bruno Konder Comparato

Vice-coordenadora: Prof^a. Dr^a. Tatiana Savoia Landini

PENSATA | Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. v. 8, n. 1, ano 9. 2019. Semestral. ISSN: 2237-678X.

CHEFIA EDITORIAL

Carolina Alencar, Juliana Carvalho e Wilver Portella.

COMISSÃO EDITORIAL

Bárbara Ariola, Carolina Alencar, Dayane Fernandes, Eduardo Fernandes, Gabriel Romero, Juliana Barros, Juliana Carvalho, Lindolfo Campos, Marcel Couto, Thaís Lima e Wilver Portella.

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Barbosa (UNIFESP), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Henrique Amorim (UNIFESP), Ana Lúcia Teixeira (UNIFESP), Daniel Vasquez (UNIFESP), Davisson de Souza (UNIFESP), Carolina Pulici (UNIFESP), Cynthia Sarti (UNIFESP), Melvina Araújo (UNIFESP), Antônio Sérgio Carvalho Rocha (UNIFESP), Alexandre Barbosa Pereira (UNIFESP), Debora Alves Maciel (UNIFESP), Mauro Rovai (UNIFESP), Valeria Macedo (UNIFESP), Débora Cristina Goulart (UNIFESP), Carlos Alberto Steil (UNIFESP), Adriano Codato (UFPR), Andréia Galvão (Unicamp), Bruno Wilhelm Speck (USP), Célia Tolentino (Unesp), Cornelia Eckert (UFRGS), Dagoberto José Fonseca (Unesp), Edmundo Peggion (Unesp), Heloisa Dias Bezerra (UFG), João José Reis (UFBA), José Paulo Martins Junior (UNIRIO), Juri Yuri Castelfranchi (UFMG), Laura Moutinho (USP), Lucila Scavone (Unesp), Luiz Antonio Machado da Silva (UFRJ), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Márcio Bilharinho Naves (Unicamp), Marco Aurélio Nogueira (Unesp), Milton Lahuerta (Unesp), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Peter Fry (UFRJ), Renato Athias (UFPE), Renato Sztutman (USP), Revalino de Freitas (UFG), Rogério Baptistini Mendes (FESPSP), Rosana Baeninger (Unicamp), Sergio Adorno (USP).

ENDEREÇO PENSATA: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata>

CONTATO: trabalhospensata@gmail.com

ARTIGOS

O NOVO CICLO GREVISTA E O REVIGORAMENTO DO SINDICALISMO
BRASILEIRO NOS ANOS 2000

PAULO SOARES CORREIA

006

ENVELHECÊNCIA, GÊNERO E SEXUALIDADE: OLHARES E
DESDOBRAMENTOS SOBRE DISSIDÊNCIAS E PROCESSOS DE
ENVELHECIMENTO

EVELINE CORI

026

BREVE DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE PESQUISA DA
**DISSERTAÇÃO “O PENSAMENTO ‘SEXUAL’ BRASILEIRO – A
SEXUALIDADE MELANCÓLICA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA”**

FERNANDO FILHO

038

ÉTIENNE BALIBAR E LOUIS ALTHUSSER: ESTADO E IDEOLOGIA

JOÃO GUILHERME A. DE FARIAS

056

MODERNIDADE E DIFERENCIAÇÃO FUNCIONAL: OBSERVAÇÃO DE
UMA RACIONALIDADE CONTINGENTE

LIDIANE R. DOMINGUES

082

ESCOLHAS RELATIVAS: UMA ANÁLISE DO RECRUTAMENTO SOCIAL
NO CURSO DE MEDICINA DA UNIFESP

WILVER CUNHA PORTELLA

099

FOTOS

II SEMANA DA PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP

CAROLINA ALENCAR

121

EDITORIAL

A 12ª Edição da Revista Pensata se trata do que chamamos de uma edição especial. Os artigos aqui publicados são resultados da II Semana da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, realizado entre os dias 6 e 8 de Novembro de 2019. O evento contou com apresentações de aluno e ex-alunos do Programa, que trouxeram contribuições dos mais diversos campos das Ciências Sociais e possibilitaram um rico espaço de debate entre os próprios autores, os professores mediadores e os ouvintes das mesas.

Dito isso, portanto, gostaríamos de agradecer primeiramente aos alunos e ex-alunos que apresentaram os seus respectivos trabalhos e que autorizaram a sua publicação nesta edição, aos professores do PPGCS pelas leituras e comentários cuidadosos em relação a esses trabalhos, aos organizadores do evento, e todos aqueles que auxiliaram na execução de mais um volume da Pensata

Os sete GTs do evento abordaram temas transversais e necessários no âmbito das Ciências Sociais: violência e segurança pública, teoria política, cidades e etnografias, música, teoria sociológica, ação coletiva, sociologia do trabalho, sexualidade e gênero, identidade, migração, entre tantos outros. A ideia foi conhecer e discutir os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelos pesquisadores do PPGCS, divulgando esses trabalhos para a comunidade acadêmica e também para o público em geral.

Desta forma, a presente edição possui um formato diferente das anteriores, por não apresentar as sessões tradicionais da Revista: Obras Visuais, Debates e Dossiê. Aqui foram publicados os trabalhos considerados destaques na II Semana, selecionados por professores do PPGCS que assistiram as apresentações e fizeram comentários aos autores.

Esperamos que esse número da Pensata possa difundir as pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP a partir dos trabalhos publicados, além de estimular também a entrada de novos membros no Programa, interessados nesses temas afins e em outros desenvolvidos no PPGCS.

Uma boa leitura a todos!

Comissão Editorial – Pensata!

ARTIGOS

O NOVO CICLO GREVISTA E O REVIGORAMENTO DO SINDICALISMO BRASILEIRO NOS ANOS 2000

Paulo Soares Correia¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar alguns resultados da pesquisa, em andamento, sobre o revigoramento do sindicalismo brasileiro nos anos 2000 e suas contradições.

O sindicalismo brasileiro a partir dos anos 2000, passou por um processo de recuperação do trauma que significou a década neoliberal dos anos 90. O caráter das greves passou de defensiva para ofensiva a partir de 2004. As negociações coletivas garantiram aumentos salariais acima da inflação. Ampliou-se o espaço político dos sindicatos, especialmente das centrais sindicais. Diante desse cenário uma questão se torna pertinente, é possível falar em renovação ou revitalização sindical no Brasil?

Por caminhos diferentes Galvão (2014) e Krein e Dias (2017) vão analisar a trajetória recente do sindicalismo brasileiro à luz do conceito de revitalização.

Galvão utilizou os conceitos de sindicalismo de parceria e radical para chegar à conclusão de que não há evidências suficientes para sustentar a existência de um processo de revitalização sindical no Brasil, pois a “retomada das greves, a obtenção de resultados econômicos positivos e a maior legitimidade auferida pelos sindicatos contrastam com resultados modestos no plano político-ideológico e organizativo” (GALVÃO, 2014, p. 114)

A manutenção da estrutura sindical e a extensão do repasse do imposto sindical as centrais sindicais reforçam a dependência do sindicalismo brasileiro do Estado e o pouco enraizamento nos locais de trabalho, evidência que a revitalização que possa ser atribuída a existência de um sindicalismo radical² é um processo minoritário e restrito a cúpula sindical. Na conclusão da autora “o sindicalismo de

¹ Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da EFLCH/Unifesp, bacharel em Ciências do Trabalho pela Escola DIEESE de Ciências do Trabalho e bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). E-mail: paulinhoquimi@yahoo.com.br

² Na experiência recente do sindicalismo brasileiro, notamos o surgimento de duas centrais sindicais que podemos caracterizar como sindicalismo político radical, no que se refere ao aspecto ideológico de esquerda: a Conlutas (2004) e a Intersindical (2006).

parceria se afastou das ruas por receio de mobilizar os trabalhadores contra um governo aliado, esse vazio não foi preenchido pelo sindicalismo radical, que enfrenta dificuldades para organizar e mobilizar os trabalhadores.” (GALVÃO, 2014, p. 114)

Krein e Dias utilizaram quatro dimensões de revitalização sindical (institucional, filiação, econômica e política) para ser referência de análise da atual situação do sindicalismo brasileiro.

[...] a dimensão “institucional” é básica na medida em que considera as suas estruturas organizacionais e de governança, o seu funcionamento interno e a capacidade de se ajustar a novos contextos e desenvolver novas estratégias; a dimensão filiação diz respeito ao reforço da legitimidade, representatividade e poder negocial através do aumento do número absoluto de associados, da taxa de sindicalização e da diversificação da sua composição interna acompanhar as modificações na força de trabalho; a dimensão econômica centra-se na capacidade de obtenção de melhorias salariais e de outros benefícios, e do seu impacto mais geral na distribuição da riqueza; e a dimensão política à interação com atores nos diversos níveis de governo e em três arenas de atividade (eleitoral, elaboração de legislação e sua implementação) de forma a aumentar a eficácia e influência no processo de elaboração de políticas públicas por meio da participação em negociações de pactos sociais ou pela mobilização coletiva via greves políticas. (KREIN; DIAS; 2017; p. 4)

Segundo os autores existe um conjunto de indicadores que evidenciam sinais de revitalização sindical, tais como aumento de greves; elevação do número de sindicalizados, com redução da densidade; melhoria nas negociações salariais; avanço nos espaços de interlocução com o governo. No entanto, acumulam-se evidências de perda da força e importância do sindicalismo na sociedade, com o crescente descrédito da instituição sindical, a incapacidade de vocalizar um projeto de desenvolvimento com distribuição de renda e o surgimento de muitas mobilizações sociais (greves nas obras do PAC em 2011, Jornadas de junho de 2013 e greve dos garis da cidade do Rio de Janeiro em 2014, por exemplo) sem o protagonismo dos sindicatos.

Ainda segundo Krein e Dias são sobre as dimensões institucionais e societal que recaem os principais dilemas e as melhores perspectivas de revitalização.

Como podemos notar, tanto Galvão como Krein e Dias identificaram um processo de recuperação do sindicalismo brasileiro nos anos 2000, contudo esse

processo, que pode ser caracterizado com um início, bem incipiente, de revitalização, não redundou na revitalização sindical propriamente dita, isto é, mudança organizativas que sejam capaz de aglutinar e representar a classe trabalhadora em sua nova morfologia. Ainda que se possa constar a existência de um sindicalismo radial e militante trata-se de um movimento restrito, com pouca expressão no cenário nacional, portanto incapaz de influir decididamente nos rumos do sindicalismo e também com pouquíssimas mudanças organizativas que apontem para algo decididamente novo.

No presente artigo trataremos do recente ciclo grevista no Brasil que vai de 2004 a 2013. Partindo da noção proposta pelos autores Souza e Trópia (2016) que: 1 - Os ciclos grevista tem forte relação com os processos macro políticos e econômicos característicos da conjuntura; 2 - Os ciclos grevistas devem ser compreendidos pela própria dinâmica da luta e dos rumos tomados pelo sindicalismo. A primeira noção é um elemento importante para a caracterização do revigoramento do sindicalismo, já o segundo nos dará pistas para compreender o por que não houve revitalização do sindicalismo brasileiro nos anos 2000. Mas para efeito do presente trabalho trataremos apenas da primeira noção, buscando mostrar como a conjuntura política e econômica favorável influenciou o ciclo greves e nas Considerações Finais apresentaremos alguns aspectos da dinâmica das greves e os rumos tomados pelo sindicalismo, a fim de propor algumas hipótese para a falta de revitalização do sindicalismo.

A MUDANÇA NA CONJUNTURA E O NOVO CICLO GREVISTA DE 2004 A 2013

No dia 12 de maio de 1978 os trabalhadores da fábrica de caminhões Scania Vabis, na cidade de São Bernardo do Campo em São Paulo, cruzam os braços. Logo depois foi a vez dos trabalhadores da Ford, da Mercedes, da Wolkswagem e de outras fábricas da região. Essas greves marcaram o retorno dos trabalhadores à cena política brasileira, iniciando um novo ciclo de greves em plena ditadura civil-militar.

A explicação para a evolução ou recuo das greves é multicausal como argumentam os autores Souza e Trópia (2016).

[...]além de possuir uma forte correlação com os processos macro políticos e econômicos característicos da conjuntura, os ciclos grevistas devem ser compreendidos pela própria dinâmica da luta e dos rumos tomados pelo sindicalismo. Neste sentido, como o movimento sindical não está isolado de outros movimentos sociais, também a dinâmica das lutas populares importa na compreensão dos ciclos grevistas. (SOUZA; TRÓPIA; 2016; p.129)

O movimento sindical não está isolado dos outros movimentos sociais e a greve é apenas uma forma de luta, dentre várias outras, ou seja, os ciclos grevistas estão inseridos num outro ciclo, o ciclo de lutas. Segundo Souza (2017) nas últimas décadas é possível identificar três grandes ciclos de lutas no Brasil: Ciclo I – compreendeu o período de 1978-1989 e se caracterizou pelo protagonismo do movimento sindical e pela bandeira da redemocratização do país; Ciclo II – se estendeu de 1990-2002 e teve como principais características o refluxo do movimento sindical e a ascensão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como principal símbolo da resistência aos efeitos do neoliberalismo; Ciclo III – vai de 2003-2013 e se caracteriza pelo refluxo do MST e pela retomada das lutas sindicais, mas também pela ascensão do movimento estudantil e por uma maior diversificação das lutas pelo controle do território urbano e rural.

Os ciclos de lutas também tem um relação multicausal, que segundo Souza, é caracterizado por um período da conflituosidade social que funciona sob um determinada lógica interna, que resulta das experiências de luta e correlação de forças econômicas e ideológicas.

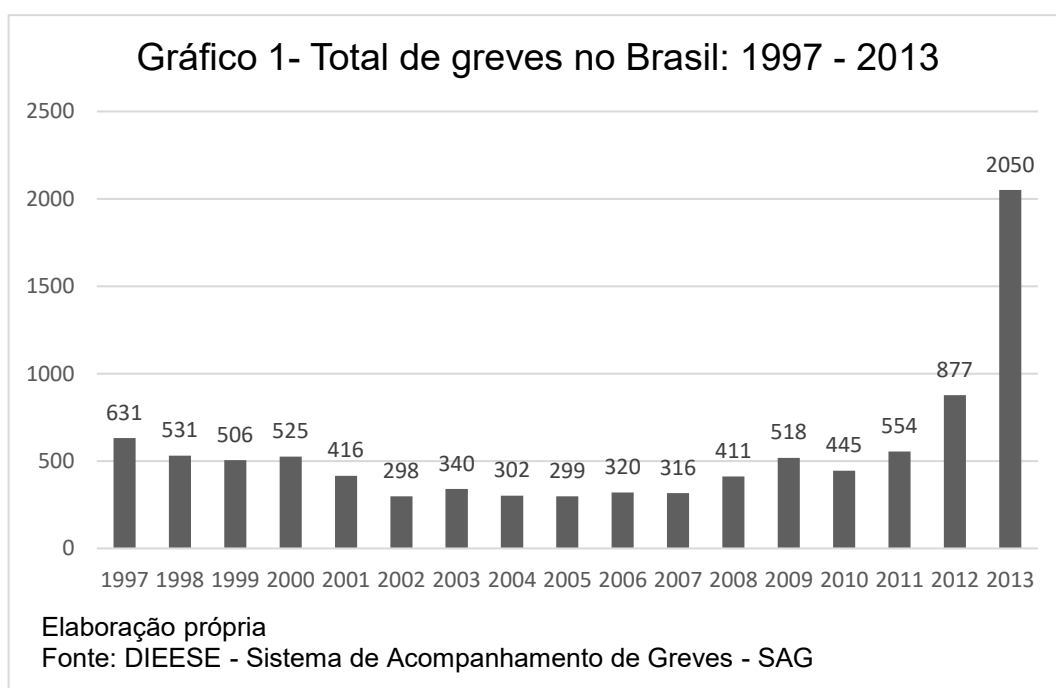
A eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e a retomada do crescimento econômico, impulsionada pela exportação de *commodities* propiciaram o surgimento de uma conjuntura política e econômica favorável para o desenvolvimento de um novo ciclo grevista no Brasil.

Entretanto a caracterização da existência de um novo ciclo grevista a partir de 2004 não é consensual. Noronha (2009), por exemplo, argumenta que o Brasil entre 1978 – 1997 vivenciou o primeiro grande ciclo de greves e passou para normalidade entre 1998 – 2007. Em outras palavras, para este autor não há distinção entre as greves, que a grosso modo coincidiram com o segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) das que ocorreram no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Para o autor apesar de oscilações

não desprezíveis, as greves (1998-2007) apresentaram relativa estabilidade com volume de conflitos médio para os padrões internacionais.

No gráfico 1 podemos notar uma curva descendente de greves a partir de 1997, depois um período de estabilização num patamar baixo entre 2004 a 2007, voltando a ascender em 2008, chegando a 2050 greves em 2013.

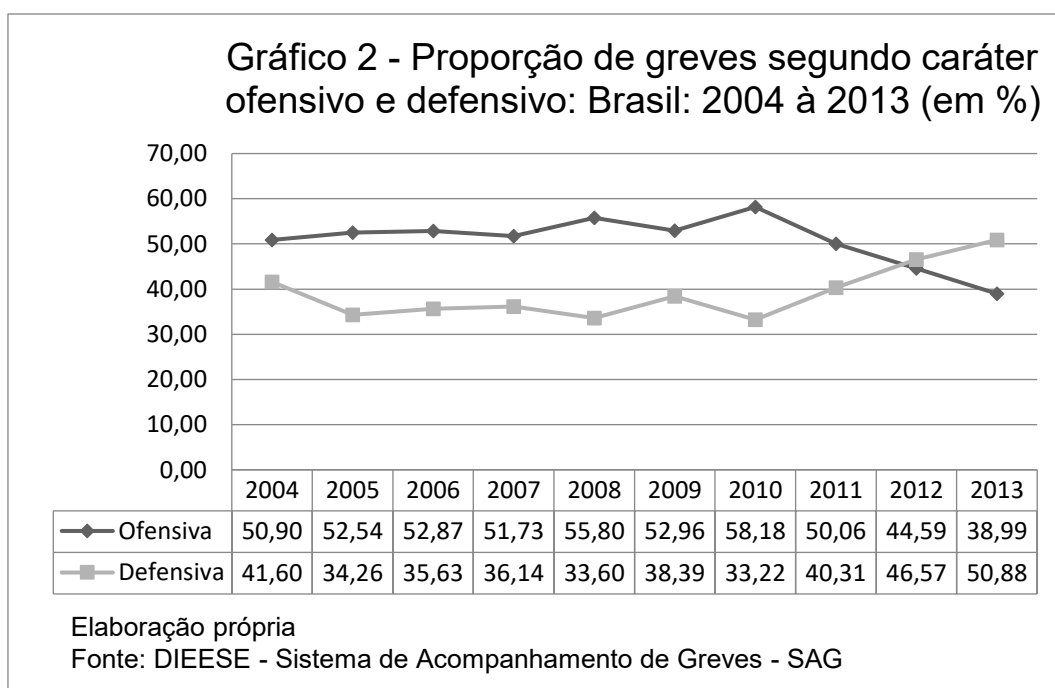
No entanto a análise apenas dos números totais de greves não permite perceber a diferença que há entre a segunda metade dos anos 90 e os primeiros anos da década de 2000.



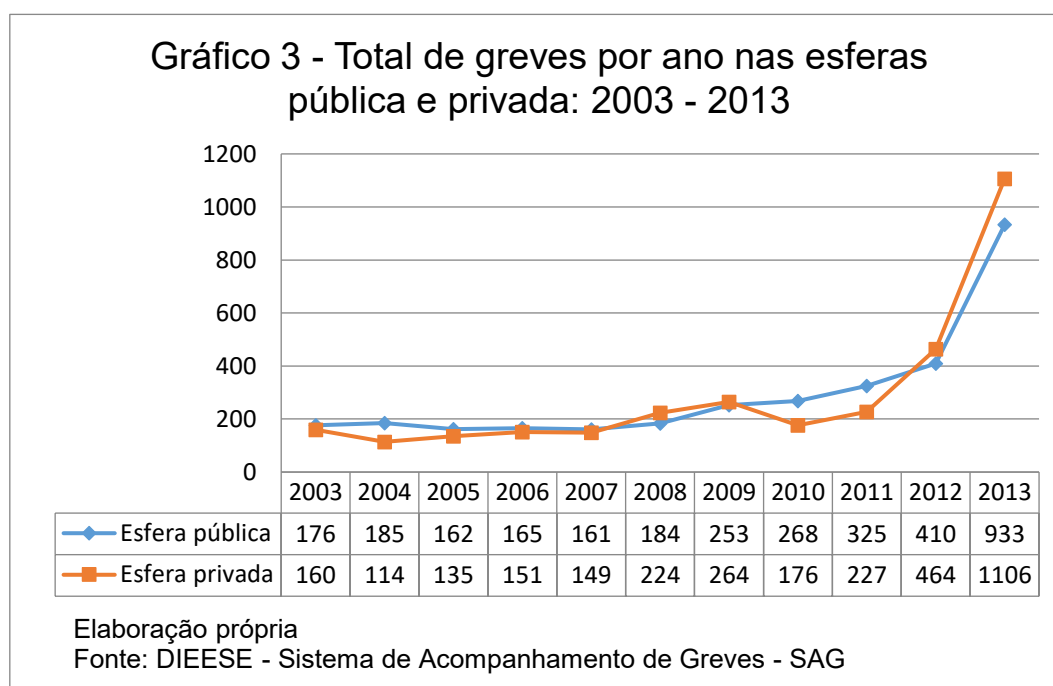
Sobre esse aspecto Marcelino (2017) argumenta que a recuperação da luta sindical por meio das greves no período de 2003-2013 fica mais evidente quando o comparamos com a década de 1990. Nos anos 90 o sindicalismo brasileiro manteve um número de greves elevado, mas essas greves possuíam características bastante específicas, próprias de uma conjuntura adversa para os trabalhadores, eram greves defensivas, isto é, greves contra o descumprimento de acordos ou leis, contra atrasos de salário e pela manutenção de direitos já conquistados. A partir da segunda metade da década de 90 a frequência de greves cai significativamente.

Na década de 1990 por conta da políticas neoliberais de abertura comercial e financeira, privatizações e redução dos gastos sociais, combinado com as profundas transformações técnicas do processo produtivo, isto é, a reestruturação produtiva, fizeram crescer as demissões e a informalidade, levando o movimento sindical a um situação defensiva.

Pelo menos desde 2004 há uma conjuntura político e econômica que contribuiu positivamente para mudança no caráter do ciclo grevista, em outras palavras, há uma ação sindical grevista no sentido de uma predominância de greves ofensivas, como podemos notar no gráfico 2:

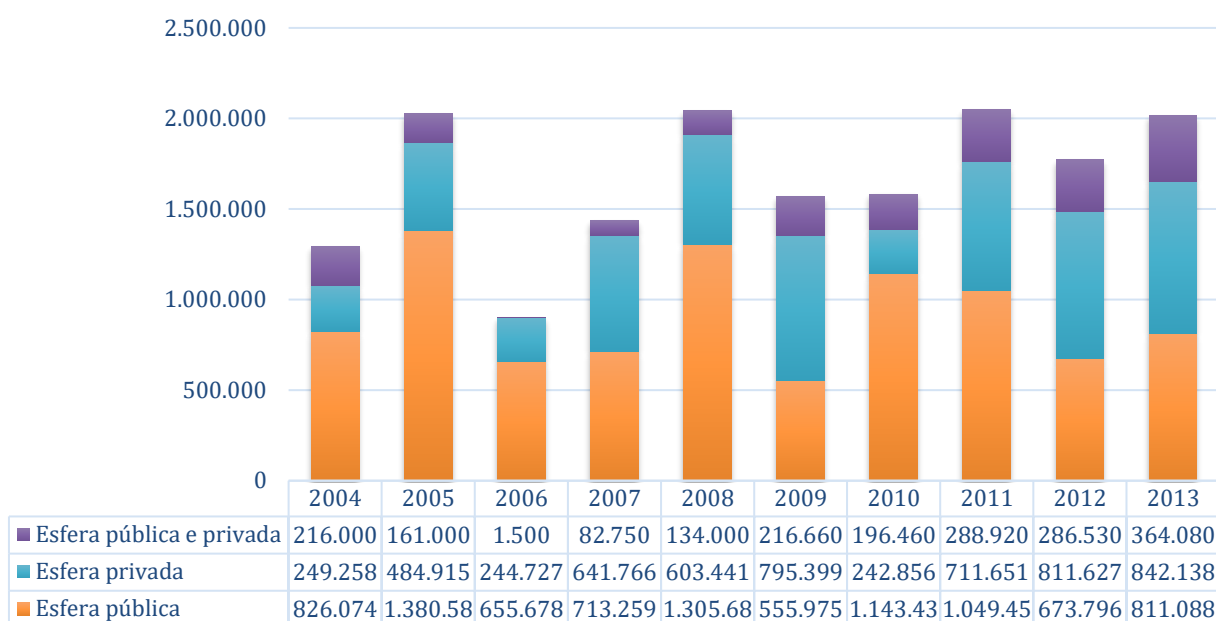


Concordamos com Marcelino quando afirma que do ano de 2004 até, pelo menos, o ano de 2012 o Brasil viveu um ciclo de greves específico, isto é, greves com características próprias, sendo a principal, o caráter ofensivo das greves (gráfico 2), contudo há outras características, uma certa estabilidade ascendente no número de greves (gráfico 1) e de grevistas (gráfico 4) e a proximidade entre setores público e privado (gráfico 3).



O número de grevistas durante o novo ciclo se manteve relativamente estável. Nos anos 2005, 2008 e 2011, o grande número de grevistas foram predominantemente do setor público, contudo em 2009, 2012 e 2013 os grevistas da esfera privada superaram os da esfera pública.

Gráfico 4 - Número de grevistas por esferas: Brasil - 2004 à 2013



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de greves - SAG

Obs: Para o ano de 2006 só existem dados disponíveis do primeiro semestre.

Se por um lado Noronha (2009, p.137) tem razão ao afirmar que no primeiro governo Lula as greves tenha se reduzido ainda mais em relação ao segundo mandato de Fernando Henrique, contudo o autor acaba por desconsiderar as características das greves, sobretudo, a partir de 2004, ou seja, são greves que guardam diferenças importantes, como procuramos demonstrar anteriormente, com relação aos anos 1990. Por isso é sem exagero afirmar que estamos diante de um novo ciclo de greves e não podemos perder de vista que essas greves estão inseridas num novo ciclo de lutas no Brasil, no qual trabalho e terra continuaram sendo os temas centrais, no entanto outras questões ganharam destaques, como moradia, educação e transportes³.

Os dados empíricos sobre o novo ciclo grevista contraria a tese de Braga (2016) de que o *Lulismo*, entendido como modo de regulação dos conflitos classistas, que se apoiou sobre a articulação de duas formas distintas e complementares de

³ Para mais detalhes ver Souza (2017).

consentimento (ativo e passivo)⁴, garantiu uma relativa pacificação social até 2013. Nas palavras do autor:

Assim, parece-me mais ou menos claro que, conforme a experiência política da classe trabalhadora brasileira com o atual modelo de desenvolvimento se aprofundou, mais problemático tornou-se o controle do movimento sindical sobre a inquietação das bases com os baixos salários, a deterioração das condições de trabalho e o aumento do endividamento das famílias trabalhadoras. (BRAGA; 2016; p. 57)

Quando Luís Inácio Lula da Silva assume a presidência, em 2003, as greves estão num patamar baixo e seguem assim até 2007. Olhando apenas esse indicador poderíamos concluir que Ruy Braga tem razão ao afirmar que lulismo garantiu certa pacificação social. Contudo o que os dados mostram é que o declínio das greves inicia-se em 1996 e não com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal. O recuo das greves se deu numa conjuntura política e econômica adversa à luta sindical.

Como procuramos mostrar anteriormente a eleição de Lula e o *boom dos commodities* modificam a conjuntura política e econômica, com isso o caráter das greves se modificam a partir de 2004 e em termos quantitativos começam a aumentar em 2008 pois progressivamente o momento foi se tornando favorável a ação reivindicativa dos trabalhadores. Longe de viver uma pacificação social, o que podemos verificar é uma melhora gradual nas condições de luta dos trabalhadores, com aumento mudança no caráter e no número de greves. Com isso 2013 não representa o retorno da luta de classe, como acredita Braga, pois esta nunca deixou de se ausentar.

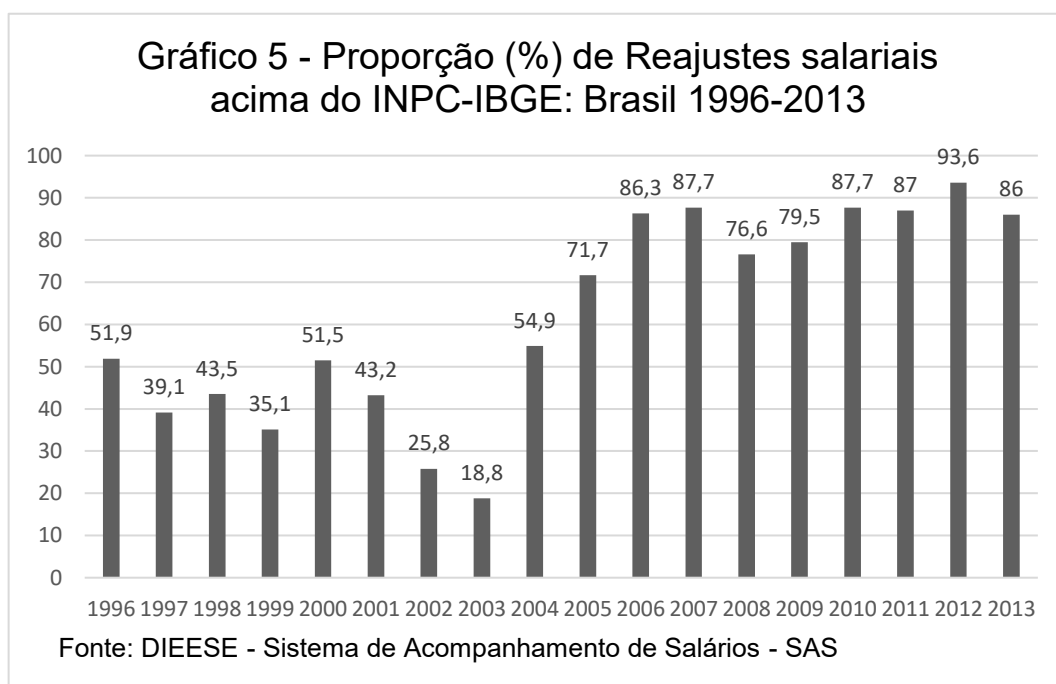
Até aqui o que podemos concluir é que a mudança na conjuntura política e econômica a partir de 2003 vão contribuir gradativamente para a melhora das condições de luta dos trabalhadores e o reflexo disso é que as greves a partir de 2004 são de qualidade diferente das realizadas na década de 1990. Portanto o novo ciclo

4 Segundo Braga (2016) o pequeno avanço, que combinou políticas públicas redistributivas com criação de empregos formais e o acesso popular ao crédito, foi suficiente para garantir o consentimento passivo dos subalternos à regulação lulista. O consentimento ativo se deu com o atendimento aos interesses da burocracia sindical, das lideranças dos movimentos sociais e de setores médio intelectualizados.

grevista é um importante indicador do revigoramento do sindicalismo brasileiro, todavia existem outros aspectos, como por exemplo os resultados das negociações coletivas.

A VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E O REFLEXO NOS REAJUSTES DOS PISOS SALARIAIS

A partir de 2004 há uma melhora nos percentuais de acordos coletivos que garantiram reajustes salariais acima da inflação baseado no Índice Nacional de Preço ao Consumidos (INPC) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De 1996 a 2003, em média, 38,6 % dos acordos garantiram reajustes acima da inflação. De 2004 a 2011, na média 78,9% dos acordos conquistaram reajustes maiores que a inflação.



Novamente é possível identificar a diferença entre os anos 90 e os anos 2000 sob o prisma dos resultados das negociações coletivas, nota-se um melhora nos resultados a partir de 2004.

Os bons resultados das negociações salarias decorrem da recuperação da economia e da política de valorização do salário mínimo instituída em 2008. Um

elemento importante para definição dos pisos salariais das categorias profissionais é o salário mínimo.

Francisco de Oliveira foi quem mostrou que a instituição do salário mínimo ao contrário de ser um empecilho para o processo de acumulação, serviu como a referência para determinação do preço da força de trabalho nos diversos setores da economia.

No ensaio clássico *Crítica a razão dualista* (1972) o sociólogo pernambucano argumenta que as leis trabalhistas fizeram parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação, a partir de 1930. A legislação trabalhista igualava reduzindo, do que incrementando, o preço da força de trabalho.

As instituições do período pós-anos 1930, entre as quais a legislação do trabalho destaca-se como peça chave, destinam-se a “expulsar” o custo de reprodução da força de trabalho de *dentro das empresas industriais* (recorde-se todo o padrão da industrialização anterior, quando as empresas tinham suas próprias vilas operárias: o caso de cidades como Paulista, em Pernambuco, dependentes por inteiro da fábrica de tecidos) para fora: o salário mínimo será a obrigação máxima da empresa, que dedicará toda a sua potencialidade de acumulação às tarefas do crescimento da produção propriamente dita. (OLIVEIRA; 2003; p. 66)

Segundo o autor a instituição do salário mínimo reveste de um significado importantíssimo para acumulação do setor urbano-industrial. A fixação dos demais salários, acima do mínimo, se fez sempre tomando este como o ponto de referência e nunca tomando a produtividade de cada ramo industrial ou de cada setor como o parâmetro que servisse para determinar o preço da força de trabalho. Com isso nenhuma empresa precisa determinar o preço de oferta da força de trabalho específica do seu ramo, pois tal preço é determinado para o conjunto do sistema.

O autor ao comparar as taxas de crescimento do salário e a taxa de crescimento do produto da indústria conclui que a assimetria dos movimentos revela que o diferencial de produtividade sobre os salários constitui-se em fator importante na acumulação e, ainda mais, que a aceleração do crescimento industrial com a implantação dos chamados ramos “dinâmicos” fundou-se exatamente no aprofundamento daquela assimetria, isto é, houve um aumento na taxa de exploração da força de trabalho.

Chico de Oliveira explica que a instituição do salário mínimo teve como função ser a referência salarial para os demais ramos de atividade, independente do posicionamento que o ramo de atividade possui na economia ou sua produtividade.

Durante o governo Lula foi instituída a política de valorização do salário mínimo, através da negociação com as centrais sindicais:

A política de valorização do salário mínimo foi conquistada como resultado da ação conjunta das Centrais Sindicais, por meio das “Marchas a Brasília”. As marchas foram realizadas anualmente no fim de cada um dos anos entre 2004 e 2009. As duas primeiras marchas, em 2004 e 2005, conquistaram reajustes expressivos para o salário mínimo nos anos seguintes. Com a terceira Marcha, no final de 2006, e por meio de negociação com o então Ministro do Trabalho, foram conquistados o aumento do valor do salário mínimo de 2007 e a política de valorização desse instrumento, a vigorar a partir de 2008. (DIEESE; 2019; p.4)

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) nos diversos Balanços dos Pisos Salariais Negociados, vem chamando a atenção para a influência da valorização do salário mínimo nas negociações dos pisos salariais. A título de exemplo fizemos um quadro comparativo entre o salário mínimo e piso salarial da indústria farmacêutica no estado de São Paulo.

Tabela 1: Evolução do salário mínimo e do piso salarial do setor farmacêutico			
Ano	Salário Mínimo	Piso Salarial Setor Farmacêutico (acima de 100 de trabalhadores) *	Relação entre piso e SM
2011	R\$ 530,00	R\$ 1.000,00	1,89
2012	R\$ 622,00	R\$ 1.073,60	1,73
2013	R\$ 678,00	R\$ 1.182,50	1,74
2014	R\$ 724,00	R\$ 1.300,00	1,80
2015	R\$ 788,00	R\$ 1.410,50	1,79
2016	R\$ 880,00	R\$ 1.551,55	1,76
2017	R\$ 937,00	R\$ 1.629,12	1,74
2018	R\$ 954,00	R\$ 1.669,85	1,75
2019	R\$ 998,00	R\$ 1.747,82	1,75
Fonte: Convenção Coletiva de Trabalho dos Trabalhadores da Indústria Farmacêutica de Osasco e região *Na convenção coletiva do setor, existem dois pisos salariais, um para empresas até 100 trabalhadores e outra para empresas acima de 100 trabalhadores			

Como podemos notar, na tabela 2, o piso salarial da indústria farmacêutica no estado de São Paulo, que é um setor de ponta do ramo químico, não chega a representar dois salários mínimos e mais do que isso, mantém uma referência quase que constante, em 2011 representava 1,89 salário mínimo e em 2019 está representando 1,75 salário mínimo. Confirmando a análise de Francisco de Oliveira, sobre o papel do salário mínimo como referência para definição do preço da força de trabalho. A questão salarial ganha contornos mais dramáticos na era neoliberal, com o advento das negociações dos Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Chico de Oliveira observou que a produtividade do setor econômico não era levada em consideração para a definição do preço da força de trabalho. Atualmente os acordos de PLR reforçam essa tendência, pois os incrementos da produtividade resultam em uma remuneração variável para o trabalhador que não é incorporado ao salário.

Contudo os pisos salariais sofreram incrementos maiores do que os demais salários e a política de valorização do salário mínimo é um fator fundamental nesse incremento.

Em resumo a modificação do contexto político e econômico brasileiro nos anos 2000 produziu efeito positivo sobre as condições de luta dos trabalhadores, que se expressa na conquista de uma política de valorização do salário mínimo, melhoria dos resultados das negociações coletivas e a ocorrência de um novo ciclo de greves entre 2004 a 2012, cuja a principal evidência é o caráter ofensivo das greves, em outras palavras, os trabalhadores mobilizaram-se não para garantir direitos, mas para ampliá-los. Ainda que se constate uma certa estabilidade das greves num patamar baixo no primeiro ano do novo ciclo (2004-2007) o caráter ofensivo das greves nos anos 2000 contrasta com as greves realizadas nos anos 90.

O novo ciclo grevista, a política de valorização do salário mínimo e os resultados das negociações salariais são indicativos importantes do revigoramento do sindicalismo brasileiro e portanto do equívoco da tese de declínio do sindicalismo (RODRIGUES, 1999).

Na obra *Destino do sindicalismo* o autor Leôncio Martins Rodrigues argumenta que o sindicato, em todo mundo, vive uma situação muito difícil, expressa na queda

do número e da proporção de trabalhadores filiados e no declínio das taxas de greve, dois fenômenos indicativos do enfraquecimento do sindicalismo como instituição e do poder sindical como ator político. E conclui que a medida que o século XX chegava ao seu término, foi se tornando cada vez mais claro que as dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo não eram conjunturais e nem específicas de alguns países, e fatores estruturais mais duradouros e profundos minavam a força de umas das instituições mais características e importantes das democracias capitalistas do Ocidente. Para o autor o quadro que parece caracterizar o sindicalismo sugere mais *declínio* do que crise.

O que pudemos observar que no Brasil houve um novo ciclo grevista, na qual as greves passaram a crescer e o sindicalismo, sobretudo as centrais sindicais, aumentaram o seu protagonismo político, o exemplo mais significativo que o acordo de valorização do salário mínimo, que como vimos teve influência direta sobre os reajustes nos pisos salariais das categorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 2004 a 2012 observa-se um revigoramento do sindicalismo brasileiro que se expressa na conquista de uma política de valorização do salário mínimo (a partir de 2008), mudança da natureza das greves (2004-2011) e melhoria dos resultados das negociações coletivas (até 2012). Entretanto, não se pode afirmar que houve revitalização, sobre esse ponto lançaremos algumas impressões.

O levantamento realizado pelo Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) mostram que as motivações das greves (2004-2013) estão relacionadas a reprodução da força de trabalho, isto é, as reivindicações predominantes são, nessa ordem, reajuste de salário, plano de cargos de salário, alimentação, atraso de salário e participação nos lucros e resultados.

O problema da reprodução da força de trabalho no capitalismo dependente não constitui uma novidade e é parte da formação social brasileira sendo que a característica essencial está dado pelo fato que ao trabalhador é negado as condições

necessárias para reprodução de sua força de trabalho, ou seja, o trabalhador é remunerado abaixo de seu valor, correspondendo, ao que Marini (2011) conceitua de superexploração do trabalho.

A superexploração do trabalho nos ajuda a compreender o porquê há uma predominância, nas greves, das reivindicações referentes ao custo de reprodução da força de trabalho (salário, PLR, alimentação e plano de cargos e salários). Afinal se os trabalhadores estão com dificuldade de garantir a própria sobrevivência, a reivindicação mais urgente a ser resolvida é a questão salarial.

Como pudemos verificar as greves do período considerado são de caráter ofensiva, tendo como eixo predominante as reivindicações economicistas, outro traço marcante do período é que as greves são realizadas por local de trabalho, pouquíssimas greves que conseguiram envolver o conjunto da categoria, portanto o que predominou foi a dispersão.

Já sobre os rumos do sindicalismo, a eleição de Lula provocou mudanças importantes na política, sendo que a principal foi a formação de uma frente política neodesenvolvimentista, nos termos de Boito (2018) ou uma coalisão produtivista (industriais e trabalhadores) nos termos de Singer (2016) de sustentação do governo. O fato que mais nos interessa no momento é que o sindicalismo participa dessa frente/coalisão como força subordinada (MARCELINO, 2017).

As consequências da participação subordinada na frente/coalisão, foi não ter atendidas as pautas históricas dos trabalhadores com por exemplo a redução da jornada de trabalho sem redução nos salários. A participação subordinada serviu mais para “vetar mudanças profundas demandadas pelas organizações patronais a partir dos anos 1990 do que para consagrar novos direitos” (KREIN; DIAS, 2017, p.12).

Se por um lado os trabalhadores lograram aumentos salariais, por outro reivindicações gerais do movimento sindical foram sistematicamente barradas e uma pesquisa mais apurada poderá comprovar que as conquistas dos trabalhadores giraram apenas nas questões salariais, ou seja, se não houve avanços nas pautas históricas por meio da participação na frente/coalisão, também não houve avanços no front, isto é, nas greves ou acordos coletivos. Não se tem notícias de conquistas da redução de jornada de trabalho, sem redução salarial, ou então medidas para diminuir a terceirização ou mesmo a rotatividade nas empresas.

Aventamos a hipótese que essa participação subordinada do movimento sindical na frente/coalisão que sustentou os governos do PT é um dos fatores explicativos para a falta de revitalização do sindicalismo em um contexto favorável. Explicamos melhor a hipótese, a participação subordinada pode estar relacionada como um cálculo político dos sindicalistas para não desgastar o governo que eles mesmos eram parte.

As interpretações sobre esse deslocamento do sindicalismo são controversas, Galvão (2014) explica que alguns autores destacam a ampliação do espaço político dos sindicatos; outros tratam da perda de protagonismo político; e outros da cooptação do movimento sindical pelo governo.

Concordamos com a visão do autor Adalberto Moreira Cardoso (2014; 2015), para quem o projeto político, que uniu CUT e PT, chegou ao poder em 2003, não havendo por que se falar em cooptação.

Ora o contexto econômico foi favorável para avanços salariais, ainda havia um espaço significativo de interlocução com o governo, sendo que em diversos casos os sindicalistas eram o governo, não haveria necessidade de mudanças estruturais ou político ideológicas, algo do tipo, “em time que está ganhando não se mexe”. Por mais paradoxal que pareça o revigoramento do sindicalismo, em certa medida explica a falta de revitalização.

No entanto, existem outras organizações de corte mais à esquerda, como a Conlutas e a Intersindical, que se posicionaram mais criticamente aos governos do PT podendo ser consideradas como o princípio de uma revitalização sindical como sugere Galvão (2014), no entanto como ela mesmo identifica, não conseguiram ocupar o espaço do sindicalismo de parceria. Novamente o revigoramento do sindicalismo se torna um fator inibidor, quando há ganhos e conquistas o discurso de oposição fica mais difícil de emplacar.

A essa hipótese do revigoramento como inibidor da revitalização, juntamos uma outra, o recente período de revigoramento do sindicalismo encobriu as dificuldades e os limites da atuação sindical, que já se faziam presentes na chamada “década neoliberal” dos anos 90. O agravamento da crise econômica, juntamente com a mudança do cenário político, após o golpe institucional de 2016, fizeram com que essas dificuldades e limites ficassem mais evidentes.

Se o período de revigoração do sindicalismo brasileiro não foi capaz de impulsionar a sua revitalização. No momento atual de grandes ataques que o movimento sindical vem sofrendo a revitalização se torna uma necessidade para sua sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

BOITO JR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora Unicamp / Editora Unesp, 2018.

_____; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás?: um novo ciclo de greves na década de 2000. Cad. CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (orgs.). As contradições do lulismo: a que ponto chegamos? São Paulo, Boitempo, 2016. pp. 55-92

CARDOSO, Adalberto Moreira. Os sindicatos no Brasil. Brasília: IPEA, 2014 (Nota Técnica Mercado de Trabalho, 56). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3765/1/bmt56_nt01_sindicatos_brasil.pdf Acesso em: 16 abr. 2018.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. Cad. CRH, Salvador, v. 28, n. 75, p. 493-510, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000300493&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2017.

DIEESE. A importância da política de valorização do salário mínimo e a importância de renová-la. Nota técnica nº 205 abril de 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec205SalarioMinimo.pdf> Acesso em: 21 out. 2019.

GALVÃO, Andréia. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. Revista Crítica Marxista, São Paulo, n. 38, p. 103-117, 2014. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie70dossie2.pdf

Acesso em: 12 mar. 2018.

KREIN, José Dari e DIAS, Hugo. Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. Revista Ciências do Trabalho - DIEESE, São Paulo, n.8, ago. 2017. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/141> Acesso em: 12 mar. 2018.

MARCELINO, P. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. Tempo Social, v. 29, n. 3, p. 201-227, 12 dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/125952> Acesso em: 14 out. 2019

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

Noronha, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. Lua Nova, n. 76, p. 119-168, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100005&lng=en&nrm=iso Acesso em: 20 out. 2019

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003

POCHMANN, Marcio. Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

RODRIGUES, Leôncio M. Destino do sindicalismo. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (orgs.). As contradições do lulismo: a que ponto chegamos? São Paulo, Boitempo, 2016. pp. 21-54

SOUZA, Davisson C. C. Lutas de classes e ciclo de lutas no Brasil de 2003-2013: os limites para a constituição de uma força social. In: AMORIN, Henrique e SOUZA, Davisson C. (orgs.). As classes sociais no início do século XXI. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2017.

_____ e TRÓPIA, Patrícia V. Greves, conjuntura político-econômica e transformação ideológicas no sindicalismo brasileiro recente (1989-2013). In: III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches

to conflict., 2016, Barcelona. III International Conference Strikes & Social Conflicts - Aproximaciones históricas combinadas a la conflictividad. Barcelona: Proceedings, 2016
Disponível em:
https://ddd.uab.cat/pub/caplli/2016/157740/H8UDeSouza_Davisson_Tropia_Patricia.pdf
Acesso em: 21 out. 2019

ENVELHECÊNCIA¹, GÊNERO E SEXUALIDADE: OLHARES E DESDOBRAMENTOS SOBRE DISSIDÊNCIAS E PROCESSOS DE ENVELHECIMENTO

Eveline Cori ²

INTRODUÇÃO

Este texto analisa o envelhecimento através de um recorte de gênero e sexualidade com categorias conceituais de Michel Foucault e da filósofa Judith Butler.

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por papel conjurar seus poderes e seus perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2007:9)

Através de um recorte para se representar algo, um discurso é produzido, para Foucault (1986) o termo “discurso” pode ser entendido como práticas que formam sistematicamente os objetos que falam e não somente como um conjunto de signos ligados a conteúdos. Dessa forma, os discursos são feitos de signos, mas o que eles fazem é mais do que utilizar esses signos para designar as coisas.

Com efeito, pensando dentro desses termos, podemos inserir a medicina como um discurso que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinadores e efeitos regulamentadores” (FOUCAULT, 2005, p. 302)³. Dessa forma, o campo biológico no qual se baseia a medicina, envolvendo as instituições e as práticas de saúde exerce um papel fundamental na produção de saberes em nossa

¹ O escritor Mário Prata, na crônica “Você é um envelhescente?” pensando no envelhecer ou devir-velho semelhante à adolescência, criou o neologismo envelhescência: “A envelhescência nada mais é que uma preparação para entrar na velhice, assim como a adolescência é uma preparação para a maturidade. Engana-se quem acha que o homem maduro fica velho de repente, assim da noite para o dia. Não. Antes, a envelhescência. E, se você está em plena envelhescência, já notou como ela é parecida com a adolescência?”

² Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP.
E-mail: cori.eveline@gmail.com.

³ Tendo como base um “dispositivo da sexualidade” (FOUCAULT, 1988), Foucault demonstra como a medicina esteve presente nesse processo. A partir dos séculos XVIII e XIX, o discurso médico passa a desempenhar um papel central no modo como as sociedades ocidentais concebem questões relacionadas à vida e às populações. Com a chamada biopolítica, a vida passa a ser gerida, pois ela tem valor, sobretudo econômico (FOUCAULT, 2005). A regulação do corpo das mulheres se justificava pela necessidade de controlar a natalidade (FOUCAULT, 1988).

sociedade, inclusive em campos que não são estritamente ligados à saúde, ditando o que – ou quem – está dentro da normalidade ou *de uma anormalidade*, através da disciplina, da regulação e da administração das populações e dos corpos (FOUCAULT, 1998).

Judith Butler, filósofa pós-estruturalista, em seu livro, *Problemas de Gênero* (1990) a categoria de gênero é colocada como um resultado do discurso que produz nossos corpos anatômicos. De forma que não se nasce homem ou mulher, mas torna-se através de performances que corroboram com as regras que definem o masculino e feminino. Então, assim, não deve ser concebida como a inscrição cultural de símbolos em um sexo dado a priori, pois deve designar o aparato das normas hegemônicas que irá desenvolvê-la. Portanto, a função a ser desenvolvida pela categoria de gênero, acabaria acontecendo por meio de uma falsa noção de estabilidade através da matriz de heterossexualidade compulsória, garantida pela ordem de reprodução entre sexos coerentes e rígidos, isto é, fixos entre si. Através da reprodução, de uma performance com repetição de ações e signos (significados), há a manutenção dessa matriz, reiterando para a construção dos corpos masculinos e femininos inteligíveis. A autora observa, portanto, que o gênero pode ser compreendido como um comportamento dotado de significação ao passo que será gerado partir de um gesto performatizado.

Se pensarmos na velhice enquanto dimensão material do corpo, podemos a partir das formulações de Butler pensar que envelhecer, então, não é um dado natural, pois o social constitui o corpo como realidade, a partir do significado que a ele é atribuído pela coletividade.

Na contemporaneidade isso é observado na constituição de saberes especializados sobre o envelhecimento e a velhice, que se baseiam sobretudo no discurso do risco e na prevenção de doenças. Partindo de referências médicas – e muitas vezes colocando o envelhecimento populacional como um problema social –, muitos discursos hegemônicos disseminam um estilo de vida saudável que, segundo tal perspectiva, pode ser alcançado através da adoção de determinados comportamentos cujo *modus operandi* se dá pelas novas

tecnologias da saúde em nosso tempo e que rebate em nossos modos de envelhecer.

Assim, observa⁴ produz-se um padrão hegemônico no qual envelhecer e desenvolver doenças, debilidade ou quaisquer indisposição, até mesmo como marcas de expressão da idade, passam a ser compreendidos como escolha ou falta de cuidado ou omissão por parte dos sujeitos, uma vez que tais elementos poderiam ser evitados através da adoção de hábitos saudáveis. Então, aqueles ou aquelas que não corresponderem a norma, serão culpabilizados e moralizados.

O CORPO VELHO, GÊNERO E SEXUALIDADE

Em „A moral da pele lisa e a censura midiática da velhice: o corpo velho como uma imagem com falhas“, Paula Sibilia observa e analisa como regimes de verdades são engendrados na sociedade no que diz respeito ao envelhecimento.

Na contemporaneidade, observamos dezenas de referências que vem desde os anúncios de indústrias farmacêuticas e de cosméticos, discursos médicos até mudanças ou cambiamentos estéticos a fim de sublimar a ação do tempo, apagar as marcas do estrago temporal de um corpo que cada vez mais se carrega e pouco se é, se deixa ser (CASTRO. P.7-15)

Envelhecer e ser gay traz um duplo estigma à Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e só nos últimos anos passou a ter mais atenção da ciência e da gerontologia. Através de dados⁵ do estudo apresentado por Carmita Abdo, e que foi realizado pela Universidade de São Paulo (USP), há um índice de 2,2% de homossexuais e 1,8% de bissexuais do sexo masculino com mais de 61 anos. Na idade jovem, este número sobe para 11% e 3%, respectivamente. Milhorange aponta que „segundo a psiquiatra, não por haver mais gays jovens, mas porque, provavelmente, são mais propensos a se assumir“.

⁴ CERQUEIRA, M. B. Digressões Sobre saúde, envelhecimento e vida saudável na contemporaneidade. Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 17, n. 2, p. 26-40, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/14019/11830>.

⁵ A jornalista e pesquisadora Flávia Milhorange viajou a convite da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Gays Idosos no país são mais propensos a sofrer de depressão. Disponível em: encurtador.com.br/cfmoJ. Último acesso em: 15. Dez. 2017.

Segundo o texto da jornalista Bianca Soares⁶ para o periódico Estadão⁶, a vulnerabilidade desses idosos é algo que só agora reverbera dentro do movimento LGBT.

Osmar Resende, militante e publicitário de 65 anos, afirma, segundo o jornal que aqueles que foram estigmatizados por participar da luta pela liberação sexual, no início dos anos 1970, agora precisam “voltar para o armário, se quiserem se proteger”. Ele também, tenta há décadas, criar em Belo Horizonte um espaço que abrigue essa população. Resende ressalta que passou seis meses em Nova Iorque, nos Estados Unidos, para conhecer o trabalho da Advocacia e Serviços para Idosos LGBTs (Sage), organização que desde o final dos anos setenta oferece apoio àquela comunidade gay idosa. Resende, surpreso, diz à jornalista: “Eles dão moradia, remédio e até uma carteirinha de descontos em shows da Broadway. Para quem tem um histórico de privações, essas coisinhas são um alento.”

Em termos de Brasil, Bianca Soares, para o periódico, também entrevista Carlos Henning, professor de Antropologia da Universidade Federal de Goiás (UFG) e através da pesquisa do mesmo conclui que quando se trata de um homossexual, ao envelhecimento biológico acrescenta-se uma complexa teia de problemas discriminatório. “A maioria foi expulsa de casa e perdeu essa rede de suporte que é a família. Além disso, enfrenta maiores dificuldades no serviço público de saúde.” Para Henning, diz a jornalista, “o fato de muitas casas de repouso serem administradas por instituições religiosas representa uma barreira a mais para LGBTs que precisam do serviço”. “É comum transsexuais⁷

terem de desfazer o processo de transição, cortar o cabelo, tirar as próteses e mudar de roupa para serem aceitas ali”, analisa o professor.

Ao posicionar os LGBTs que envelheceram nesse lugar de abjeção, permie-se que estes sejam injuriados, isto é, quando se estabelece que certas pessoas ou certas vidas estão marginalizadas, estes mesmos têm suas vidas precarizadas, de forma que

⁶ SOARES, Bianca. Solidão afeta idosos LGBT. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/focas/planeje-sua-vida/solidao-afeta-idosos-lgbt>. Último acesso em: 15. Dez. 2017.

⁷ Transsexuais e Travestis segundo levantamento da União Nacional LGBT vivem, em média, 35 anos - a expectativa de vida da população brasileira é de 75,5 anos, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fonte: <http://infograficos.estadao.com.br/focas/planeje-sua-vida/solidao-afeta-idosos-lgbt>. Último acesso em: 15. Dez. 2017.

a filósofa Judith Butler vai cunhar e diferenciar precarity de precariousness- este último um termo que define a condição de vulnerabilidade que é inerente a toda vida humana.

Butler em Quadros de Guerra, observa que a precariedade traduz uma condição politicamente construída através da qual determinadas populações são assimetricamente expostas a contextos de violência, perigo, enfermidade, migração forçada, pobreza ou morte (BUTLER, 2015, p.25)

O conceito de precariedade é definido pela autora através de dois elementos fundamentais, sendo o primeiro deles a relacionalidade. A precariedade é uma condição relacional que implica na exposição dos indivíduos ao mundo social e às suas contingências. A precariedade também, traz como segundo elemento, o conceito de finitude, no qual a autora pretende trazer à luz a medida pela qual o ser humano é absolutamente substituível. Se vidas abjetas, ou vidas que não importam não são qualificadas como vidas, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras (BUTLER, 2015, p.13).

Entretanto, a vulnerabilidade e a contingência da condição humana podem apresentar níveis assimétricos que tendem a variar de acordo com o grupo em questão. Existem, dessa forma, grupos que estão particularmente expostos à condição de precariedade, o que significa que esta pode ser compreendida como uma construção humana, o que contribui para acentuar a sua natureza relacional bem como o valor diferenciado concedido à vida humana (BUTLER, 2015, p.14).

O pensamento de Butler compreende, além do mais, que a precariedade deve ser entendida como uma ontologia social e não somente individual, portanto, ela vai dizer que o corpo dentro desta lógica, está exposto às significações sociais. A ontologia do corpo é uma ontologia social e este está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como exigências de sociabilidade- incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo-, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis.

Cito algumas falas:

“O movimento em prol dos gays idosos ainda está engatinhando e muitos já vivem na rua da amargura, como é o caso dos transexuais, que são expulsos de casa ainda jovens, depois da escola formal, e quando chegam à velhice são abandonados à própria sorte e se envolvem com drogas e toda a violência em torno delas. Muitos desaparecem de circulação (...) nem citados somos (LGBT) no Estatuto do Idoso”

(Osmar Resende, de 61 anos, fundador da ONG Libertos, de Belo Horizonte, que defende os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais)⁸

” A luta LGBT sempre foi pelo direito ao amor. E amor remete ao direito à libido. Como, se idosos e idosas são vistos como anjinhos fazendo tricô em cadeiras de balanço e, se muito, vendo a novela das seis e indo dormir às oito?”

(Ricardo Rocha Aguiéiras, 68 anos, escritor, dramaturgo e militante dos direitos LGBT)⁹

“No asilo não tem nenhum gay, querido. É só velho, mesmo”. “Não, não trabalhamos com homossexuais”. “São senhoras muito religiosas, nenhuma lésbica, muito menos bissexual”. “Se tem algum gay aqui, ninguém nunca falou nada”. “Homossexual? Não temos, ok? Tchau”¹⁰.

Através dessas histórias, falas e observações, podemos notar o risco que sofrem velhos e velhas LGBT de caírem no duplo estigma- velhice e homo/transsexualidade- que em um diálogo com Foucault, proposto por Miskolci e Simões (2007, p.9-10) em sexualidades disparatadas se contrapõe à dita “velhice bem-sucedida” da esfera heteronormativa. Nas palavras de Henning, “esses autores vão observar que o dispositivo da sexualidade, em seu intuito de instituir a normalidade, associa dissidência e dissenso, de forma que o rompimento da norma relega o/a transgressor/a ao reino do absurdo e do despropositado ou em outras palavras do vocabulário foucaultiano, à esfera da loucura”¹¹

Problematizar as diferentes modalidades de violência e o valor que diferenciadamente é concedido à vida humana pode contribuir no que diz respeito à percepção de que há sujeitos e há vidas que dificilmente- ou nunca- são reconhecidas como vidas e cuja perda e sofrimento parece não ser lamentáveis (BUTLER, 2015, p.17)

⁸ Reportagem publicada no jornal O Estado de Minas, na edição do dia 9 de setembro 2012. Disponível em: <http://www.50emails.com.br/eles-tambem-envelhecem/>. Último acesso em: 15 Dez. 2017.

⁹ Uma luta pelos Idosos no Movimento LGBT. Matéria de Jarid Arraes publicada na Revista Fórum em 8 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/digital/159/uma-voz-pelos-idosos-movimento-lgbt/>. Último acesso em: 15 Dez. 2017.

¹⁰ Segundo a matéria de Neto Lucon para Revista Junior de Junho de 2013, „ (...) foram mais de 100 ligações telefônicas e doze visitas a 40 asilos, casas de apoio, repouso, albergues e abrigos de São Paulo na busca por um gay idoso, foco desta reportagem. Apenas um abrigo declarou que um gay morava lá. Outro disse que um homossexual morador precisou voltar ao armário por sofrer preconceito de outros moradores. Muitas atendentes, secretárias e responsáveis por serviços assistenciais, durante o contato, deram a entender que a procura era avaliada com desconforto, trote e até chacota”. Disponível em: <http://www.nlucon.com/2013/02/idosos-homossexuais-voltam-ao-armario-asilo-gay.html>. Último acesso em: 15 Dez. 2017.

¹¹ HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGBT: Velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v23n47/0104-7183-ha-23-47-0283.pdf>. P-310.

Por conseguinte, o Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, Cristian Paiva (2009)¹² questiona-se:

"(...) seriam essas cenas, cenas abjetas, envolvendo velhos abjetos? Certamente, são cenas que perturbam o imaginário da velhice, do envelhecimento. As pesquisas em torno do campo de estudos sobre velhice no Brasil apontam que as representações acerca da velhice mudaram nas duas ou três últimas décadas, deixando esta¹³ de ser associada àquilo que Baudrillard (1996), num texto escrito em 1976, chama de 'morte social', morte do corpo, morte da vida, que podemos associar diretamente à exclusão dos velhos do mundo do trabalho, do acesso aos bens de consumo e ao desempenho de funções importantes nas solidariedades familiares. Temos hoje em construção um reposicionamento dos velhos em relação ao laço social, num processo ambivalente de positivação e de denegação da 'terceira idade'. Entretanto, os velhos evocados acima não são nada afeitos ao ideal médico-normativo-midiático da velhice risonha/dançante e saudável que vemos circular hoje."

Segundo o pensamento de Butler, ao nascer já somos precários, mas é exatamente por que um ser vivo pode morrer que é necessário cuidar dele para que possa viver, porém só em condições que a perda tem importância. Como dito anteriormente, a precariedade deve ser entendida, não segundo uma ontologia individual, mas segundo uma ontologia social que possa revelar a importância da interdependência e da intersubjetividade na produção da vida precária (BUTLER, 2015). Essa produção encontra-se dependente da existência ou inexistência das condições sociais que tornam a persistência da vida possível. Quando tais condições não se encontram presentes, as populações ficam expostas à multidimensionalidade do "trauma" da precariedade humana e deixadas à própria sorte, o que podemos designar também como "deixadas para morrer". Com efeito, é pensando nesses laços que estabelecemos (ou não) com o social que vamos pensar na facilidade que acontece o "deixar morrer" que nada mais é que a ausência de luto produzida pela morte dos outros. Nessa mesma obra que estamos analisando, Butler, irá pontuar que são as mortes de populações árabes em bombardeios feitos pelos Estados Unidos, e

¹² PAIVA, Cristian. *Corpos/ Seres que não importam? Sobre homossexuais velhos*, P.197. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art10_paiva.pdf. Último acesso: 14 Dez. 2017.

¹³ PAIVA, Cristian. Baudrillard (1996) descreve em tintas fortes o processo de racionalização capitalista da velhice, definida como "terceiro mundo" das idades: "A terceira idade não é mais do que uma fatia de vida, marginal, a-social ao limite – um gueto, uma espera, um declive diante da morte. Trata-se propriamente da liquidação da velhice. Conforme vivem mais, e conforme 'vencem' a morte, os vivos cessam de ser reconhecidos simbolicamente. Condenada a uma morte sempre adiada, essa idade perde seu estatuto e suas prerrogativas. [...] A expectativa de vida prolongada levou, portanto, apenas a uma discriminação da velhice: esta decorre logicamente da discriminação da própria morte. O 'social' também aí trabalhou bem. Fez da velhice um território 'social' (que figura nos jornais nessa rubrica, ao lado dos imigrantes e do aborto), ele socializou essa parte da vida ao encerrá-la em si mesma. Sob o signo 'benéfico' da morte natural, ele fez da velhice uma morte social antecipada".

de palestinos nas incursões de Israel, apresentadas, sem nome, nas notícias, apenas como números, e não reconhecidas como vidas viáveis, ou vidas dignas de serem vividas. Assim como as vidas de idosos LGBTQs, delas não se faz luto. O luto pensado por Butler é um luto político, não é uma ação individual. Excluir a morte da vida representa a morte da vida (BUTLER, 2015. P.37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou apresentar algumas reflexões que entrelaçam processos de envelhecimento, gênero e sexualidade.

Pensando em desessencializar as identidades sexuais como estáveis e desejos como não mensuráveis, o presente trabalho ainda embrionário, procura ir na direção de apontar o quão necessário é constituir o campo de investigação sobre envelhecimento de LGBTQs no Brasil.

Judith Butler, meu pilar na construção dessas análises vai cunhar o conceito de precariedade e o que implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro. O nós está cindido desde o início, ele é interrompido pela alteridade. Isso evidencia que estamos expostos não somente àqueles que conhecemos, mas também àqueles que não conhecemos, isto significa que dependemos das pessoas que conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos por completo (BUTLER, 2015. P.31). Dessa forma, nos estão impingidas a exposição e a dependência de outros que por sua vez permanecem anônimos.

Ao nascer, já temos como pressuposto de que “essa será uma vida que terá sido vivida”, e para que isso aconteça, a vida precisa ser passível de luto. Como sugere Butler, a apreensão da condição de ser enlutada é o que precede e torna possível a apreensão da vida precária.

Os corpos envelhecidos são marcados pelo tempo que anuncia a sua passagem, segundo algumas falas recortadas para esse texto, não tem glamour sequer purpurina. Corpos rígidos, olhos atentos, raciocínio rápido e hormônios à flor da pele com o passar das décadas dão lugar à braços e pernas flácidos e rugas que se espalham como raízes pelo rosto.

Por conseguinte, partindo do pressuposto de que há sujeitos que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há vidas que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas (BUTLER, 2015, p. 17), os enquadramentos, no caso da velhice de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, travestis e transgêneros podem ser compreendidos através da relação das normas que determinam quais velhices são possíveis, reconhecidas e valorizadas em nossa sociedade:

A velhice é um direito negado. Ou, pelo menos, se envelhecer ainda é inevitável para todos aqueles que tiverem a fortuna de não morrer prematuramente, proíbe-se exhibir o aspecto que os avanços da idade costumam denotar. Assim, em meio a essa crescente tirania das aparências juvenis, a velhice é censurada como se fosse algo obscuro e vergonhoso, que deveria permanecer oculto, fora da cena, sem ambicionar a tão cotada visibilidade. Um estado corporal a ser combatido – ou, como mínimo, sagazmente dissimulado – por ser moralmente suspeito e, portanto, humilhante. Algo indecente que não deveria ser exibido; pelo menos, não sem recorrer aos convenientes filtros e aos pudicos retoques que nossa era inventou para tal fim e que, com crescente insistência, põe à disposição de todos e nos convoca a utilizá-los. (SIBILIA, 2012, p. 97)

A fim de não criar uma narrativa apenas melancólica sobre a memória de velhxs LGBT, uma vez que, é importante ressaltar, no Brasil, o movimento de homossexuais é recente, tanto nas formulações de políticas públicas quanto de combate ao preconceito e violência, podemos pensar juntamente com PAIVA (2009. p. 204) em que espaço há para acolher essas memórias, tão ligadas a um processo contínuo de infâmia e de produção de pessoas abjetas? Como pensar na abertura de um campo que acumule e dê conta de abrigar, além dos corpos, esses saberes, essas vivências acumuladas ao longo dos anos na experiência social desses indivíduos a fim de restituir suas autoestima, reconhecimento social e lugar de desejo no tecido social? Para além de políticas- esta também importantíssima-há também que se pensar em seus corpos e afetos e como esses importam, assim como suas vidas que são passíveis de luto e resistem apesar de não reconhecidas, são como cada instância normativa, acompanhada de perto pelo seu próprio fracasso.

Encerro com um trecho de Paiva (2009. p.205):

Há um barulho de afetos, saberes e práticas, traduzidos no riso, na “pinta”, na “cédula”, nas músicas, nos espetáculos, nos lugares e nas transas, nas

sublimações e criações micropolíticas, que precisa ser ouvido e tomado como herança e patrimônio, história viva de corpos, seres e experiências (individuais e coletivas, simultânea e indissociavelmente) que importam, e muito. O movimento LGBT, assim como as iniciativas acadêmicas de pesquisa, tem um campo enorme de possibilidades a ser explorado, ao incluir em suas agendas teórico-políticas a questão do envelhecimento homossexual. Esta me parece ser uma aposta no presente, no sentido forte do termo...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora Civilização Brasileira, 2003.

_____. Precarious Life. The powers of mourning and violence. London / New York: Verso, 2005.

_____. Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto? In "Introdução: Vida precária, vida passível de luto" e "A reivindicação da não violência". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO, A. L.; PAOLIELLO, R. M. Cultura, poder e subjetivação. Perspectivas. São Paulo, v. 43, p. 7-15, 2013.

Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/6610/4856>.

CERQUEIRA, M. B. Digressões Sobre saúde, envelhecimento e vida saudável na contemporaneidade. Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 17, n. 2, p. 26-40, 2012. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/14019/11830>.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 21ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. História da Sexualidade II: O uso dos prazeres. Editora: Graal, 1984.

HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGBT: Velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos "idosos LGBT"

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v23n47/0104-7183-ha-23-47-0283.pdf>

MISKOLCI, R.; SIMÕES, J. A. Apresentação. Cadernos Pagu, Campinas, n. 28, Pp. 9-18, 2007.

PAIVA, Cristian. Corpos/ Seres que não importam? Sobre homossexuais velhos. P.197. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art10_paiva.pdf.

PRATA, Mário. Você é um envelhescente? In: "100 Crônicas", Cartaz Editorial/Jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, 1997, pág. 13. Disponível em: http://www.releituras.com/marioprata_envelhece.asp.

SIBILIA, P. O corpo velho como uma imagem com falhas: a moral da pele lisa e a censura midiática da velhice. In Comunicação, mídia e consumo, ano 9, vol. 9, n. 26. Pp. 83-114, 2012.

SOARES, Bianca. Solidão afeta idosos LGBT.

Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/focas/planeje-sua-vida/solidao-afeta-idosos-lgbt>. Último acesso em: 15. Dez.2017

**BREVE DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE PESQUISA DA DISSERTAÇÃO
“O PENSAMENTO ‘SEXUAL’ BRASILEIRO – A SEXUALIDADE MELANCÓLICA NA
FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA”**

Fernando Filho¹

INTRODUÇÃO:

“Ultra aequinoxialem non peccari”. Esta pequena frase, mas de revelador profundo sobre a visão seiscentista europeia em relação as sociedades colonizadas, foi proferida pelo Gaspar Barleaus (1584-1648), e se torna mote síntese da pesquisa desenvolvida nos 30 meses de mestrado, na qual me dediquei. A frase se faz presente em *Retrato do Brasil* (1928) de Paulo Prado, na qual o autor avalia o Brasil como a “terra de todos os vícios e de todos os crimes” (PRADO, 1981, p.34-35). É uma perfeita sintomia da imaginação europeia em relação daqueles que viviam abaixo do Equador: de um lugar em que a moral e a virtude não se fazem presentes, e a sexualidade e o desejo se abrem sem nenhum pudor. Desta forma, na interpretação de Prado, a cobiça e a luxúria são práticas que estão presentes nas bases da formação da história nacional.

Neste pequeno artigo proponho apresentar um compêndio de alguns passos e resultados da minha pesquisa na qual é abrir uma discussão sobre os métodos, estes mesmos resultados e caminhos para novos campos de pesquisa.

O RECORTE DO TEMA:

A proposta de estudar a sexualidade em obras que estão interpretando o Brasil parte de dois movimentos. A primeira disposição é de aproximação de temas e autores daquilo que poderíamos chamar de pensamento social brasileiro ou uma Sociologia

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. Pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UNIFESP), financiado pela agência CAPES. E-mail: fernando_filho@unifesp.br

do Brasil. Nesta avaliação foi perceptível a recorrência de alguns temas que são privilegiados nos estudos contemporâneos destas áreas. Desta forma, fui à busca de referências atuais que pudessem refletir as pesquisas em torno dos assuntos deste campo.

Uma destas referências capturadas foi a entrevista Simpósio: cinco questões sobre o pensamento brasileiro (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011b), na qual cientistas sociais de referendadas universidades apresentam uma visão avaliativa dos temas presentes nesta área. Na conversa é apontada a recorrência de estudos que trazem problemas básicos sobre a construção e a solidificação da nação e do processo democrático brasileiro, e ao mesmo tempo apontam que o campo está se transformando, dando destaque a temas ou reflexões sobre as análises culturais e é perceptível um crescente interesse em novas abordagens e clivagens nos temas culturais com os de gênero, idade, região e raça. Portanto, depreende-se que os temas sobre sexualidade é promissora dentro do pensamento social brasileiro.

O segundo movimento partiu de uma aproximação sistemática dos estudos e pesquisas voltados para os temas raciais, especialmente, a raça negra no contexto brasileiro, cujas leituras evidenciam o quanto este tema sempre esteve atravessado pelo marcador da *sexualidade* para compreensão ou formação das *três raças brasileiras (branca indígena e negra)*. Em tese, ao falar de uma formação do povo brasileiro, o contato destas três raças se dá também pelas relações sexuais ou pelo desejo, e estas podem ser construídas de maneiras consentidas ou perversas. Também parto de uma questão de *senso comum* que permeia distintas camadas e grupos sociais, a ideia de *que o Brasil é um país da libertinagem e liberdade sexual*, pela qual perpassa as literaturas clássica e moderna brasileira, dos programas de televisão ao cinema, e que se manifesta com *mais força* nas festas de carnaval, alimentando a imagem de um *Brasil sexual* para os estrangeiros.

Com isso, foi necessário ir atrás de intelectuais e obras que falassem sobre sexualidade, desejo e sensualidade. Não somente ir atrás de práticas determinadas de alguma raça, povo ou grupo social presentes na história brasileira, mas em como este recorte temático foi fundamental para suas teorias, metodologias e epistemologias. Antes de escrever o projeto a ser submetido ao programa de mestrado

me debrucei nas seguintes produções, entre as quais, *A carta do descobrimento ao Rei dom Manuel (1500)* de Pero Vaz de Caminha; *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob origem da economia patriarcal (1933)*, de Gilberto Freyre; vários ensaios de Sexologia (título que o autor nomeia alguns artigos sobre sexualidade, aborto e homossexualidade) de Estácio de Lima, produzidos durante as décadas de 40 e 50; *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil (1894)* de Nina Rodrigues; *O colono preto como fator de civilização brasileira (1908)* de Manuel Querino; *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia (1942)* de Caio Prado Jr e *Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza Brasileira* de Paulo Prado. O resultado foi que estas referências transitavam entre pouco ou um olhar mais apurado sobre a sexualidade, porém, sem excluir nenhuma delas, estas produções foram fundamentais para o entendimento de um panorama social sobre o passado brasileiro e como cada um deles defendiam um método teórico de como poderia ser interpretado a sociedade brasileira. Para efeito de trabalho a ser pesquisado na pós-graduação, o texto de Paulo Prado foi o que me apresentou um desejo de conhecimento pelo seu pensamento e o mais instigante a sua proposta de um tipo de brasileiro triste erguido por uma melancolia sexual carregado de erotismo e ambição sem controle que ajudaria a formar uma nação fadada ao fracasso político. O livro traz uma visão das três raças *ditas* fundantes da cultura brasileira com características negativas (a ingenuidade sensual indígena, a passividade infantil africana e a depravação erótica portuguesa) que desembocam num tipo de mestiço triste, uma discussão sobre a mestiçagem estrutural nos períodos colonial e imperial.

O AUTOR E O LIVRO:

Paulo da Silva Prado nasceu na capital paulista em 1869, filho mais velho do Conselheiro Antônio Prado, membro da de uma elite tradicional do café. Em 1889, se forma na faculdade de Direito de São Paulo e na última década do século XIX, faz uma série de viagens pela Europa se aproximando de intelectuais e escritores portugueses, franceses e brasileiros residentes naquele continente. Nas primeiras décadas do século XX, atuou predominantemente como empresário nos negócios vinculados ao café e nos anos 30, participou do governo Vargas, saindo logo em

seguida por divergências políticas. Fundou a Revista Nova, sendo redator ao lado de figuras como Monteiro Lobato, Mário de Andrade e Alcântara Machado.

Na sua trajetória de teórico, Paulo Prado teve incentivo de Capistrano de Abreu e de seu tio Eduardo Prado, ambos historiadores, para escrever páginas que dedicassem a contar uma história sobre São Paulo e o Brasil. De uma herança tradicionalista e com visão modernista em vários pontos, e definido por Mário de Andrade, como um homem de caráter aventureiro e tradicional², é também conhecido pelo seu mecenato e idealização da Semana de Arte Moderna. Publicou uma série de artigos em alguns jornais e revistas, em que predominava análises, reflexões e críticas e uma historiografia tímida sobre as origens e os aspectos da cidade de São Paulo. Textos que foram compilados na obra *Paulística* (1925) e que servem de base referencial para compreendermos os aspectos metodológicos de *Retrato do Brasil*, entendido como um alargamento do espírito das ideias presentes nos seus ensaios sobre o estado paulista.

Escrita em 1928, *Retrato do Brasil* é lançada num momento em que o Brasil já tinha a maioria das suas instituições políticas e científicas consolidadas, ou seja, em um período que a consolidação do regime republicano e o surgimento das primeiras universidades marcam uma nova fase de reflexão sobre as bases da formação política e social brasileira, destacando a passagem do gênero ensaístico para o monográfico com predominância de temas específicos (RICUPERO, 2088, p. 22). As produções sobre as interpretações que surgem nas primeiras décadas do século XX, revelam uma estrutura narrativa comum, fazendo um balanço da história brasileira e propondo um programa político e cultural para superar os problemas do país. O texto de *Retrato* apresenta uma estrutura formal de ensaio na qual o autor faz uma interpretação sobre vários temas: raça, ocupação da terra, processo de colonização, identidade cultural e sexualidade. Este último conceito apresenta uma visão ímpar sobre a tipologia brasileira analisada pelo viés da sexualidade. Dividida em quatro capítulos e um *Post-Scriptum*, na qual o foco central de seu argumento são os excessos sexuais e a ambição desenfreada presente nos primeiros séculos da formação social brasileira.

² FERRAZ, Geraldo. Paulo Prado e duas reedições, prefácio a 7ª edição de *Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

O título já nos remete a algo que lembra quadro e o subtítulo “tristeza” nos leva para um lugar de subjetivação. Na análise de Carlos Berriel (2013, p.204), é como se fosse uma frase de efeito que indica “uma falta de sintonia entre a natureza brasileira e a estrutura espiritual dos seus habitantes”. Portanto, de início, Prado pretende analisar alguns aspectos psicológicos do brasileiro ou da sociedade brasileira, como se fosse um quadro ou uma foto. Ao “batermos” o olho, vemos todas essas sensações e notas que Prado tem sobre o Brasil, entrelaçando fatos documentáveis e uma subjetividade resplandecente.

No primeiro capítulo denominado “A Luxúria”, Prado constrói a tese de que o excesso sexual é incitado pelo clima paradisíaco, a solidão e a liberdade do homem colono e a animalidade sensual da índia e da negra que estimularia a “superexcitação” erótica do português. No início do capítulo, se apresenta uma visão heroica das “descobertas marítimas”, que ao mesmo tempo em que incutiu o espírito de liberdade nos homens daquela época também alargou as ambições humanas, atraindo para os novos continentes, europeus em busca de riquezas fáceis. As interpretações do autor são feitas a partir das cartas jesuíticas e diários de viajantes.

Em “A Cobiça”, é destacado o sentimento de ambição desenfreada dos colonos em busca de ouros e pedras preciosas pelo interior do Brasil, construindo laços sociais pautadas na lógica do enriquecimento fácil, subjugação dos corpos e almas dos índios e negros, através da escravidão, estupros e poligâmias. O enriquecimento que seria o clímax da colônia brasileira seria também o seu declínio. Neste capítulo, Paulo Prado compara que os mesmos motivos que levariam o ápice e a queda do povo paulista também ocorreriam em toda a extensão da colônia brasileira.

Os dois capítulos posteriores, “A Tristeza” e “O Romantismo” mostram como as práticas da cobiça e luxúria levaram um povo acometido pela melancolia a um lirismo pessimista, de modo que não conseguiram desenvolver a precoce nação brasileira. A melancolia sexual e o enriquecimento fácil levariam estes indivíduos a um esgotamento físico e mental, que gera a incapacidade de construir uma sociedade pautada em valores que não sejam somente em “baixas paixões”. Os processos de miscigenação e as teses antropogeográficas se tornam referências para o historiador, na qual, a primeira seria um vício astenico que acentuando o que seria mais de ruim

de cada raça geraria uma nação fadada ao declínio, e a segunda, as condições ambientais, especialmente o clima explicaria o temperamento de um povo e a indisponibilidade para o desenvolvimento civilizatório.

Em “Post-Scriptum”, é centralizada uma reflexão sobre o papel do historiador na construção de um programa histórico. Nesta parte final, Prado se autoanalisa em como ele se colocou diante do desafio de construir uma história interpretativa da identidade e política brasileira. Faz um balanço em como o temperamento sem fibra do brasileiro acarretou os problemas políticos e sociais da Brasil recém-república. Portanto, é um capítulo de análise do presente momento que o historiador desenvolve a obra. Aqui, o autor apresenta duas soluções de um teor radical para que a nação pudesse sair do “atoleiro” em que se encontra: a guerra ou revolução.

Importante destacar neste processo de pesquisa que a metodologia elaborada e defendida por Prado em *Paulística* são largamente aplicadas na construção de Retrato do Brasil: o uso de documentos históricos, aplicação de diversas teorias – muitas conhecidas no século XIX, no reforço da utilização da imaginação do historiador. O autor busca novas visões para as abordagens raciais, políticas e de povoamento do território brasileiro. Constrói, fala e defende uma visão de Brasil, uma nova representação de uma história formativa do povo brasileiro, distinta da maioria dos intelectuais do século oitocentista. Mesmo sendo alvo de críticas assertivas, as suas abordagens metodológicas, teóricas e interpretativas não conseguem preencher lacunas de um Brasil diverso e múltiplo. As teses de Prado são em alguns momentos um espelho ampliado da história de São Paulo.

O TEXTO DA PESQUISA:

Na apresentação do projeto de pesquisa busquei uma imagem que se tornaria referencial para o desenvolvimento do meu trabalho. Em *A interpretação das culturas* (1989), Clifford Geertz finaliza sua proposta metodológica de investigação propondo que a cultura de um povo é como se fosse um conjunto de textos e que cabe ao antropólogo ler por cima dos ombros deste grupo (p.212). Com este estímulo, interpretei a sexualidade presente no livro, buscando em como o intelectual trabalhou e construiu suas teses e metodologias investigativas, o diálogo com outros autores e

correntes teóricas. Olhar por “cima dos ombros” de Paulo Prado é percorrer junto com ele o seu caminho na construção de seus trabalhos para uma busca de uma interpretação da sociedade brasileira.

Partindo de leituras e debates sobre as obras de Paulo Prado e principalmente daquelas que ele se referenciava, construí um texto dividido em quatro capítulos. Nesta dissertação me ancoriei em bibliografias contemporâneas que tratam deste tema, sem necessariamente ter a formação da cultura brasileira como lugar central de análises. Desta forma, discorrei sinteticamente em como os conceitos de raça e sexualidade foram construídos como categorias de pensamento e práticas políticas na história cultural do ocidente; as influências metodológicas e teóricas de Paulo Prado, assim como a sua interpretação sobre as categorias raciais e sexuais para fundamentação de uma teoria sobre a sociedade brasileira.

Desta forma, o capítulo inicial que intitulo “O pensamento sexual no século XIX: o desejo e a história” se mobiliza em torno de uma preocupação de mostrar com as categorias de raça e sexualidade foram forjadas principalmente no século XIX, em como se tornaram altamente científicas, fundamentais na formação e classificação de indivíduos e sociedades. Levi-Strauss (1993, p.330) diria em *Raça e Cultura* que estas duas categorias estão estritamente ligadas se não no direito, mas no espírito.

Nesta unidade debato duas obras contemporâneas que pode nos ajudar refletir essas construções categorizadas, que são *Desejo Colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça* (2005), escrita pelo antropólogo e historiador inglês Robert Young, e *História da Sexualidade I: a vontade do saber* de Michel Foucault, publicada no ano de 1976; e incluindo na pesquisa a leitura sistemática de algumas aulas presentes *Em a Defesa da Sociedade* (1975-76) e em *Os anormais* (1975), proferidas também por Foucault.

Na primeira obra do antropólogo inglês, há um convite para que o leitor desenrede o feixe de significados que amarra os conceitos de “raça” e “cultura”, para que afim identifique uma ligação entre as teorias produzidas por estes dois conceitos, assim implicando a sexualidade como um terceiro mediador, em que a própria teoria racial uniria os três (YOUNG, 2005, p. 118). Ao analisar a experiência inglesa em suas

colônias, o autor identifica que as ideias sobre raça são discutidas como entidades separadas do desenvolvimento do pensamento científico e artístico do século XIX, e que esse tipo de cisão não seria benéfico para uma compreensão profunda sobre as teorias culturais e raciais deste período. Portanto, não se percebe que estes três conceitos interligados atuam numa prática política deliberada nos processos de colonização imperialista orquestrada pela Europa. Em conclusão, para Young, o desejo e a sexualidade são as forças geradoras que conduzem a máquina do progresso e da modernidade. O colonialismo se movimenta como uma máquina de guerra burocrática tendo a raça e a produção sexual como suas ideologias formadoras.

Para Michel Foucault, o século XIX é denominado o “século das degenerações” ou o “século das classificações”, um período em que a sexualidade adentra o campo da ciência, em que os saberes e tecnologias de poder formam a base de um discurso sobre a sexualidade humana, o sexo é colocado em discurso (FOUCAULT, 1988, p. 16). A incitação discursiva é atravessada por políticas econômicas que através de pesquisas quantitativas submetem a sexualidade em formas de análise, contabilidade, classificação e especificação (FOUCAULT, 1988, p. 48). Os governos em porte deste conhecimento fomentariam uma “polícia do sexo”, a necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição (FOUCAULT, 1988, p. 28), ou seja, pautando um comportamento sexual na lógica econômica.

Destaca-se nas interpretações de Foucault, toda sexualidade que não estiver numa lógica normativa, e são estas que se tornam objetos privilegiados do saber, que se isolam no instinto biológico (1988, p. 112). O filósofo molda o “conjunto perversão-hereditariedade-perversão” – o núcleo sólido das novas tecnologias do sexo, que elegem quatro figuras com seus alvos e pontos de fixação: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso, no qual serão procuradas patologizações, com intuito de corrigir anomalias e se contrapor a um ideal sadio e correto da burguesia viril, assegurando uma potência física e a pureza moral do corpo social, prometendo eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações corrompidas (FOUCAULT, 1988, p. 24). Ao instaurar uma medicina de

perversões com seus programas de eugenia racial, os governos justificam os racismos oficiais de Estado, nas quais contribuirão com mais poder na tecnologia do sexo. São fundamentados como “verdades” (FOUCAULT, 1988, p.54), de modo que as várias formas de racismo encontraram nestas tecnologias de poder seus pontos de fixação.

Portanto, os dois autores são interessantes para refletirmos o papel da sexualidade e desejo na construção das sociedades, tendo o Estado, como o agente principal. Young parte de uma experiência inglesa colonial que pode ser distinta de alguns aspectos da brasileira, porém, a ideia uma sociedade pautada nos excessos sexuais defendida por Paulo Prado, nos propõe a pensar que há uma ligação de desejo como forma de conduta política nas colônias portuguesas. Da mesma forma que em Foucault ao teorizar sobre a relação entre ciência da sexualidade, teorias raciais e o século XIX, aponta que os Estados utilizaram desta máscara para se erguerem. Importante para pensarmos o Brasil Imperial, que naquele período passa por um processo de solidificação como Estado-nação. E a teoria das três raças se coloca como discurso oficial desta nova nação que solidifica.

No terceiro capítulo “Forjando um pensamento sexual no Brasil: uma sexualidade tropical” sintetiza como as categorias de cultura, sexualidade e raça são conceituadas e serviram para explicar o Brasil, principalmente no século XIX. Destaco as influências do naturalista e etnólogo Karl Von Martius (1794-1868) com o seu programa *Como se escrever uma história do Brasil* (1956) – em que argumenta que a história do Brasil deve ser narrada através da cultura racial desenvolvida no território brasileiro–; e do médico antropólogo Nina Rodrigues com uma visão pessimista sobre a mestiçagem brasileira. É importante a passagem por esses pensamentos, pois eles nos dão a base de como os círculos intelectuais e políticos articulavam e moldavam as teorias raciais nas explicações sobre o país.

Da mesma forma que o século XIX forjava na Europa, a construção de estados nacionais, aqui no Brasil sobre o signo de um modelo imperial também se desejava e reivindicava um projeto nacional que integrasse todo um território e a diversidade de povos que aqui se encontravam, mesmo que para isso alguns ficassem de fora. Lilia Schwarcz (1993, 2016) ao se debruçar sobre este período, o reconhece como a “Era dos Nacionalismos” ou o século da “naturalização das diferenças”, na qual se torna

central o discurso racial na construção de um projeto de nação e uma das estratégias era escolher personagens históricos que passariam a se tornar os heróis nacionais, ao mesmo tempo em que imporiam uma língua monumental e identificariam lugares, paisagens, costumes e povos originais, no intuito de construir símbolos nacionais e algum discurso que poderia amarrar com objetivo de se construir uma identidade nacional (SCHWARCZ, STARLING, 2016, p.283).

Além do desejo de fundar uma historiografia nacional e original, há a intenção de não só ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da pátria (SCHWARCZ, 1993, p.134 - 135).

Para solidificar uma história nacional, precisava, portanto, de instituições que pudessem concretizar esta missão. Criada em 1839, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) teria como papel principal construir e guardar uma história oficial. Em 1844, O IHGB promove um concurso intitulado “Como escrever a história do Brasil” em que o projeto premiado deveria apresentar um plano para tal tarefa. Sendo o texto escolhido do botânico e viajante alemão Karl Philipp Von Martius com o título *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicado em 1845, na *Revista IHGB*. A influência deste programa vem do contato que o botânico teve com as populações indígenas e sertanejas do interior do Brasil no desenvolvimento das suas pesquisas sobre a flora brasileira. Percebe-se, portanto, que seu projeto de história brasileira se constituiu com uma mistura de botânica e etnografia, influenciadas pela metodologia classificatória das ciências do século XIX. E na construção de uma narrativa de unificação nacional, Von Martius escreve um plano em que o importante não seja organizar fatos históricos em cronologias, mas uma história em que as raças e sua união sejam o motor ímpar da construção da nação, ou seja, uma “historiografia filosófica do Brasil”, da qual, permite contar esta narrativa através do contato das três raças e o seu desenvolvimento particular no clima tropical brasileiro, na qual o branco português seria o grande propulsor na construção da nação, e as raças indígenas e negras não deveriam ser desprezadas, pois estas ajudariam a primeira no desenvolvimento físico e moral da nação. No seu programa propõe estudar por regionalidades, agrupando as províncias em blocos com similaridades climáticas ou culturais, pois fazendo isso, o historiador diminuiria as diferenças regionais e

conseguiria centralizar, enfatizando a unidade: “deve agir como um monárquico constitucional em prol da manutenção da unidade territorial e com o fim de aniquilar os preconceitos entre as províncias” (VON MARTIUS, 1956, p.457). No seu texto, as raças são vistas como elementos naturais de uma grande paisagem brasileira. Mesmo visto de forma inferior, Von Martius (1956, p.443) coloca que somente no Brasil, os negros e indígenas puderam contribuir no desenvolvimento da nação, marcando assim uma particularidade histórica e identitária nacional, garantindo condições para que estas se aperfeiçoassem.

O impacto de *Como deve se contar a história do Brasil* em diversas formulações teóricas e aplicações políticas foi visível em várias produções já na segunda metade do século, colocadas em práticas algumas de suas teses, modificando de acordo com a pertinência de cada intelectual. Entre eles, podemos citar Adolfo de Varnhagen, João Ribeiro, Oliveira Lima e Capistrano de Abreu – este último como influenciador principal de Paulo Prado. Por mais que o programa de Von Martius não apresentasse teses sobre contato sexual entre as raças ou a vida sexual do brasileiro, porém ela abre um caminho em que a história da formação do povo brasileiro se conta através da mistura racial. Não importando de que período e espaço que falam, ou que ideologia ou metodologia pretendem seguir, a questão racial com a problemática da miscigenação se torna central nas perspectivas e obras de diversos historiadores, médicos, juristas, antropólogos e escritores brasileiros, nos séculos XIX e XX.

Nos últimos anos do século XIX, os discursos médicos se tornam hegemônicos nas explicações raciais e se consolidam como um dos saberes importantes na construção de uma nação. Duas escolas se destacam neste período: a escola medicina baiana e a escola de medicina carioca. Na primeira escola, as pesquisas centravam-se na investigação de doenças tropicais, focando em programas de caráter higiênico, identificando doenças, na qual estes médicos acreditavam que seriam originárias dos convívios entre as diferentes raças. Já na medicina baiana, prevaleceriam abordagens, via medicina legal, que tomavam o negro como objeto de estudos, uma vez que entendiam que o cruzamento racial era o grande mal do Brasil, pois no corpo desta gente miscigenada guardaria impulsos para criminalidade e a loucura – a degeneração das raças estaria neste processo de mistura racial.

Esta última escola tem como principal nome, o médico Nina Rodrigues que (1862-1906) que unia saberes da medicina legal e etnografia com objetivo de investigar a relação entre as doenças, raça negra e seus cruzamentos. Ao perceber a falta de uniformidade étnica e um intenso de cruzamento entre as raças, as práticas de mestiçagem se tornam objetos por excelências de constantes pesquisas, debates e ensaios. A preocupação reside nestas trocas sexuais, que ao produzirem tipos mestiços, dificultaria prognósticos e análises para as curas de diversas doenças. Partindo das teorias do evolucionismo social praticadas no continente europeu, o médico acreditava que a civilização nasceu na Europa, sendo impossível para as nações predominantemente negras alcançarem este mesmo status. Ele parte das teses pessimistas do atraso racial, muito defendidas pelos círculos intelectuais do final do século XIX, que afirmavam, por exemplo, se a raça branca desse uma parada no seu processo de civilização, os negros conseguiriam alcançar, embora isso pudesse levar séculos e ainda assim não terem resultados, pois os negros não teriam características morfológicas e psicológicas favoráveis a civilização. Sendo este um dos maiores argumentos contrário a mestiçagem, haja vista que, se os negros entrassem em contato com os brancos, passariam seus elementos degenerativos aos seus descendentes, ocasionando o atraso da raça branca. Desta forma, o Brasil, como exemplo de mestiçagem, estaria sobre o signo do atraso. A medicina racial de Nina Rodrigues foi contribuinte para o desenvolvimento das ideias relacionadas à eugenia nos primeiros anos do século XX. E influente nas obras de intelectuais que semelhante a ele via com descrença a possibilidade do país se civilizar tal qual como a Europa, tendo em vista a marcante presença das massas mestiças na nossa configuração histórica. Paulo Prado, por exemplo, traz esta marca no título *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*— aqui são as três raças e não a negra somente que guarda tristeza, melancolia e aversão a um projeto de civilização, portanto, o olhar de Prado se assenta também na mestiçagem brasileira.

O penúltimo capítulo, “O pensamento melancólico de Paulo Prado”, se propôs fazer um diálogo com as questões que o autor apresentava sobre os processos de formação social e política brasileira especificamente no âmbito da sexualidade. Na estrutura temática do capítulo inicio discutindo os círculos de relacionamento do autor,

na qual está ligada a duas gerações de intelectuais: a Geração de 70, que mesclava nomes da elite cultural brasileira e portuguesa, entre os quais, Eça de Queiroz, José Veríssimo, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado e entre outros. Esse grupo tinha interesses comuns em discutir os rumos políticos e culturais de suas nações e sempre numa tônica de melancolia e insatisfação, lançando críticas ao modelo liberal implantado em Portugal por volta dos anos 1830, entre elas, as dificuldades da governança da Monarquia brasileira e a implantação da República que só dá continuidade de tudo que é péssimo e atrasado na sociedade brasileira. E o Modernismo da década de 1920, que incute em Paulo Prado, os desejos de mudança na sociedade brasileira em que os elementos históricos da construção paulista se tornam referências para que o Brasil saia “atoleiro em que hoje chafurdamos” (PRADO, 1981, p.149). Os debates e atuações travadas nestes círculos se materializam nas escritas de *Paulística* e *Retrato do Brasil*. Foi necessário nesta parte da pesquisa o conhecimento da história portuguesa e das decisões marcadas de Portugal na colônia brasileira, pois, alguns posicionamentos teóricos de alguns dos intelectuais identificam entre os séculos XV e XIX, ascensão e declínios destes dois países. O conceito de melancolia de Paulo Prado está mais para um pessimismo nacional do que um problema psíquico de ordem individual.

Nesta parte da pesquisa foi importante a aproximação de duas obras de Prado para compreensão de modelo de interpretação da história do Brasil defendida por ele. Membro das oligarquias paulistas, o autor positiva a história da formação de São Paulo em detrimento da história brasileira. Essas suas visões aparecem nos artigos de *Paulística*, sua obra anterior, lançada em 1925, que se centralizam nas estruturas de formação, daquilo que Prado chama de “raça paulista”. Para isso, ele busca em Capistrano de Abreu, o modelo teórico para explicar o desenvolvimento da cidade em que numa linha senoide posicionava quatro pontos que a representariam: ascensão, clímax, decadência e regeneração

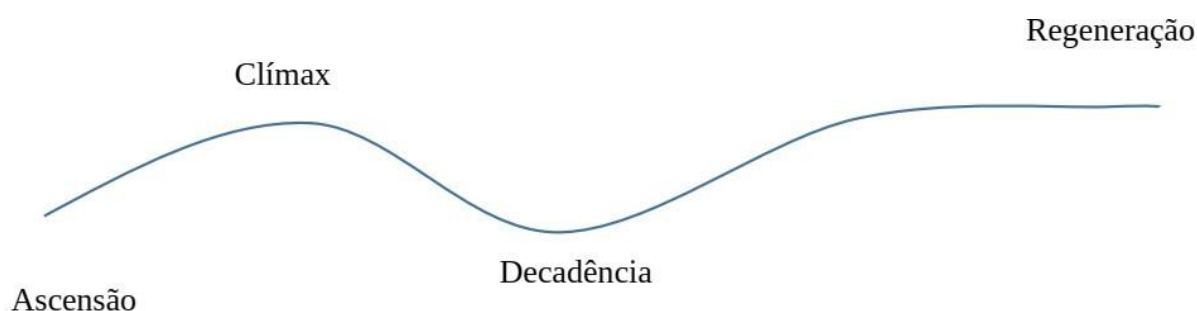


Figura 1: Modelo de Capistrano de Abreu. Fonte: Prado, 2004. p. 59

Partido deste gráfico, a apresentação de uma ascensão e clímax do povoado de São Paulo se deu, sobretudo pelo isolamento geográfico da cidade em relação as demais partes da Colônia e do Reino. Esse distanciamento construiu um tipo paulista de caráter aventureiro e trabalhador que não cai nos excessos morais dos demais colonos. Ao abandonar a Europa “civilizada”, estes primeiros colonos traziam um espírito de aventura, ambição e uma facilidade de adaptação, conseguindo resistir aos perigos e hostilidade da natureza. Com os povos indígenas nativos aprendia técnicas de plantio e como buscar alimentos pelas matas. Diante da ausência de mulheres brancas e a tendência a aceitar a moralidade e mentalidade dos índios, estes homens europeus não resistiriam ao mancebil com as mulheres da terra (PRADO, 1981, p.44). A decadência ocorreu no momento que São Paulo tem uma aproximação com as outras “gentes” do território, especificamente no ciclo de ouro. E, ao aplicar esse modelo na história do Brasil, para Prado, já começa a partir do declínio com a chegada de pessoas que vinham explorar, mas sem um projeto de trabalho e formação social contínua, e se acirra, também como ciclo da mineração e se aprofunda com os ideais do Romantismo no século XIX. Portanto, os termos luxúria e cobiças são entendidos como partes fundamentais da formação do caráter do povo brasileiro. Por fim, este penúltimo capítulo, o mais extenso da dissertação, elaboro uma subdivisão em sete subcapítulos, na qual iniciando com uma breve introdução que de uma certa forma é a apresentação das discussões colocadas até o momento, incluindo comentários sobre as teorias de Eduardo Prado e Oliveira Martins que servem de base para as teses de Prado.

O primeiro subcapítulo “Retrato de uma São Paulo, espelho de um Brasil”, é um debate aprofundado sobre alguns artigos de *Paulística* e a relação com *Retrato do Brasil*. Os dois seguintes “Capistrano, o autêntico brasileiro” e “As curvas isoladas do caminho do Mar: o modelo de Capistrano de Abreu” apresentam um pouco sobre as metodologias deste autor que se tornou possivelmente o que mais contribuiu teoricamente para o pensamento de Paulo Prado. O historiador cearense nos mostra uma divisão clássica entre os habitantes do sertão e do litoral que estão presentes em muitas interpretações nacionais, aliadas com teses de influências do determinismo geográfico. Os quatro últimos subcapítulos destrincho *Retrato*, propondo pensar a partir de marcadores conceituais em como Prado apresenta na obra e que vêm sendo realizada sobre os demais autores contemporâneos e clássicos colocados na dissertação, que denomino de “História e Interpretação”, “Raça e Cultura”, “Sexualidade e Miscigenação” e “As três raças tristes”, desta maneira, mostrar o modelo de interpretação do autor, os seus limites, avanços e conclusões

E, o último capítulo, *Nosso Post-Scriptum* faço uma referência a última parte de *Retrato*, em que faço um balanço sobre as capilaridades e a discussão da obra para as áreas das ciências humanas. Assim, como no livro em que Paulo Prado propõe uma reflexão sobre seu papel de historiador e propostas para uma mudança de consciência social da sociedade brasileira, na dissertação o caminho é questionar os fundamentos deste modelo de história e sociedade defendidas pelo autor e, por fim, apresentar uma agenda de futuras pesquisas.

ADENDO:

A citação de Baleaus deveria estar inscrita na bandeira do Brasil, mas não pelos motivos que ela foi proferida, mas para lembrar que nesta terra de Deus, muita gente, principalmente aqueles que foram denominados de raças inferiores morreram (de tudo que é forma) para colocar em prática as perversidades sexuais daqueles que detinham o poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

_____. **Ensaio e Estudos: crítica e história. 4ª série**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

BERRIEL, Carlos. **Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

CORRÊA, Mariza. **Raimundo Nina Rodrigues e a garantia da “ordem social”**. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 130-139, dez-fev, 2006.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

PRADO, Paulo. **Paulística etc.**(org) Carlos Augusto Calil. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. **Retrato do Brasil:** ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1996 (24º impressão).

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RICUPERO, Bernardo. **Sete Lições sobre as interpretações do Brasil.** São Paulo: Alameda, 2008.

RODRIGUES, José Honório. **Correspondência de Capistrano de Abreu (vol. 2).** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro: 1954.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1894.

_____. **Os africanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SCHWARCZ, Lília. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____; BOTELHO, André. **Pensamento Social Brasileiro, um campo vasto ganhando forma.** Lua Nova: Revista de cultura e política. CEDEC: São Paulo, n.82, p.11-16, 2011a

_____. **Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro.** Lua Nova: Revista de cultura e política. CEDEC: São Paulo, n. 82, p. 139-159, 2011b.

_____; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Cia das Letras, 2016.

VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. **Como se deve escrever a história do Brasil.** Revista de História de América. Instituto Pan-Americano de Geografia e História: Cidade do México, n.42, p.433-458, 1956.

YOUNG, Robert. **Desejo Colonial:** Hibridismo em Teoria, Cultura e Raça. Tradução: Sérgio Medeiros. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ÉTIENNE BALIBAR E LOUIS ALTHUSSER:

Estado e Ideologia

João Guilherme A. de Farias¹**1. A RETIFICAÇÃO DA TEORIA MARXISTA DO ESTADO**

O estudo conjugado dos escritos de Althusser (1970) e Balibar (1975) contribui para demonstrar o percurso de Marx no desenvolvimento da sua teoria sobre o Estado, ao mesmo tempo que fornece também avanços necessários à própria teoria. Na presente seção, nosso objetivo é demonstrar tanto i) a retificação operada por Karl Marx quanto ao tema do Estado e captada por Etienne Balibar, como ii) o avanço proporcionado pelas contribuições de Louis Althusser para a teoria marxista do Estado.

Nesse sentido, nota-se que em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1970) Althusser relembra que no âmbito teórico a tradição marxista atribui ao Estado, fundamentalmente, um caráter repressivo, isto é, reconhece nele um *aparelho* primordialmente repressivo. Todavia, a teoria marxista do Estado, mantendo-se nesse “estágio”, permanecia igualmente no que ele chamou de “primeira fase de toda teoria” ou de “teoria descritiva”, sendo, por essa razão, necessário avançar. Althusser (1970), assim coloca a questão:

[...] a teoria descritiva do Estado é correta [...]. Assim, a definição do Estado como Estado de classe, existente no aparelho de Estado repressivo, esclarece de uma maneira fulgurante todos os factos observáveis nas diversas ordens de repressão sejam os seus domínios quais forem [...]. Contudo, a teoria descritiva do Estado representa uma fase da constituição da teoria que exige por si mesma a “superação” desta fase. (p. 34-35).

Diante dessa constatação, tal como se extrai da citação supra, Althusser se propõe a contribuir com a superação dessa “fase descritiva” da teoria, o que resultará em sua genuína elaboração a respeito dos aparelhos repressivos e ideológicos de Estado, bem como sobre o papel da superestrutura na reprodução das relações de

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. Advogado e bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenador do Grupo de Pesquisa Marxismo e Direito. Artigo originariamente desenvolvido para a disciplina “Ideologia e Direitos Sociais”, cursada como aluno especial da pós-graduação em Direito, na Universidade de São Paulo. E-mail: alvares.farias@unifesp.br

produção capitalista, afastando do marxismo análises economicistas. Antes de tratarmos desse ponto, veremos em que consistiu a retificação operada pelo próprio Marx e captada por Balibar.

1.1 ESTADO, POLÍTICA E DITADURA DO PROLETARIADO

Em *A retificação do 'Manifesto Comunista'* (1975)², Balibar sustenta que entre a publicação do *Manifesto do Partido Comunista* (1848) e da *Guerra Civil em França* (1871) há, por parte de Marx, uma retificação da teoria que não se resume a um mero “ajuste” entre *teoria* e *prática*, mas, na verdade, de verdadeira correção que decorre da própria transformação do movimento operário no processo histórico da luta de classes. Essa retificação acaba por produzir algumas consequências, das quais a mais importante para nosso objetivo nesse estudo é a *transformação da definição do Estado*.

Em 1848, o *Manifesto* anuncia a tese da identidade entre Estado e política, de modo que o fim do Estado levaria ao progressivo fim da política, o que revela um sentido negativo sobre o Estado. Essa concepção se altera com a experiência da Comuna de Paris, já que a quebra da velha máquina estatal não acarretaria o fim da política, mas, ao contrário, inauguraria uma nova forma política: a ditadura do proletariado. O *Manifesto* também não insere no seu horizonte imediato a necessidade de quebrar a máquina estatal via luta de classes no decorrer do processo revolucionário. Vejamos como Marx e Engels abordam a questão:

O proletariado utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante [...]. Quando as diferentes classes desaparecerem no curso do desenvolvimento e toda a produção concentrar-se nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político”. (MARX; ENGELS, 1988, p.86-87).

Diferente do que se extrai da passagem acima, a retificação elaborada em 1871, em decorrência do episódio da Comuna de Paris, coloca em primeiro plano a necessidade do início imediato da quebra da velha máquina estatal, que, no *Manifesto*,

² A edição citada refere-se à tradução portuguesa de 1975, publicada pelo Editorial Presença. O artigo mencionado faz parte da coletânea de artigos reunidos e publicados no livro intitulado *Cinq études du matérialisme historique* ('Cinco estudos sobre o materialismo histórico') em 1974 pelo editorial Maspéro. “A retificação do ‘Manifesto Comunista’” apareceu pela primeira vez em 1972 na Revista *La Pensée*.

ainda se apresentava como objetivo longínquo e quase que automático, tão logo o proletariado centralizasse em suas mãos os meios de produção. Não se vislumbrava, então, o processo violento e de luta de classes na destruição do velho aparelho de Estado e a necessária criação de um aparelho que é já um não-Estado. Por isso a Comuna resultou na “explosão do poder estatal até então existente e sua substituição por um novo poder, verdadeiramente democrático [...]” (ENGELS, 2011, p. 196).

A experiência da comuna revelaria para Marx que a tarefa fundamental e mais imediata dos trabalhadores é quebrar o velho aparelho de Estado para, no seu lugar, instaurar uma nova forma política, qual seja: a ditadura do proletariado, isto é, o governo da classe trabalhadora³. Esse governo que “não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado de tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (MARX, 2011, p. 54). Essa reformulação foi descrita por Lenin (2010, p. 48) como “notável raciocínio” dentro do marxismo, um “progresso considerável”.

Essa retificação imputa ao “não-Estado” um caráter agora positivo, que envolve o surgimento de uma nova política ou de novas práticas políticas, diferente da formulação de 1848, o que foi possível graças às experiências acumuladas pelo proletariado no processo histórico de luta de classes entre a redação do *Manifesto* e a análise de Marx sobre a Comuna. Diante do que foi dito até aqui, vejamos em que consiste a retificação do *Manifesto*:

[...] a “correção” trazida ao Manifesto pelos factos torna-se agora clara – a Comuna prova que o “não-Estado” (a destruição do Estado) não é apenas um resultado final do processo revolucionário. É pelo contrário um aspecto inicial, imediatamente presente, sem o qual não existe nenhum processo revolucionário. Sem dúvida, como o demonstra Lenine contra toda a interpretação anarquista, a extinção [...] completa do Estado não pode produzir-se senão depois do desaparecimento completo das relações de classe [...], mas esta extinção começa imediatamente, e o seu começo imediato, não em intenção, mas nas medidas práticas que contradizem diretamente a inevitável “sobrevivência” do Estado, é a condição material da transformação efetiva das relações de produção, assim como da desaparecimento definitiva do próprio Estado. (BALIBAR, 1975, p. 135-136).

³ “Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta de classes produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho”. (MARX, 2011, p. 59).

Essa constatação, ou seja, a retificação acima traçada por Balibar, permite-nos tratar do que ele chama de “contradição determinada, localizada no interior à própria teoria” (1975, p. 136). Com esse termo, Balibar quer dizer que a retificação operada por Marx não seria de modo algum fruto de um desenvolvimento evolutivo, mas uma ruptura interna à teoria e que tem como resultado a seguinte ideia: se por um lado, no *Manifesto* “a extinção do Estado não é verdadeiramente um processo revolucionário, um processo de luta e de afrontamentos sociais, necessariamente ‘violento’ neste sentido, mas apenas uma evolução ou o resultado duma evolução” (*ibidem*, 1975, p. 137), por outro, “a revolução proletária não comporta, como um dos seus aspectos necessários, a destruição do Estado, a contradição entre a sua destruição necessária e a sua utilização igualmente necessária” (*ibidem*, 1975, p. 137). No *Manifesto*, portanto, está ausente o processo violento de tomada do Estado e também a necessidade de destruição dos antigos aparelhos de Estado - já que não poderia o proletariado utilizar a máquina estatal burguesa para realizar seus interesses na transição socialista – e sua necessária substituição por uma nova forma política: a ditadura do proletariado.

São as experiências do movimento operário internacional e as análises contidas em *Luta de Classes na França* (1850) e *18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852) que possibilitaram a Marx o início de uma retificação com relação às teses do *Manifesto*, que se consolidará com sua reflexão sobre a Comuna em *A Guerra Civil na França*. A expressão dessa ruptura pode ser percebida, segundo Balibar, pela ausência, no *Manifesto*, i) do termo “ditadura do proletariado”; ii) da necessidade de dismantelar imediatamente o aparelho de Estado existente; iii) das medidas práticas necessárias à destruição e extinção do Estado.

Tal retificação acarreta, como dissemos mais acima, entre outras consequências, a *transformação da definição do Estado*, já que agora a própria concepção histórica do Estado é alterada, passando a conceber uma importante diferenciação: “a nova definição do Estado repousa na distinção do *poder de Estado* e do *aparelho de Estado*” (BALIBAR, 1975, p. 140). Ao captar a retificação no interior da teoria do Estado, Balibar nos permite compreender que, diferentemente da tese presente no *Manifesto*, as revoluções de 1848 e a experiência da Comuna permitem

a Marx compreender que “o Estado da classe capitalista, não é nunca o Estado dos *capitalistas*” (*ibid.*, p. 141).

A compreensão da coexistência simultânea do *poder de Estado e do aparelho de Estado* demonstra que o poder político da classe dominante não se exerce diretamente sobre a classe explorada, diferente do que se entendia no *Manifesto*⁴, mas por intermédio de um aparelho especializado que está a serviço daquela classe, isto é, o aparelho de Estado realiza de forma “complexa” e “transformada” o poder político da classe capitalista. De modo algum, esse poder é sobrenatural, ao contrário, sua raiz material assenta na luta de classes econômica.

Quando se afirma que o poder político de uma classe se exerce de forma “transformada”, isso quer dizer que “o poder político do Estado não se apresenta, melhor, não se realiza sob a forma de uma relação duma classe para com outra” (*ibid.*, p. 143). A relação de classe é assim dissimulada pelo mecanismo inerente aos aparelhos de Estado: “este mecanismo é necessariamente produtor de ilusão ou de desconhecimento quanto à relação de classes que realiza” (*ibid.*, p. 145).

Aqui é ainda possível e necessário tratar de outra ruptura causada pela experiência do movimento operário e que está estritamente vinculada com a tese do aparelho de Estado. Ao contrário da conclusão de que a extinção do Estado levaria ao fim da política, presente no Manifesto, a Comuna resultou ser uma nova forma de prática política: “essa forma não se define do ponto de vista jurídico, não é um modelo institucionalizado, com as suas regras e a sua legalidade estabilizando e fixando as relações sociais” (NAVES, 2000, p. 95).

Retomando o que já havíamos dito, podemos agora falar de um Estado que é ao mesmo tempo um não-Estado, essa forma de prática política que expressa uma realidade contraditória entre dois termos e que se realiza pela ditadura do proletariado, cujo objetivo é transformar as relações de produção capitalistas, que são relações de exploração, revolucionando, assim, as relações sociais no decorrer da transição. Não se trata, pois, como o Manifesto poderia levar a entender de maneira equivocada, de um Estado burguês e outro Estado proletário. A prática política do proletariado, ao ingressar no terreno do Estado, significa partir das suas próprias bases:

⁴ O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (MARX; ENGELS, 1988, p. 87).

[...] a burguesia “se organiza em classe dominante” apenas desenvolvendo o aparelho de Estado. E que o proletariado “se organiza em classe dominante” apenas fazendo surgir ao lado do aparelho de Estado e contra ele formas de prática e de organização políticas totalmente diferentes: portanto, de facto, destruindo o aparelho de Estado existente, e substituindo-o não simplesmente por um outro aparelho, mas pelo conjunto doutro aparelho de Estado e mais outra coisa diferente de um aparelho de Estado. (BALIBAR, 1975, p. 152).

Como relembra Balibar (*Ibid.*, p. 152), essa nova forma de prática política coloca para as massas do proletariado o papel de tomar em suas mãos tanto a repressão como o poder sobre os meios de produção, a fim de que tais tarefas não permaneçam restritas ao aparelho de Estado e sua classe dirigente. São as massas, pelas distintas formas de sua organização de classe (clubes, conselhos ou comitês operários, etc.), as responsáveis por comandar, sem *Sujeitos* substitutos, o processo de transição e a transformação das relações sociais, rumo à extinção do Estado, que é já um não-Estado, sabendo que seu *definhamento* não decorre de uma simples e longínqua evolução, mas, ao contrário, tanto a revolução proletária como a destruição do Estado constituem um único e mesmo processo no interior da luta de classes.

Encerrado o tema da retificação, podemos passar agora ao avanço proporcionado pelas contribuições de Althusser à teoria do Estado, tendo em vista o que foi dito no início do tópico acerca da constatação de que o fundamental da tradição marxista estaria ainda num momento de *teoria descritiva*, tratando especialmente do elemento que ficou em aberto, qual seja, dos aparelhos de Estado.

1.2 OS APARELHOS DE ESTADO

Nesse processo de desenvolvimento da teoria, Althusser “acrescenta” às formulações da tradicional teoria marxista do Estado seus estudos sobre os aparelhos ideológicos de Estado, definindo-os como “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1970, p. 43).

Antes de mais, é necessário sublinhar que a retificação que atinge a teoria marxista, captada por Balibar, origina uma nova definição de Estado, compreendida pela distinção a que nos referimos anteriormente entre *aparelhos de Estado e poder de Estado*. Althusser centra esforços em demonstrar o funcionamento complexo dos

distintos e múltiplos aparelhos. Sua contribuição para o desenvolvimento da teoria, nesse sentido, é muito mais que um simples “acréscimo”.

Já vimos como Althusser define os aparelhos ideológicos de Estado. Mas ainda nos resta descobrir qual a função desses aparelhos e seu modo de funcionamento, bem como descobrir qual a extensão dessa multiplicidade de aparelhos. Bom, essas instituições especializadas que guardam um certo número de realidades são elencadas por Althusser através do que ele chama de “lista empírica”, composta pelo aparelho religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, informativo e cultural.

Como se denota, não estão na lista o exército, a força policial, as prisões, etc., uma vez estes integram o aparelho repressivo de Estado, ou seja, aquele aparelho que atua de forma prevalente pela *violência*. Aqui reside uma importante distinção feita por Althusser: “o Aparelho repressivo de Estado funciona ‘pela violência’, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado *funcionam ‘pela ideologia’*”. (*ibid.*, p. 46). Em que pese essa diferença, Althusser é claro ao afirmar que nenhum aparelho opera de modo puro, ou seja, apenas pela violência ou apenas pela ideologia. Na verdade, o que existe é um funcionamento *simultâneo* e com *prevalência*, ora da ideologia, no caso dos aparelhos ideológicos, ora da violência, no caso dos aparelhos repressivos.

Assim, a igreja e a escola, por exemplo, funcionam de forma prevalente pela ideologia, e em segundo plano pela repressão: já que tanto uma quanto a outra “‘educam’ por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de seleção, etc.”. (*ibid.*, p. 47). O direito – e isso nos chama muito a atenção – é colocado apenas numa nota de rodapé, diferente do que ocorre com os outros aparelhos, por exemplo, o religioso. Nessa pequena nota, Althusser afirma que “o ‘Direito’ pertence simultaneamente ao Aparelho (repressivo) de Estado e ao sistema dos AIE” (*ibid.*, p. 44). Deixaremos em suspenso a questão relacionada ao direito. A ela retornaremos mais adiante.

Se os aparelhos são “de Estado” como ficam então as instituições privadas (educacionais, informativas, culturais, etc.)? Ora, como afirma Althusser (1970, p. 45), “a distinção entre o público e o privado é uma distinção no interior do direito burguês”, de modo que “o domínio do Estado escapa-lhe porque está ‘para além do Direito’”, afinal, “o Estado, que é o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado”.

Ao afastar de cena a “cortina ideológica”⁵ que caracteriza a teoria jurídica burguesa do Estado, Althusser, sem grandes problemas, pode afirmar que não há qualquer importância naquilo que a jurisprudência e a doutrina burguesa do direito tratam por regime jurídico administrativo em oposição ao direito privado. Em outras palavras, pouco importa se os aparelhos são públicos ou privados, já que uma tal divisão não consegue conceber as determinações econômicas que fazem dela uma mera ilusão.

Outra constatação importante se refere ao tema da *unidade* desse corpo *múltiplo* de aparelhos. Se é verdade que há uma *pluralidade* de aparelhos ideológicos, é igualmente certo que o que vincula ou *unifica* esse corpo de aparelhos é a própria ideologia dominante, já que a classe que toma o poder de Estado é a classe que se torna também ativa nos aparelhos ideológicos e repressivos de Estado:

[...] nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado. [...] os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não só o alvo mas também o local da luta de classes e por vezes de formas renhidas de luta de classes. (Ibid., p. 49).

Ao verificar que a luta de classes está presente também nos aparelhos ideológicos, Althusser demarca na teoria a possibilidade histórica de alteração das relações de produção pelo proletariado. Como se extrai da citação acima, os aparelhos ideológicos são o *alvo* e o *local* da luta de classes. Isso significa que uma classe não pode dispor permanentemente de forma tranquila e sem embates dos aparelhos ideológicos e repressivos de Estado, mas quer dizer também que o proletariado pode “virar contra as classes no poder a arma da ideologia” (Ibid., p.51).

Nesse momento, já podemos buscar responder qual a função dos aparelhos repressivos e ideológicos de Estado. Althusser, por um longo caminho, conclui que a sua função é precisamente assegurar a reprodução das relações de produção, que são essencialmente relações de exploração. Em termos concretos, a sociabilidade que exsurge da formação social capitalista também é mantida pelos aparelhos, ideológicos e repressivos, de Estado, ainda que, em última instância, seja o modo de

⁵ Cf. *Prefácio* de Evgeni Pachukanis a “Princípios do Direito Público” de Hauriou. In: Teoria Geral do Direito e o Marxismo: ensaios escolhidos: 1921–1929. 1. Ed. Sundermann: São Paulo, 2017, p. 278.

produção o responsável material pela reprodução das condições da sociabilidade capitalista:

[...] todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução. As condições da produção, são ao mesmo tempo, as condições da reprodução”. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem reconverter continuamente uma parte de seus produtos em meios de produção [...]. (MARX, 2013, p. 641).

Como consignado acima, por Marx, a manutenção de determinada formação social demanda a reprodução constante e ampliada tanto das condições de produção, ou seja, dos meios de produção e também da força de trabalho, como das próprias relações de produção: “o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto ou como processo de produção, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista” (MARX, 2013, p. 653).

A relação de assalariamento e a separação entre trabalhadores e capitalistas são relações decorrentes da produção capitalista. Essas relações são reproduzidas também no processo de produção. Mas o mecanismo de sua reprodução, ao mesmo tempo, escapa à produção: daí o sentido da colocação de Althusser: “*como é assegurada a reprodução das relações de produção?* [...] é, em grande parte assegurada pela superestrutura, jurídico-política e ideológica” (ALTHUSSER, 1970, p. 53).

Se considerarmos corretas as constatações de Althusser: i) a reprodução das condições materiais da produção ultrapassa o nível da empresa; ii) a reprodução da qualificação da força de trabalho também se dá por instâncias e instituições para além da produção, então temos aqui a pertinência e importância de verificar como essa reprodução é assegurada. Assim é que nos deparamos com os aparelhos repressivos e ideológicos de Estado: responsáveis *em grande parte* por certificar que a relação de exploração se mantenha em pleno e progressivo funcionamento.

A ideologia dominante está assim autorizada a manter a harmonia entre o aparelho repressivo e os aparelhos ideológicos de Estado, com o fim último de garantir a reprodução dessas relações de exploração. As condições políticas que permitem o funcionamento dos aparelhos ideológicos são tuteladas ou “escudadas” pela violência dos aparelhos repressivos, que também garantem as condições políticas da reprodução das relações de produção. O amálgama que vincula os aparelhos

ideológicos e repressivos é a ideologia dominante, que realiza e exerce o poder da classe dominante⁶ no seu interior.

2. A IDEOLOGIA: POLÍTICA E EPISTEMOLOGIA

Mais que um claro exemplo polissêmico, a *ideologia* pode carregar formulações de ordem política e/ou epistemológica incompatíveis entre si. Nos mais diversos sentidos teóricos do termo, existem dois que particularmente interessam à herança marxista por representarem duas correntes intelectuais: uma de cunho mais epistemológico e racionalista, que desloca a análise para ideias de verdadeira e falsa cognição, distorção, mistificação ou ilusão; e outra sociológica, que está mais preocupada com a função que determinadas ideias exercem sobre a vida social do que o caráter real ou irreal que elas comportam (EAGLETON, 1997, p. 16).

Os inúmeros problemas acarretados pelo conceito cognoscitivo de falsa consciência, tal qual seu tom aviltante com relação às capacidades intelectuais humanas, contribuem para a constatação que faz Eagleton (1997, p. 23): “trata-se de uma noção de ideologia bastante impopular nos dias de hoje”. Por outro lado, a alta capacidade de resposta que teóricos mais próximos do segundo sentido acima apontado, como é o caso de Louis Althusser, fornecem para entender a complexidade que envolve o tema da ideologia, ajuda a tornar ainda mais impopular aquela noção de falsa consciência:

Althusser desfere um golpe mortal contra qualquer teoria puramente racionalista da ideologia – contra a noção de que ela consiste apenas em uma coletânea de representações que distorcem a realidade e de proposições empiricamente falsas. Ao contrário, a ideologia para ele refere-se principalmente a nossas relações afetivas e inconscientes com o mundo, aos modos pelos quais, de maneira pré-reflexiva, estamos vinculados à realidade social. (*ibid.*, p. 30).

Todavia, por mais que se aceite a aproximação de Althusser com o segundo sentido (sociológico), entendemos não ser possível retirar da teoria althusseriana a

⁶ Pensamos ser relevante registrar o alerta feito por Michel Pêcheux a esse respeito: “[...] os Aparelhos Ideológicos de Estado não são a *expressam* da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante [...], mas o *local* e o *meio* de realização dessa dominação”. Ao mesmo tempo – e isso é primordial –, “os Aparelhos Ideológicos de Estado não são puros instrumentos da classe dominante. [Eles] constituem, simultânea e contraditoriamente, a sede e as condições ideológicas da transformação das relações de produção”. (1996, p. 143-144).

preocupação também com o aspecto epistemológico da *ideologia*, o que nos leva a concordar com Eagleton quando afirma que Althusser não nega a aplicação de juízos de verdade e falsidade à ideologia. Daí ser possível considerar que em alguma medida a concepção racional ou cognitiva está presente, mas não como elemento principal ou puro, na elaboração de Althusser, tal como reconhece Sampedro (2010, p. 32), que assim concebe a investigação althusseriana sobre a ideologia: “a ideologia é tratada por Althusser em relação com a ciência. O campo próprio para esse tratamento é, pois o da epistemologia. Por outro lado, a ideologia é contemplada desde sua vertente prática [...]. Nesse segundo caso, o campo de abordagem é político”.

Do ponto de vista epistemológico, a ideologia comporta um certo nível de conhecimento pragmático. Ainda assim, ao articular a noção cognitiva da ideologia com a teoria do inconsciente de Freud, a relação entre *erro* e *falsidade* tomam um contorno diferente no tratamento dado por Althusser (SAMPEDRO, 2010, p. 39), já que a ideologia assim compreendida não adquire um sentido negativo. Para ele, como veremos, a ideologia é tomada como determinação histórica própria das formações sociais.

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito ao caráter prático das ideologias, como lembra Pêcheux (1996, p. 143), já que a “ideologia não se compõem de “ideias”, mas de práticas” e que essas práticas encerram uma função social própria do mecanismo ideológico que se inscreve na existência material dos aparelhos de Estado. Althusser assim consigna o tema:

[...] a ideologia [...] reconhece portanto, apesar da sua deformação imaginária, que as “ideias” de um sujeito humano existem nos seus actos, ou devem existir nos seus actos, e se isto não acontece, empresta-lhe outras ideias correspondentes aos actos (mesmo perversos) que ele realiza. Esta ideologia fala dos actos: nós falaremos de actos inseridos em *práticas*. E faremos notar que estas práticas são reguladas por *rituais em que se inscrevem, no seio da existência material de um aparelho ideológico* [...]. (1970, p. 87).

Diante da tese acima, lançada por Althusser, antes de adentrarmos no aspecto epistemológico ou cognoscitivo, trataremos do aspecto prático ou político da ideologia.

2.1 O ASPECTO POLÍTICO DA IDEOLOGIA

Deixado de lado, por ora, o sentido cognoscitivo da teoria althusseriana da ideologia, pensamos ser importante registrar duas das características que ela assume

no seu aspecto político e que nos parecem fundamentais para enfatizar a ideia de *práticas*: i) sua dinâmica inconsciente e ii) sua materialidade.

Em primeiro lugar, a ideologia exerce uma dinâmica inconsciente: os homens “não percebem a ideologia de sua representação do mundo como ideologia, não conhecem nem sua estrutura nem seus mecanismos: *praticam* sua ideologia [...], *não a conhecem*” (ALTHUSSER, 2017, p. 59). Daí não ser possível formular a tese de que *na ideologia os homens representariam suas condições reais de existência*, mas, ao contrário, nela estariam representadas *as relações imaginárias dos homens com as suas condições reais de existência* (*ibid.*, p. 82).

A diferença entre uma e outra situação reside justamente no modo como a representação é compreendida pela experiência vivida. A *representação* está no campo da identificação especular. É como se entre as relações reais de existência e o juízo que o sujeito faz dessas relações houvesse um momento de deformação resultante da imagem especular⁷.

A representação da imagem especular resultaria distinta das condições reais de existência colocadas ante o espelho. A imagem projetada destas condições reais de existência seria, por assim dizer, dotada de uma propriedade quiral⁸. A princípio, se colocada diante do espelho, a relação de assalariamento representaria, pelo preço, o valor correspondente à força de trabalho; no entanto, essa relação imaginada (o dispêndio da força de trabalho equanimemente remunerada pelo salário), pela sua deformação, não é capaz de captar a essência das condições reais do assalariamento, que, no limite da lei do valor, remunera apenas uma parte da jornada de trabalho. Daí a afirmação de Sampedro sobre existir na teoria althusseriana da ideologia um cruzamento entre relações reais e imaginárias:

Que as relações sejam imaginárias e, ao mesmo tempo, reais implica que são “vivas”. A ideologia, reiteramos isso, forma parte da experiência vivida. Qualquer descrição do vivido leva uma marca ideológica, de modo que os indivíduos vivem uma ideologia sem serem os seus protagonistas. A ideologia constitui um conteúdo consciente através de um processo inconsciente; o seu

⁷ Em Lacan verificamos que a imagem especular possui uma espécie de poder transformador: “o estádio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhando no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade”. (LACAN, 1996, p. 100).

⁸ A propriedade quiral de um elemento designa a impossibilidade de sobreposição da sua imagem especular. O contrário, a possibilidade de um objeto ser sobreposto perfeitamente à sua imagem designa uma propriedade aquiral.

motor está fora dela, produzindo assim esse particular efeito de deformação. (SAMPEDRO, 2010, p. 41).

Em segundo lugar, entendemos relevante tratar da materialidade da ideologia, já que segundo Althusser “esta relação imaginária é em si mesma dotada de uma existência material” (1970, p. 85). Como foi dito acima, são as *práticas* que estão inseridas no seio da teoria da ideologia. Esta, tal como afirmam Motta e Serra (2014, p. 134) “não existe no ‘mundo das ideias’”, concebido como ‘mundo espiritual’, mas em instituições e nas práticas próprias dessas mesmas instituições. A ideologia existe em aparelhos e nas práticas próprias desses mesmos aparelhos”.

Essa constatação exige registrar que a ideologia existe *pelos* e *para* os sujeitos. A ideologia constitui e é ao mesmo tempo constituída pelos sujeitos. Como para Althusser a ideologia em *geral* – diferente das ideologias regionais – não tem história⁹, seu caráter imutável e onipresente permite constatar sua presença nas distintas formações sociais. Se tal como o inconsciente também a ideologia é eterna, então Althusser está autorizado a afirmar que “a ideologia sempre-já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que nos leva a precisar que os indivíduos são sempre-já interpelados pela ideologia como sujeitos” (ALTHUSSER, 1970, p. 102), mesmo antes de seu nascimento: com efeito, “assim como os homens nascem ‘animais econômicos’ e ‘animais políticos’ pode-se dizer que eles nascem também ‘animais ideológicos’” (ALTHUSSER, 2017, p. 57).

Aqui cabe uma observação. Os problemas dessa conclusão (a eternidade do sujeito) não passaram despercebidos aos teóricos da crítica materialista do direito que reivindicam a tese da subjetividade jurídica formulada por Pachukanis¹⁰, já que o *sujeito jurídico*, nos limites históricos em que é concebida essa categoria, não poderia ultrapassar a formação social capitalista, ou seja, não poderia ser eterna.

Celso Kashiura Jr., a esse respeito, registra sua crítica ao que chama de “vacilações” cometidas por Althusser, apontando como solução parcial a vinculação da subjetividade jurídica com a tese segundo a qual as ideologias regionais possuem

⁹ [...] “a ideologia é eterna como o inconsciente” (ALTHUSSER, 1970, p. 75).

¹⁰ Para Pachukanis, na sociedade burguesa, a forma jurídica possui como categoria elementar o sujeito de direito, que “é o átomo da teoria jurídica, o elemento mais simples, que não pode ser decomposto”. (PACHUKANIS, 2017, p. 137). Nessa perspectiva, o sujeito estaria circunscrito à formação social capitalista, sendo incompatível, a princípio, sua vinculação com a afirmação feita por Althusser de que a ideologia geral não tem história e que por consequência, ao ser interpelado, todo indivíduo é sempre-já sujeito.

uma história própria, ou seja, relacionando o conceito de sujeito com a ideologia jurídica como ideologia regional, uma das formas ideológicas historicamente específicas¹¹.

Pedro Davoglio, por sua vez, afirma que o conceito de sujeito é “mal-empregado” por Althusser, sendo necessário, por isso, ser revista a “pertinência do conceito de sujeito na teoria da ideologia em geral” (DAVOGLIO, 2018, p. 206).

Já Flávio Roberto Batista¹² encara o problema a partir da opção que Althusser realizou quando se “debruçou” sobre o aparelho de Estado religioso e recorreu às teorias psicanalíticas ao invés de centrar sua análise sobre o aparelho jurídico, uma vez que este último seria capaz de conceder uma resposta mais adequada nos quadrantes do materialismo histórico para a relação entre *ideologia* e *sujeito*, isto é, entre a interpelação ideológica do indivíduo constituído em sujeito e a subjetividade jurídica.

Diante do que foi dito, parece-nos até certo ponto arriscado afirmar que o *sujeito* de Althusser, por excelência, seria o sujeito de direito¹³ ou mesmo que a categoria jurídica do sujeito constituiria a noção ideológica nuclear¹⁴. Note-se que em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, o *sujeito* de Althusser foi elaborado com forte influência da psicanálise, tal como afirma Luiz Motta (2014, p. 81), notadamente a partir do escrito *O estádio do espelho como formador da função do eu* no qual Lacan compreende o estádio do espelho como “uma identificação [...], ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem – cuja predestinação para esse efeito de fase é suficientemente indicado pelo uso, na teoria,

¹¹ “É digno de nota, porém, que o próprio Althusser vacila, ao longo do percurso de construção de sua teoria da ideologia, no que diz respeito à concepção do preciso papel do sujeito de direito. Isto tem consequências sobretudo no que tange à historicidade da ideologia, em vista de uma compreensão aparentemente parcial da historicidade da própria forma sujeito”. (KASHIURA JR., 2015, p. 61).

¹² “Daí também deve decorrer a conclusão de que, ao contrário do caminho eleito por Althusser, o direito é o *locus* privilegiado de investigação da teoria dos aparelhos ideológicos de estado, uma vez que sua estreita relação com a estrutura econômica determina-lhe uma materialidade toda peculiar em relação aos demais aparelhos. Com efeito, se os aparelhos ideológicos de estado interpelam os indivíduos enquanto sujeitos, como estabelece Althusser, e se a teoria do direito movimenta-se em torno da categoria sujeito de direito, que assume as características das mercadorias de que é proprietário ao ser posto como livre e igual aos demais sujeitos, fica claro que a interpelação do sujeito de direito é dada de forma peculiarmente material em relação às interpelações dos demais aparelhos”. (BATISTA, 2015, p. 103).

¹³ É o que faz Magalhães (2018, p. 139): “a categoria sujeito, de acordo com Althusser, está na base de toda a ideologia, estando fundamentalmente atrelada ao humanismo filosófico, sendo que o sujeito por excelência é o sujeito de direito”.

¹⁴ Essa constatação está em Sampedro (2010, p. 50): “A categoria *jurídica* de sujeito constitui – para Althusser – a noção ideológica nuclear”. (destaque meu).

do antigo termo *imago*”. (1996, p. 98). Por meio desse mecanismo especular de identificação, realiza-se um conhecimento e um desconhecimento: se por um lado há um (re)conhecimento mútuo entre os sujeitos interpelados, por outro, o mecanismo pelo qual ocorre a interpelação permanece sob total desconhecimento:

A realidade presente neste mecanismo, a que é necessariamente desconhecida nas próprias formas do reconhecimento (ideologia = reconhecimento/desconhecimento), é efetivamente, em última análise, a reprodução das relações de produção e das relações que delas derivam. (ALTHUSSER, 1970, p. 114).

A partir disso, não se pode perder de vista que no seio dos aparelhos de Estado se inscrevem práticas reguladas por rituais. Nessas práticas verifica-se a realização material das ideias inscritas nos sujeitos mutuamente reconhecidos. O que permanece sob desconhecimento é o funcionamento da ideologia, cuja função é a obtenção da “obediência consentida” (SAMPEDRO, 2010, p. 48) dos sujeitos, a fim de assegurar as relações de produção para além do âmbito da produção, como falávamos anteriormente.

Para encerrar o tema da materialidade da ideologia em Althusser, insistimos no seguinte ponto: a ideologia está inserida nas estruturas materiais das distintas formações sociais e para sua realização conta com a colaboração imprescindível dos sujeitos, que, por meio do processo de interpelação, são chamados a “portar” ou “introjetar” (SAMPEDRO, 2010, p. 47-52) a ideologia. Nas palavras de Althusser (1970, p. 88-89): “a existência das ideias da sua crença [do sujeito] é material, porque *as suas ideias são actos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais matérias que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que relevam as ideias desses sujeitos*”.

2.1.1 O “SUJEITO” DE ALTHUSSER NA TEORIA DA IDEOLOGIA

Após esse breve registro sobre o que julgávamos fundamental a respeito da dinâmica inconsciente e da materialidade da ideologia, pensamos ser necessário expor o motivo que nos levou a falar de “risco” em tomar o *sujeito* de Althusser fundamentalmente como o *sujeito jurídico* – sobretudo no sentido delineado por Pachukanis. E aqui já aproveitamos para retomar a questão relacionada ao direito, que havíamos deixado suspensa páginas atrás.

Creemos que essa posição exige alguma cautela, já que o sujeito em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* claramente não se confunde com o sujeito jurídico pachukaniano. Isso não significa que Althusser ignorava as peculiaridades do jurídico. A nota de rodapé sobre o direito a que nos referimos anteriormente, a própria categoria do *sujeito* e o registro de que outras ideologias regionais – incluindo a jurídica – poderiam atuar como exemplo, tal qual a ideologia religiosa, na demonstração do funcionamento da ideologia¹⁵, permite-nos perceber que as “vacilações” de Althusser tinham um motivo. Do mesmo modo, o *sujeito de direito*, devido às suas especificidades históricas¹⁶, teria lugar na teoria da ideologia enquanto inserido na ideologia jurídica/burguesa, não na ideologia em geral.

Daí os riscos de se afirmar que o sujeito de direito constituiria a base de toda ideologia ou que o sujeito jurídico seria o núcleo da noção ideológica. O motivo a que nos referimos acima poderia ser caracterizado pelo fato de a própria teoria althusseriana apresentar sucessivas retificações e rupturas, isto é, por estar em constante desenvolvimento. Nicole-Édith Thévenin comprova esse percurso de maneira brilhante em *O Itinerário de Althusser*. Segundo ela, entre *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1970), *Resposta a John Lewis* (1973) e *Elementos de Autocrítica* (1974), teria ocorrido uma revolução no pensamento de Althusser:

Em *Réponse à John Lewis*, como em *Eléments d'autocritique*, uma revolução se realiza. O direito, mais precisamente, a ideologia jurídica, funciona agora como pai todo-poderoso, aquele que regula o discurso de toda a ideologia burguesa, no lugar mesmo da religião que, em “*Idéologie et appareils idéologiques d'État*”, ainda ocupa o lugar de honra. (THÉVENIN, 2010, p. 23).

A revolução que caracteriza essa passagem no interior da teoria althusseriana diz respeito justamente à adoção, por Althusser, da forma sujeito de direito, ou seja, à “descoberta da função da ideologia jurídica” (THÉVENIN, 2010, p. 28), como base da ideologia burguesa. Ao se debruçar sobre a ideologia jurídica, apropriando-se da forma sujeito, Althusser é capaz de estabelecer o vínculo entre o mecanismo de funcionamento das práticas jurídicas e a ideologia. Ao tratar do “reverso orgânico” do

¹⁵ “Como a estrutura formal de qualquer ideologia é sempre a mesma, vamos contentar-nos com analisar um único exemplo, acessível a todos, o da ideologia religiosa, precisando que a mesma demonstração pode ser reproduzida a propósito da ideologia moral, jurídica [...]. (ALTHUSSER, 1970, p. 105).

¹⁶ A esse respeito, conferir o *Althusser e o Direito* (2018) de Pedro Davoglio.

economicismo, portanto, do humanismo e do liberalismo burguês, Althusser afirma que tanto um como o outro “têm as suas bases nas categorias do Direito burguês e da ideologia jurídica materialmente indispensáveis ao funcionamento do Direito burguês: a liberdade da Pessoa [...]. E eis o laço e o lugar preciso em que essas ideologias se unem num par: o *Direito burguês*” (ALTHUSSER, 1973, p. 95).

Se a base material do economicismo e do humanismo reina no modo de produção, sua expressão ideológica residiria já no aparelho ideológico jurídico, fundamentalmente na subjetividade jurídica: “la ideología jurídica es, em última instancia, y bajo formas de asombrosa transparencia, la base de toda la ideología burguesa” (ALTHUSSER, 1975, p. 25) e o sujeito jurídico o coração da filosofia burguesa.

Cabe registrar que, como salientam Motta e Serra (2014, p. 134), uma análise mais detida sobre o direito já estava presente mesmo nos manuscritos que deram origem ao artigo *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* e que permaneceram inéditos até sua publicação integral sob o título *Sobre a Reprodução* (1995). Por exemplo, enquanto no artigo Althusser apenas lança a dinâmica simultânea do aparelho jurídico no campo do aparelho repressivo e também ideológico (o que, como vimos, é pertinente aos demais AIE, já que inexiste um aparelho “puro”), nos manuscritos essa noção, realmente, é tratada de forma mais pormenorizada:

[...] o Direito [...] merece ser pensado sob o conceito de Aparelho ideológico de Estado. [...] Se nossa tese é exata, ela coloca em destaque uma realidade de primeiríssima importância: o papel *decisivo* desempenhado nas formações sociais capitalistas pela ideologia *jurídico-moral* e sua realização, ou seja, o Aparelho ideológico de Estado jurídico, que é o *aparelho específico que articula a superestrutura a partir da e na infraestrutura*. (ALTHUSSER, 2008, p. 189).

Nos manuscritos, portanto, o fenômeno jurídico é pensado a partir de duas vertentes: i) enquanto regulador das relações de produção, ou seja, como “*reconhecimento* oficial, legal, das condições formais que regulam o jogo, isto é o funcionamento das relações de produção capitalistas” (ALTHUSSER, 2008, p. 187); ii) enquanto aparelho ideológico de Estado ao qual, na formação social capitalista, é atribuída a particular e específica função de articular a superestrutura *a partir da e na* infraestrutura. Essas conclusões de Althusser, do ponto de vista da sistematização

feita por Pachukanis décadas antes¹⁷, nos parece bastante aguçada, mas ainda carente de um elemento, mesmo nos manuscritos, que, como foi captado por Thévenin, configura a revolução no interior da sua teoria: trata-se da *forma sujeito* ou da subjetividade jurídica.

2.2 O ASPECTO EPISTEMOLÓGICO DA IDEOLOGIA

Podemos agora, após essas considerações sobre a vertente política da teoria da ideologia de Althusser, retomar o seu aspecto epistemológico ou cognoscitivo a partir da relação entre *ciência* e *ideologia*. No sentido aqui empregado, a ideologia seria concebida como *desconhecimento*: “a ideologia dá aos homens certo ‘conhecimento’ de seu mundo [...], mas ao mesmo tempo não os introduz senão em seu desconhecimento” (ALTHUSSER, 2017, p. 63). A alternativa ao desconhecimento resultante da ideologia seria dada pela ciência, devido à sua capacidade de “romper com a representação *mistificada-mistificante* da ideologia”.

Nessa perspectiva cognoscitiva, como diz Sampedro (2010, p. 33), a ideologia seria a “companheira surda” da ciência, na medida em que estaria ali presente, buscando dominar a todos, preparada para sobreviver e resistir à ciência. É a partir dessa noção científica que pode ser compreendido o marxismo na luta travada contra a ideologia burguesa, já que sua abordagem com relação ao mundo não se bastaria a aplicar os conceitos morais e jurídicos burgueses, mas, com fundamento no desenvolvimento histórico e econômico¹⁸, tecer uma nova concepção crítica desses mesmos princípios. É nesse sentido que se compreende inclusive a afirmação de Engels sobre a necessidade de converter o socialismo em ciência¹⁹. Do seio da ideologia burguesa, nessa região em que predomina o desconhecimento, eis que surge uma nova concepção científica: o marxismo. Vejamos como Sampedro descreve essa relação:

¹⁷ Vejamos como Pachukanis coloca a questão em termos similares: “A premissa fundamental da regulamentação jurídica é, desse modo, a oposição entre interesses privados. É, ao mesmo tempo, uma premissa lógica da forma jurídica e a causa real do desenvolvimento da superestrutura jurídica” (2017, p. 106).

¹⁸ “Estos dos grandes descubrimientos: la concepción materialista de la historia y la revelación del secreto de la producción capitalista, mediante la plusvalía, se los debemos a Marx. Gracias a ellos, el socialismo se convierte en una ciencia, que sólo nos queda por desarrollar en todos sus detalles y concatenaciones.”. (ENGELS, 2001, p. 46).

¹⁹ “Para convertir el socialismo en una ciencia, era indispensable, ante todo, situarlo en el terreno de la realidad”. (ENGELS, 2001, p. 39).

[...] se toda ciência nasce e se desenvolve excluindo a ideologia, também é certo que as noções próprias da ideologia se descrevem como indicadores da ciência, no sentido de que a ciência produz o conhecimento de um objeto cuja existência está indicada na região da ideologia. Isso implica que a ideologia seja sempre ideologia para uma ciência. Em outras palavras, os únicos discursos conhecidos como ideológico o são no olhar retrospectivo de uma ciência. (2010, p. 33).

Com efeito, a distinção entre ideologia e ciência leva Althusser a afirmar a “proeminência da formação teórica em relação à luta ideológica” (2017, p. 76), uma vez que sem essa tal distinção “é impossível compreender a especificidade própria do marxismo como ciência, a natureza da união do marxismo e do movimento operário” (2017, p. 82).

A formação teórica, para Althusser (2015, p. 136), pode então ser compreendida como *prática*, isto é, como um processo específico que, por meio de um trabalho humano e da utilização de meios determinados, transforma uma matéria-prima num produto. Diversas são as práticas: produtiva, política, ideológico, teórica, etc., que se estruturam numa unidade complexa de práticas, conformando a “prática social”. Nesses termos, a *teoria* constitui uma das formas específicas de práticas existentes: a *prática teórica*.

Ela [a prática teórica] trabalha uma matéria prima (representações, conceitos, fatos) que lhe é dada por outras práticas, sejam elas “empíricas”, “técnicas”, ou “ideológicas”. Em sua forma mais geral, a prática teórica não abrange somente a prática teórica científica, mas igualmente a pré-científica, ou seja, “ideológica” (as formas de “conhecimento” constituindo a pré-história de uma ciência e suas “filosofias”). (ALTHUSSER, 2015, p. 136).

A ciência ou a *prática teórica científica*, como é o caso do marxismo, destaca-se *da* e revela a ideologia, a pré-história da ciência. A *teoria* constitui, desse modo, um determinado sistema teórico ou um “sistema *rigoroso* de conceitos científicos de base”²⁰. Na *prática* ou no processo de transformação de determinada matéria-prima em produto, enquanto forma específica, a *prática teórica* “se exerce sobre um objeto próprio e desemboca em seu *produto* próprio: um *conhecimento*”. (ALTHUSSER, 2015, p. 141).

Toda essa elaboração de Althusser capta no seu mais genuíno sentido a exposição de Marx sobre o “ato de produção” científico:

²⁰ Em *Advertência aos leitores do Livro I d'O capital* (1969), Althusser diz: “Ora, o que é essa teoria indispensável a toda ciência? É um *sistema de conceitos científicos de base*”. (2013, p. 42).

[...] para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção – que apenas recebe um impulso do exterior – cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque [...] a totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que pode fazer [...]. (MARX, 2008, p. 259).

A partir desta citação, podemos tratar do que Althusser chama de “processo da prática teórica”, e que, em nossa opinião, merece ser acompanhado pela exposição de Marx no texto da sua *Introdução à Contribuição da Crítica à Economia Política* (1859). Voltaremos a destacar elementos dessa passagem mais adiante. Por ora, interessa-nos compreender que o processo de prática teórica irá dispor de três espécies de generalidades: a *generalidade I*, que pode ser entendida como conceitos ou fatos científicos já elaborados, mas pertencentes ainda ao campo ideológico. Um claro exemplo para ilustrar o que diz Althusser, pode ser verificado a partir da seguinte constatação de Pachukanis:

A crítica da jurisprudência burguesa, do ponto de vista do socialismo científico, deve tomar como modelo a crítica da economia política burguesa, como feita por Marx. Para isso, ela deve, principalmente, *partir em direção ao território do inimigo*, ou seja, deixar de lado generalizações e abstrações que foram elaboradas pelos juristas burgueses, baseados nas necessidades de seu tempo e de sua classe, mas, submetendo a uma análise essas categorias abstratas, descobrir seu verdadeiro significado, ou seja, em outras palavras, mostrar o condicionamento da forma jurídica. (2017, p. 86). (destaque meu).

São justamente essas *abstrações* e essas *generalizações* ou conceitos que constituem a matéria-prima que caracteriza a generalidade I, e, por isso mesmo, “conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento” (MARX, 2008, p. 259). No caso acima, Pachukanis refere-se aos conceitos empregados pela doutrina burguesa do direito, tais como “sujeito de direito”, “contrato”, “relação jurídica”, etc. Essas abstrações carregam consigo a dialética da história e por consequência expressam uma realidade específica. No entanto, sem uma crítica materialista desses conceitos, não seria possível revelar o seu caráter ideológico. Aqui reside a tamanha importância de Pachukanis para a crítica do direito.

A segunda espécie de generalidade presente no processo da prática teórica diz respeito à *generalidade II*. Esta generalidade II é responsável por *trabalhar a*

generalidade I. Ela é, portanto, o *meio* que age sobre a *matéria-prima*. Trata-se da “teoria da ciência”, responsável por realizar esse processo de transformação da generalidade I (ideológica) em generalidade III (científica). Como “teoria” da ciência²¹, isto é, a generalidade II, Althusser quer demarcar a distinção fundamental que há no marxismo entre a verdadeira mutação que possibilita o conhecimento do mundo e o processo de simples desenvolvimento (autogênese) do conceito, então presente em Hegel:

[...] a generalidade II é a “teoria” da ciência considerada e, como tal, o resultado de um processo de transformações reais no sentido forte do termo, ou seja, que não tem a forma de um simples desenvolvimento (conforme o modelo hegeliano: o desenvolvimento do em-si em para-si), mas a forma de mutações e reestruturações provocando descontinuidades qualitativas reais. (ALTHUSSER, 2015, p. 152).

Agora se torna mais compreensível a passagem anterior de Marx: “a totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; *não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo*” (destaque meu). Concebida como processo de transformação real, como teoria da ciência que incide sobre uma determinada matéria-prima, a generalidade II é essa intermediária, esse meio fundamental e necessário que nos permite atingir a *generalidade III*. Esta última, por sua vez, pode ser entendida como o produto resultante da incidência da generalidade II (meio) sobre a generalidade I (matéria-prima). Não nos parece equivocado compreender esse processo como a relação entre *tese*, *antítese* e *ruptura*, e ruptura quer dizer descontinuidade qualitativa, possibilitada pelo confronto entre teoria da ciência (antítese) e a prática ideológica (tese). Esse produto resultante é o conhecimento. A *generalidade III* é o concreto-teórico ou, nas palavras de Marx:

Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si, procede de si, move-se por si; enquanto *o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta*. Porém, isso não é, de nenhum modo, o processo da gênese do próprio concreto. (2008, p. 259). (destaque meu).

²¹ “Mas *quem* trabalha? [...] Se nesses meios de produção fizermos provisoriamente abstração dos homens, é a isso que chamaremos de *Generalidade II*, a qual é constituída pelos *corpus* dos conceitos cuja unidade mais ou menos contraditória constitui a “teoria” da ciência [...]”. (ALTHUSSER, 2015, p. 150).

Nesse ponto, parece-nos pertinente a afirmação de Althusser ao constatar a impossibilidade de se falar de uma inversão hegeliana. Pelo menos após a demonstração do processo da prática teórica já não faria sentido conceber tal ideia. Em primeiro lugar, a identificação das três generalidades na generalidade I resulta, para Hegel, que “a generalidade ideológica que ele lhes impõe é a essência única constitutiva dos três tipos de generalidades – I, II, III – em ação na prática teórica” (ALTHUSSER, 2015, p. 154), uma vez que na concepção hegeliana estaria ausente o primado da generalidade II sobre a generalidade I. Em segundo, pelo que foi dito, somente faria sentido se falar em inversão se fosse possível conceber uma mudança de polos entre a autogênese do conceito (Hegel) e a gênese do concreto (Marx). Todavia, “não se obtém uma ciência invertendo uma ideologia [mas], com a condição de abandonar o domínio em que a ideologia crê lidar com o real, ou seja, abandonando sua problemática ideológica” (*ibid.*, p. 154).

Sem deixar de lado as calúnias imputadas a Althusser, concordamos com Pedro Davoglio (2018, p. 61) quando afirma que “nenhuma acusação de racionalismo faria sentido” quando se encara a concepção epistemológica de Althusser exposta aqui à luz do que de fato significou a ruptura promovida pelo materialismo histórico e dialético com relação à ideologia burguesa. Por outro lado, as acusações de teoricismo fariam certo sentido, como reconhece o próprio Althusser, no momento em que a relação ciência e ideologia foi teorizada em termos gerais: “era *especulación*, querer pensar la oposición verdades detentadas/errores rechazados, en una Teoría general de *la* Ciencia y de *la* Ideología y de su diferencia” (ALTHUSSER, 1975, p. 34).

O que para nós é imprescindível ressaltar diz respeito ao fato de que somente a prática teórica, como capta Sampedro (2010, p. 36), é capaz de dar conta de revelar o *espaço* que existe entre a estrutura real e as representações ideológicas. Nesse sentido, a generalidade II, a teoria que possibilita a transformação, a mutação da ideologia em gênese do concreto, demanda a prática teórica da ciência, não havendo espaço para um simples desenvolvimento do conceito. Somente a prática teórica científica possibilita o abandono da *problemática ideológica*. O contrário dela é justamente como procede a ideologia:

O que interessa no modo de proceder ideológico, é que a conclusão se torne “evidente”: a posição ideológica não aparece nunca como alternativa, mas

como necessidade, como imposição de “evidências” co-naturais uma função de “reconhecimento”, nunca de conhecimento. Assim, numa sociedade, as relações sociais visíveis não podem constituir uma estrutura de conhecimento, só de reconhecimento. (SAMPEDRO, 2010, p. 36).

Na prática ideológica não está colocada a pretensão do abandono da problemática ideológica. O que existe é a dissimulação no momento em que se formula a pergunta a que se pretende responder. E tal resposta já é inclusive conhecida: “a formulação de um *problema* nada mais é que a expressão teórica das condições que permitem uma *solução* já produzida fora do processo de conhecimento” (ALTHUSSER, 1979, p. 55 *apud* SAMPEDRO, 2010, p. 35).

Logo, o resultado desse processo pode ser apenas um: a perpetuação da ideologia e do desconhecimento, que, em última instância, significa a manutenção da estrutura mistificadora e representacional do mundo. Em linhas gerais²², essa é a chave com que pretendíamos encerrar essa seção, após longas – mas fundamentais – páginas sobre a teoria da ideologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto Balibar quanto Althusser contribuíram de forma genuína para o debate em torno da teoria marxista do Estado e da ideologia. Balibar captou a admirável retificação elaborada por Marx a partir do acúmulo das lutas travadas pelos trabalhadores, notadamente daquelas que se desdobram entre 1848 e 1871, período que se estende da redação do *Manifesto* até o episódio da Comuna de Paris. Essa retificação, que é decorrente de uma ruptura no interior da própria teoria, e não uma simples “evolução”, evidencia a ausência no *Manifesto* da necessidade da imediata quebra da máquina estatal e de sua substituição por uma nova forma política de organização dos trabalhadores: um não-Estado que encontra na ditadura do proletariado a forma necessária à transição socialista para a constituição de novas relações de produção, rumo ao total desfinhamento do aparelho estatal.

Althusser, por sua vez, dialogando com a ideia lançada por Balibar sobre poder de Estado e aparelho de Estado, desenvolve a teoria marxista do Estado, desvelando

²² Por não ser nosso objetivo, uma exposição bastante sintetizadora e didática do percurso de Althusser nas formulações de sua teoria da ideologia pode ser consultada no artigo “A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes” (2014), de Luiz Motta e Carlos Serra.

o modo como são asseguradas e reproduzidas as relações capitalistas de produção para além do âmbito da produção, ou seja, nos quadrantes da superestrutura, colocando no centro de sua análise os aparelhos repressivos e, sobretudo, ideológicos de Estado.

E é justamente em razão desse avanço da teoria marxista do Estado promovido por Althusser que tem lugar também a teoria da ideologia, o meio prevalente pelo qual atuam os aparelhos ideológicos de Estado. A ideologia, nos moldes como foi debatida aqui possui duas grandes vertentes: uma epistemológica e outra política. Enquanto a primeira estabelece uma relação de oposição com a ciência, a segunda encarta um caráter prático, ou seja, é tida como um ato ou como práticas inscritas no seio dos aparelhos de Estado.

Esse diálogo que buscamos propor sobre a teoria marxista do Estado e da ideologia, a partir dos escritos de Althusser e do importante artigo de Balibar, cotejando nossa análise com as interpretações contemporâneas a respeito do tema, constituiu uma tentativa de reunir e facilitar o contato, por meio da revisão bibliográfica elaborada, com teses e posicionamentos relevantes para todas e todos que pretendem se debruçar sobre essas duas categorias tão importantes quanto controversas no seio do marxismo: o Estado e a ideologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1970.

_____. Resposta a John Lewis. Trad. Álvaro Viana. 1.ed. São Paulo: Estampa, 1973.

_____. Elementos de Autocrítica. Trad. Miguel Barroso. 1.ed. Barcelona: Laia, 1975.

_____. Sobre a Reprodução. Trad. Guilherme João de Freitas. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Advertência aos leitores do Livro I d'O Capital. In: KARL, Marx. O Capital: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 1.ed. São Paulo: 2013.

_____. Por Marx. Trad. Maria Leonor F.R. Loureiro. 1.ed. Campinas: Unicamp, 2015.

_____. Teoria, Prática Teórica e Formação Teórica. Ideologia e Luta Ideológica. In: Teoria Marxista e Análise Concreta: textos de Louis Althusser e Étienne Balibar. Trad. Duarte Pereira, Joaquim José M. Ramos e Maria Leonor Loureiro. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

BALIBAR, Étienne. A Retificação do Manifesto Comunista. In: Cinco estudos sobre o materialismo histórico, vol.1 Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1975.

BATISTA, Flávio Roberto. O conceito de ideologia jurídica em Teoria geral do direito e marxismo: uma crítica a partir da perspectiva da materialidade das ideologias. Verinotio revista on-line – n. 19. Ano X, abr./2015, ISSN 1981-061X.

DAVOGLIO, Pedro. Althusser e o Direito. 1.ed. São Paulo: Ideias Letras, 2018.

EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. Trad. Silvana Vieira; Luís Carlos Borges. 1.ed. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.

ENGELS, Friedrich. Del socialismo utopico al socialismo científico. 1.ed. Buenos Aires, Argentina: Editorial Ágora, 2001.

ENGELS, Friedrich. Introdução. In: MARX, Karl. A Guerra Civil na França. Trad. Rubens Enderle. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

GOLDMAN, Wendy Z. Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. Trad. Natália Angyalossy Alfonso; et al. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

KASHIURA JR., Celso Naoto. Sujeito de direito e interpelação ideológica: considerações sobre a ideologia jurídica a partir de Pachukanis e Althusser. *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 06, N. 10, 2015, p. 49-70.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

LENIN, Vladimir I. O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Trad. Aristides Lobo. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAGALHÃES, Juliana Paula. *Marxismo, Humanismo e Direito*. 1.ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 1.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1988.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *A Guerra Civil na França*. Trad. Rubens Enderle. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. 1.ed. São Paulo: 2013.

MOTTA, Luiz Eduardo; SERRA, Carlos H. Aguiar. A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 22, n. 50, p. 125-147, jun. 2014.

MOTTA, Luiz Eduardo. *A favor de Althusser: revolução e ruptura na Teoria Marxista*. 1.ed. Rio de Janeiro: Grama: FAPERJ, 2014.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marx: ciência e revolução*. 1.ed. Campinas-SP: Moderna, 2000.

PACHUKANIS, Evgeni B. *Teoria Geral do Direito e Marxismo: ensaios escolhidos 1921 – 1929*. Trad. Lucas Simone. 1.ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

SAMPEDRO, Francisco. A teoria da ideologia de Althusser. In: NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). *Presença de Althusser*. Campinas, SP: Unicamp/IFCH, 2010, pp. 31-52.

MODERNIDADE E DIFERENCIAÇÃO FUNCIONAL: OBSERVAÇÃO DE UMA RACIONALIDADE CONTINGENTE

Lidiane R. Domingues ¹

1. INTRODUÇÃO

A pretensão deste ensaio é apresentar de forma abrangente os princípios da teoria dos sistemas de Luhmann de modo a inquirir sobre aspectos da nossa atual realidade social, em especial aqueles que se observa na relação entre política e meios de comunicação. Para tanto vamos explorar alguns dos conceitos e ideias da sociologia de Luhmann, quais sejam: diferenciação funcional, mundialização dos sistemas, indeterminabilidade da autopoiese, contingência, a relação entre indivíduo e sociedade da perspectiva do código inclusão/exclusão, sistema político e, finalmente, a opinião pública. O arcabouço conceitual apresentado deve ser pensado como uma lente para observação da realidade que se pretende observar, sem, no entanto, nenhuma garantia de conclusão nesse momento. O que se propõe aqui é levantar as questões que aparecem quando se observa a relação entre política e meios de comunicação através da teoria dos sistemas.

1.2 MODERNIDADE E DIFERENCIAÇÃO FUNCIONAL

A ideia de modernidade é uma das mais fecundas, controversas e elásticas concepções utilizadas para definir a nossa época, ou pelo menos, nosso presente e passado mais recente, não só pelas ciências humanas e pela filosofia, mas pelas inúmeras formas autodescritivas recorridas pela nossa sociedade. O pensador que fundamenta epistemologicamente nosso argumento é Niklas Luhmann, para o qual a auto atribuição de modernidade da nossa sociedade carrega um elemento valorativo e temporal que diz muito sobre ela (LUHMANN, 2006, p.802).

Segundo Luhmann, no correr do século XVI os processos comunicativos, que se dirigiam pela conservação e valoração do antigo, começaram a tomar o rumo oposto fazendo emergir uma realidade social norteadada pela valoração da novidade (LUHMANN, 2006, p.793). As inovações passaram a ser bem vistas, a vocação aventureira elogiada, o enfrentamento dos riscos passou a ser condição de expansão - e esse mesmo impulso para expansão surge como consequência da auto atribuição

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: lidi.pierrot@gmail.com

da modernidade de uma sociedade que inicia, então, uma corrida à uma direção fictícia de progresso.

Já no século XVIII as sociedades (européias) encontram-se estabilizadas pela produção constante de novidades e inovações. É mais ou menos nesse período histórico, com variações sistêmicas e regionais, que emerge uma nova forma de diferenciação social: a do tipo funcional. A diferenciação funcional designa um tipo de diferenciação sistêmica que opera por funções, mantendo no entanto, formas de diferenciação anteriores como as segmentárias e estratificadas que organizavam as antigas formas de sistemas sociais.

A partir da diferenciação funcional os sistemas sociais passaram a, literalmente, expandir os limites da sociedade em termos de complexidade. Sistemas arcaicos já existentes, como a religião, por exemplo, precisaram adaptar-se às novas contingências; sistemas emergentes, como a ciência e os meios de comunicação de massa, por exemplo, passaram a diferenciar-se internamente através de um processo ininterrupto (reduzindo e) produzindo cada vez mais complexidade. Para Luhmann, tal fenômeno não encontra seu estímulo em nenhum âmbito específico da sociedade, pelo contrário, a diferenciação funcional só é possível quando formas sistêmicas organizadas ganham autonomia em relação ao mundo a seu redor e passam a operar de acordo com estruturas internamente criadas e através de um código operacional particular, que designa a função de cada qual.

Esse modelo de diferenciação sistêmica na teoria luhmanniana foi e é duramente criticada, especialmente porque deriva da sociologia de T. Parsons, que refletia sobre os sistemas sociais na intenção de encontrar soluções controláveis para os problemas consequentes da diferenciação (LUHMANN, 2009, p.37). No entanto, a teoria luhmanniana da diferenciação funcional introduz um elemento que torna seu ponto de vista fundamentalmente diverso, senão oposto, ao de Parsons: Luhmann considera que os sistemas sociais são sistemas vivos. Apoiado no conceito de autopoiese de Humberto Maturana e Francisco Varela² junto do arcabouço conceitual da teoria dos sistemas, que tem como primeira referência Ludwig von Bertalanffy³,

² Nas palavras dos autores: "A característica mais marcante de um sistema autopoietico é que ele se levanta por seus próprios cordões, e se constitui como distinto do meio circundante mediante sua própria dinâmica, de modo que ambas as coisas são inseparáveis." (MATURANA & VARELA, 1995, p.87).

³ Vejamos o que diz Luhmann: "Num primeiro impulso, a tradicional diferença entre todo e partes é substituída pela diferença entre sistema e ambiente. Com essa reconstrução, que tem Ludwig Bertalanffy como autor de destaque,

Luhmann desenvolve uma teoria dos sistemas sociais na qual eles se auto produzem a partir de estruturas internamente criadas, adaptativas, em relação ao seu meio circundante. Os processos decorrentes daí são, logo, imprevisíveis e incontroláveis.

Essa nova forma de organização já não se restringe espacial e territorialmente, são ordens emergentes que têm capilaridade de acordo com a complexidade de cada sistema. Ocorre algo como uma universalização de sistemas funcionais, que transpõe fronteiras, praticamente impondo um modo de operar para a sociedade como um todo. A ciência, por exemplo, que opera sob o código da verdade, deve funcionar operativamente do mesmo modo em todo lugar, e só assim é possível a produção da complexidade científica. O mesmo ocorre com a economia, que não pode operar circunscrita à um âmbito ou território, mas apenas internacionalmente e em relação a tudo que é economicamente referido. A única exceção, ainda que parcial, é o sistema político que ancora-se majoritariamente no estado nacional territorialmente limitado. As consequências disso serão analisadas à frente.

1.3 INDETERMINABILIDADE DA AUTOPOIESE E CONTINGÊNCIA

Num primeiro momento a teoria (geral) dos sistemas sociais elaborada por Luhmann parece ser totalizadora, pela pretensão de se referir à toda e qualquer realidade social, e, ao mesmo tempo, parece indicar um tipo de funcionamento específico, muito bem delimitado, ou ainda, muito bem comportado, por assim dizer, dos sistemas sociais na nossa sociedade. Por outro lado, basta uma observação de esquelha para realidade para notar que esta não se apresenta à risca da teoria. Essas observações são observações primárias, de primeira ordem em linguagem sistêmica, uma vez que deixam de fora uma parte da teoria luhmanniana que costuma, não raras vezes, ficar na sombra do seu imenso esquema conceitual: a indeterminabilidade da autopoiese sistêmica e a contingência.

A primeira, a indeterminabilidade da autopoiese, diz respeito principalmente ao fato dos sistemas vivos estarem permanentemente mudando. Adaptação não é um estado final na teoria dos sistemas vivos, adaptação é a prova da atualização e criação permanente de estruturas e processos, logo, a mudança constante é condição da

pôde-se relacionar entre si a Teoria Organicista, a termodinâmica e a Teoria da Evolução. Na descrição teórica aparece, então, uma diferença entre sistemas abertos e fechados. Sistemas fechados são definidos como caso extremo: como sistemas para os quais o ambiente não tem significado nenhum ou o tem apenas mediante canais especiais. A teoria ocupa-se com sistemas abertos." (LUHMANN, 2016, p.22-23).

permanência (sobrevivência) dos sistemas. Isto quer dizer que, por exemplo, os sistemas políticos e econômicos analisados por Luhmann há mais ou menos trinta anos não podem ser os mesmos que observamos hoje, assim como não poderiam se manifestar da mesma forma em todos os lugares na época da observação de Luhmann. Todo sistema situa-se objetiva e temporalmente de acordo com um meio sempre situacional (e auto produzido) e é impossível para qualquer observador prever o desenvolvimento dos processos comunicativos internos de quaisquer sistemas sociais.

A contingência é, por sua vez, o conceito que descreve a relação entre sistema e meio ambiente. Embora o ambiente seja sempre uma criação do próprio sistema a partir de observações seletivas do mundo ao redor, ele se impõe ao sistema de acordo com suas necessidades operativas e adaptativas. Na terminologia peirceana: a realidade força-se sobre nós, embora não possa determinar a forma sob a qual vamos significá-la. A diferenciação funcional dos sistemas sociais não pode ter acontecido sem a contingência - a ciência, a política moderna, a economia, e mais um sem número de sistemas, não emergiram pontualmente cada qual em uma instância isolada, mas emergiram co-evolutivamente. A cisão tão criticada em Luhmann entre sistema e ambiente com base na ideia de sistema operativamente fechado é, na verdade, o que possibilita a multiplicação de complexidade compartilhada entre sistemas que co-evoluem. Esses sistemas que compartilham complexidade em larga escala, que estão interpenetrados, na terminologia da teoria sistêmica, são contingentes uns em relação aos outros. Isso quer dizer que precisam levar em conta determinados aspectos uns dos outros, logo, do ambiente contingente, em suas operações, seleções e constituição de processos comunicativos, sob o custo da sua própria permanência.

A explosão de complexidade consequente da diferenciação funcional dos sistemas sociais caracteriza a sociedade mundial que observamos hoje. Como apontou Luhmann sobre a auto valoração da modernidade, observa-se aqui uma sociedade auto catalisadora norteadas para produção de novidades - leia-se informação - com vistas num horizonte de promessas progressistas, de melhoramento, do ponto de vista otimista; ou de destruição, para os pessimistas. No entanto, na mesma medida que se produz complexidade (e organização) aumentam

também os índices de entropia (e desorganização). Isto é, os sistemas sociais precisam de irritações (auto e hetero referenciais) para estabilizarem suas operações que, uma vez estabilizadas, requerem, neste novo nível de complexidade, mais irritações e mais criação de complexidade para alcançar novamente outro nível de estabilidade, e assim indefinidamente. O auto planejamento sistêmico queda, portanto, sempre limitado pela contingência (pelo ambiente, mas também pelas mudanças ambientais sobre as quais o sistema não pode interferir) e pela sua própria indeterminabilidade autopoietica⁴.

A coevolução dos sistemas funcionalmente diferenciados não garante em última instância o progresso e o melhoramento de nenhuma ordem social. Evolução e criação de complexidade em larga escala não garantem a permanência da sociedade, pelo contrário, acelera, conjuntamente aos seus processos comunicativos, a emergência de problemas contingentes no meio, problemas que com o tempo e sem a elaboração adequada podem culminar na sua destruição⁵.

2. INDIVÍDUO E SOCIEDADE

Os sistemas sociais não têm contato direto com a realidade material como observada por nós, eles se interpenetram apenas aos seres humanos que por sua vez podem observar os problemas da realidade e inseri-los, ou não, na comunicação. O ambiente dos sistemas sociais são, portanto, constituídos de seres humanos e outros sistemas sociais. Esse filtro duplo (seres humanos e sistemas sociais), que se interpõem à comunicação de problemas, dificulta material e temporalmente a elaboração de soluções.

Os seres humanos, por sua vez, configuram parte importante do meio ambiente dos sistemas sociais. Encontramos nessa forma de descrição sociológica mais uma das “polêmicas” sobre a teoria luhmanniana, qual seja, a de que os seres humanos estão fora da sociedade. Mais uma vez é preciso observar mais de perto as observações dos sistemas sociais para notar que essa diferença, entre sociedade e

⁴ Segundo Luhmann: “Um observador poderia, seletivamente, mostrar que todo esse desenvolvimento aponta para a perfeição, para o alto; contudo, não é possível afirmar isso, mediante os próprios fundamentos da teoria da autopoiesis e do acoplamento estrutural. Por conseguinte, também não se pode atestar um aumento de racionalidade na sociedade moderna, comparativamente às sociedades primitivas, já que esses novos preceitos teóricos não retiram seus fundamentos da perfeição de uma natureza. O que se afirma com essas hipóteses é unicamente que a autopoiesis se desenvolveu sob condições de complexidade, e que, até hoje, ela segue seu curso.” (LUHMANN, 2009, p.147).

⁵ Nesse ponto não se trata de um olhar pessimista, mas de levar em consideração os efeitos da inexorável entropia.

seres humanos, é imprescindível para co-evolução desses sistemas. Seres humanos são sistemas orgânico e psíquico interpenetrados que se desenvolveram co-evolutivamente com sistemas sociais, constituindo-se como sua principal fonte de irritação. A interpenetração estabelecida aqui é o que permite a reprodução de um e outro.

Sistemas sociais não vêem, não ouvem, não falam. O substrato, o elemento fundamental de que são compostos os sistemas sociais é apenas comunicação - informação - ou seja, sistemas sociais são constituídos apenas semanticamente. São os seres humanos, sua principal fonte de irritação, que vêem, que ouvem e que falam, mas que só podem participar de processos comunicativos de acordo com as operações do sistema social em funcionamento. A comunicação, que inclui a ação, é determinada pelo processo comunicativo internamente instaurado em sistemas sociais e interações. O participante humano insere-se então nessa contingência e o sentido da comunicação não é dotado por ele, mas pelo processo comunicativo já constituído no qual ele se insere.

Os sistemas sociais se interpenetram aos seres humanos, então, seletivamente. Essa interpenetração se dá com base num código seletivo específico, qual seja, inclusão/exclusão. Assim ou seres humanos pode ser, ou não, incluídos em processos comunicativos⁶. A estrutura primordial que deve ser compartilhada nessa relação é a linguagem. Isso ocorre, normalmente, quando se é incluído em uma família (sistema de intimidade baseado no meio simbolicamente generalizado do amor) e, posteriormente, incluído no sistema educacional. Ora, a inclusão em sistemas sociais é o que, segundo Luhmann, transforma seres humanos em pessoas. Apenas mediante inclusão é que pessoas podem irritar os sistemas sociais, uma vez que, acopladas à eles, as pessoas podem cumprir papéis dentro de programas que organizam a comunicação interna dos sistemas sociais.

No fundo, há também entranhada na ideia de modernidade a de inclusão universal de seres humanos aos sistemas funcionais da melhor maneira possível. A diferenciação funcional dos sistemas sociais instaura também uma diferença seletiva

⁶ Nas palavras do autor: "A inclusão (e, correspondentemente, a exclusão) apenas pode referir-se ao modo pelo qual, no processo comunicacional, os seres humanos, são *identificados*, ou seja, considerados como relevantes. Também se pode dizer, ligado a um sentido tradicional do termo: o modo pelo qual eles são tratados como "pessoas"."(LUHMANN, 2013, p.19)

entre eles, sobre quem será incluído, quando será incluído e como. Um ser humano que não é incluído no sistema econômico, por exemplo, que não pode apontar em suas comunicações o lado positivo do código da economia (ter/não ter dinheiro) certamente terá dificuldades em ser incluído também em outros sistemas sociais, por contingência, como na ciência, no sistema educacional, na arte e assim por diante. No entanto, se quisermos seguir a linha utópica da promessa moderna, talvez devamos perguntar: seria possível, e como, a inclusão de todos os seres humanos na sociedade de forma razoavelmente satisfatória?

Já no fim de sua carreira Luhmann apontou, em diálogo com Marcelo Neves, que provavelmente o código regente do nosso século (XXI) seria o de inclusão/exclusão. A crescente complexidade social acelera-se abrindo novas possibilidades para constituição de programas e papéis a serem preenchidos, mas, ao mesmo tempo, a seletividade dos sistemas torna-se cada vez mais norteadada por pressupostos internos. Há um excedente de seres humanos para preencher papéis e a própria seletividade dos sistemas leva isso em consideração. Além disso, a inclusão não se distribui de forma simétrica pela sociedade (agora mundial)⁷.

É neste sentido que Luhmann passa a considerar enfaticamente o código inclusão/exclusão como regulador da relação entre indivíduo e sociedade. Enquanto o lado inclusão da forma encontra-se espalhada pelos diversos sistemas funcionais, a exclusão por sua vez parece ter um alto grau de integralidade. Esse código passa a orientar conexões e processos em sistemas, como o do direito, sobre o qual Neves realiza sua análise tencionando a realidade do sistema jurídico brasileiro com parâmetros sistêmicos da teoria de Luhmann, principalmente o de autonomia.

A questão que aparece para Neves, ao confrontar a realidade brasileira com a teoria luhmanniana, é a de que a relação entre sistemas não se dá, aqui, do modo

⁷ Segundo Luhmann: Para a surpresa dos bem intencionados, devemos reconhecer que a exclusão ainda existe, e existe em uma escala massiva e em tamanhas formas de miséria que elas estão para além da descrição. Qualquer pessoa que ouse visitar as favelas das cidades da América do Sul [...] pode falar sobre isso. [...] Nenhuma pesquisa empírica é necessária. Quem quer que confie em seus olhos pode ver, e ver de forma tão impressionante que todas as explicações disponíveis irão falhar. Sabemos que há discursos sobre exploração, opressão, marginalidade e sobre uma intensificação na contradição entre centro e periferia. Entretanto, todas essas teorias ainda são governadas pelo desejo da inclusão total e, assim, buscam bodes expiatórios: capitalismo, a aliança dominante entre o capital financeiro e industrial com as forças armadas ou as poderosas famílias de um país. Mas se uma análise mais cuidadosa é feita, não se encontra nada que possa ser explorado ou oprimido. Encontram-se existências reduzidas ao âmbito corporal em sua autodescrição e heterodescrição, tentando apenas sobreviver ao dia seguinte. [...] Se o que é visto é levado em conta, pode-se conceber a ideia do que poderá ser a diferença guia (*Leitdifferenz*) do próximo século: inclusão e exclusão. (LUHMANN, 2013, p.115).

bem comportado, por assim dizer, tal como a teoria luhmanniana prevê. Como o autor deixa claro, a diferenciação dos sistemas nos países periféricos da modernidade não ocorreu de modo a garantir a autonomia desses sistemas, principalmente em relação ao sistema econômico, ao código ter/não ter da economia. A Constituição, que deveria servir para interpenetrar Poder e Direito, é corrompida, criando duas possibilidades de direção para o Sistema Legal, que se direcionam a dois tipos de cidadãos (caracterizados por ter ou não ter): os subintegrados (excluídos) e os sobreintegrados (privilegiados) (NEVES, p. 103, 1996). Aos primeiros aplicam-se as regras e a punição; aos segundos, a impunidade. As observações de Neves - junto de outros pensadores que passam a constituir uma linha teórica crítica na teoria dos sistemas - apontam que o código operacional da economia passa a operar em outros sistemas, como no direito, corrompendo o funcionamento destes.

A diferenciação funcional, como dissemos no início, emerge e passa a operar concomitantemente com tipos de diferenciação anteriores, não as excluindo, mas as fagocitando, por assim dizer, para dentro de seus próprios processos comunicativos. A estratificação social, por exemplo, não deixa de existir, ela só não é mais o norte operativo das comunicações, que agora passa ser a função específica de cada sistema. O problema reside no fato de que inclusão/exclusão pela seleção de sistemas funcionalmente diferenciados geram um fenômeno no qual a inclusão, reiterando, espalha-se pelos sistemas - assim uma mesma pessoa não pode participar de todos os sistemas existentes, senão de alguns deles - enquanto a exclusão tem uma potência integradora, uma vez que, um ser humano excluído, por exemplo, do sistema educacional, o será também, muito provavelmente, pelos sistemas econômicos, científico e mesmo pelo sistema político.

3. O SISTEMA POLÍTICO

O sistema funcional para o qual direciona-se o problema da inclusão em sistemas fundamentais, uma vez que sua função específica é solucionar os problemas emergentes da sociedade, é o sistema político (LUHMANN, 2014, p.39-40). Só através dele é possível concatenar decisões coletivamente vinculantes que podem solucionar problemas e conflitos emergentes. No entanto, para este sistema também vale a premissa de que o meio é sempre mais complexo que o sistema. Como pode o sistema político lidar com tamanha complexidade?

Para esta análise é preciso dar uma volta e retornar à promessa de modernidade. Não à toa o surgimento da modernidade é muitas vezes situada no episódio da Revolução Francesa, uma vez que dela surge a ideia de direitos fundamentais. É mais ou menos quando os seres humanos começam a ser observados como indivíduos singulares para além do seu status. Já no século XX há uma ruptura drástica com os princípios humanistas do início da modernidade, as duas grandes guerras provocaram essa ruptura escancarando o que passou a ser considerado como “desumanidade” (com o nazismo e as bombas de Hiroshima e Nagasaki, por exemplo). Foi preciso então estabilizar as expectativas, agora em nível mundial, de modo que não se perdesse o norte progressista. Dos escombros da 2ª guerra e catalisado pelas descobertas e invenções técnicas e científicas produzidas na Guerra Fria, começa a emergir o estado de bem estar social nos países já modernizados e industrializados.

Para cumprir com essa expectativa compensatória, o estado de bem estar social se estabelece enquanto sistema político situado nos países desenvolvidos de economia capitalista⁸. A promessa da modernidade se restabelece aqui sob a forma de inclusão de todos os seres humanos primeiramente no sistema político, mas também em outros sistemas de forma a garantir os direitos fundamentais: renda mínima (na economia), alfabetização e escolarização obrigatórias (sistema educacional), acesso à serviços de saúde, e assim por diante. Nesse sentido, o estado toma para si a responsabilidade pela inclusão e bem estar social nos mais diversos âmbitos.

Para funcionar de tal maneira, o sistema político se configura como um Estado democrático que responde ao código operacional governo/oposição cuja temporalidade é marcada pelo ritmo das eleições (LUHMANN, 2014, p.126). Há um segundo código que transpassa o primeiro, qual seja, a diferença entre progressista/conservador. A disputa entre qual lado da forma será apontada (nas eleições) é feita através da elaboração de propostas e execução de decisões vinculantes que resolvam problemas seletivamente observados no entorno social pelo sistema político. Esses problemas surgem sob a forma de temas que vem à tona em

⁸ Vale lembrar que os países de regime comunista também mantiveram-se norteados pela ideia de modernização e progresso.

uma forma de complexidade sistêmica com a qual o sistema político está interpenetrado, - que se coloca como contingente para seu funcionamento - essa complexidade se materializa na opinião pública e é produzida por subsistemas dos meios de comunicação de massa (LUHMANN, 1993, p.77).

Em tese, independente do lado apontado, o sistema político deve operar para prestação de condições adequadas ao bem estar social. Assim ele deve poder oferecer cada vez mais inclusão, isto é, por exemplo: mais e melhores escolas, escolarização por mais tempo (ou permanente), melhor acesso aos serviços de saúde, aumento de renda e postos de trabalho, mais segurança, investimento em ciência e tecnologia, etc. A partir dessas expectativas básicas, novas começaram a se produzir (na opinião pública), como melhor qualidade de vida, ideia que por si só engloba pautas como: acesso à cultura, ao lazer, ao tempo livre, acesso a alimentos sem adicionais nocivos à saúde, dentre outros sem número de possibilidades de melhorias individuais e coletivas. Isso demonstra como a mútua irritação, entre público e política, produz crescente complexidade que precisa ser elaborada de alguma maneira pelo sistema político.

Para dar conta dessa demanda o estado de bem estar social “só dispõe praticamente das formas de ação do direito e do dinheiro.” (LUHMANN, 1993, p.153). Relevando suas diferenciações internas, o sistema político apresenta-se, por um lado, compartilhando complexidade com a opinião pública, e, por outro, fazendo valer as expectativas geradas nessa primeira relação através de interpenetração com o direito e com a economia. No caso do direito, este já se estabelece como um subsistema da política, cuja complexidade é a base para manutenção das estruturas do sistema político e sobre a qual se fundamentam as decisões vinculantes. Por outro lado, a economia é mais autônoma, por assim dizer, em relação ao sistema político, mas este, por sua vez, tem a economia cada vez mais como contingente - de acordo com a crescente das demandas sociais⁹.

O sistema político deve - ele não pode deixar de fazê-lo sob o preço da sua legitimidade - observar problemas da sociedade e dispor possíveis soluções. Ou,

⁹ O estado dispõe do dinheiro para fazer valer o direito, ao menos o que há de mais básico nele, sobretudo no âmbito da educação e da política social (LUHMANN, 1993, p.154). Por outro lado, o gasto público demandado para soluções dos problemas emergentes, mesmo das necessidades ordinárias, torna o código econômico (dinheiro) extremamente relevante para observação política, que pode lidar com essa contingência de acordo seus próprios códigos, expandindo ou retraindo direitos e investimentos.

arriscando sua legitimidade, ele pode negá-los. A comunicação continua pelo sim e pelo não, é o sistema político que determina o que entra ou não como complexidade para ser elaborada assim como a forma que será elaborada. Os temas que descrevem problemas sociais baseiam-se, em alguma medida, na realidade, ou seja, a negativa do sistema político em resolver um problema dado não elimina o problema em si. Ele continua contingente enquanto complexidade do meio (assim como suas consequências reais) e, eventualmente, retorna para comunicação da opinião pública.

O sistema político em um regime de democracia representativa tem, portanto, como um dos principais fatores contingenciais a dita opinião pública, produzida nos meios de comunicação. Não é possível ao sistema político democrático prescindir dessa fonte de irritação. Uma vez que a realidade construída pelos meios de comunicação é aquela pela qual a sociedade se orienta (Luhmann, 2006), o processo de convencimento que perpassa a realização do código operacional da política (governo/oposição), precisa lançar mão de acoplamentos que lhe permitam se tornar comunicação (positiva ou negativa) nos meios de comunicação.

Não apenas no Brasil, mas em boa parte do mundo, é possível observar uma crescente tensão e, ao mesmo tempo, uma crescente interpenetração, entre o sistema político e os meios de comunicação. Em especial, no que diz respeito às eleições e à tematização das tomadas de decisão que se espera de um governo. Os acontecimentos políticos, as decisões e propostas políticas chegam ao conhecimento da sociedade através dos media, é também através deles que temas relevantes para a observação política são selecionados, tais como corrupção, impostos, problemas ecológicos e identitários, etc. Dessa forma, a realidade emergente como opinião pública constitui-se como irritação para o sistema político não apenas como notificação do que acontece no presente, mas também como criação de expectativas em relação ao futuro, logo, expectativas sobre o que se espera do sistema político e das suas tomadas de decisão em relação ao um futuro que possa ser mais ou menos vislumbrado. A disputa entre governo/oposição durante as eleições constitui-se então como complexidade disponível para ser observada, principalmente através dos meios de comunicação, pelos eleitores que devem decidir por um ou outro lado da forma.

4. QUESTÕES EMERGENTES NA RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Em 1995¹⁰, quando Luhmann selecionou os textos que formariam o livro *A realidade dos meios de comunicação*, a difusão de informação ao vivo já acontecia, via rádio e televisão, e se iniciava a popularização das redes cibernéticas. Nesse contexto de emergência dos meios eletrônicos de comunicação, já era preciso contar com o fato de que informações difundidas pelos noticiários dos meios de comunicação eram pressupostamente conhecidas por todos. Atualmente, sistemas sociais e seres humanos não operam apenas a terceira parte da comunicação, o ato de conhecer, mas também produzem irritação nos meios de comunicação uma vez acoplados a eles tecnicamente. Em nossa leitura, é como se os processos de autodescrição social tivessem sido ampliados e acelerados conjuntamente com a evolução dos meios de comunicação.

Ora, a função dos meios de comunicação é a de descrever a sociedade para ela mesma, então eles também são, por assim dizer, a função memória da sociedade - ainda que cada sistema tenha sua própria memória¹¹. Eles produzem suas operações, sua autopoiese, em um ritmo extremamente acelerado em relação aos outros sistemas, mesmo em relação à economia que também é um sistema bastante acelerado. Isso porque os meios de comunicação descrevem a sociedade para ela mesma em tempo real, em simultaneidade. Ao mesmo tempo, os meios de comunicação não tem nenhum compromisso com a verdade - que é o código do sistema científico - mas apenas com a produção de informações. As informações produzidas nos meios de comunicação representam a sociedade para ela mesma e essas informações não precisam ser verdadeiras, o que significa que a realidade social construída para observação da sociedade não está de modo algum ancorada na realidade como ela é, na verdade dos fatos. Bem, a questão que me surge daí e

¹⁰ Apenas três anos antes de sua morte em de 1998.

¹¹ A memória é, luhmannianamente falando, uma função de cada sistema observador, então ela é distinta para cada observador. Ela é uma função - não uma estrutura, um conjunto de elementos, ou uma gaveta de arquivos - porque orienta e organiza tudo que ocorre no sistema sem que se possa encontrá-la em suas partes ou no conjunto das partes, ela transcende tudo isso se constituindo como um pequeno demônio que de dentro do sistema toma todas as decisões, em especial, a respeito do que deve ser lembrado, ou mantido e atualizado, e o que deve ser esquecido. Memória é o dispositivo inteligente, ou Demônio de Maxwell, que opera uma dupla seleção fundamental para o sentido que toma as operações de um sistema: com base no passado, ou ainda, nas estruturas já criadas, ele decide quais formas devem ser esquecidas, ou deixadas de fora das operações e quais serão de fato as operações subsequentes, conectando-as de acordo com um sentido mais ou menos razoável em relação às suas expectativas.

diante da nossa atual conjuntura é: o que acontece quando as descrições dos meios de comunicação se voltam para a política? E particularmente, o que acontece quando as comunicações já não são monopolizadas por grandes grupos corporativos mas fluem pelo twitter e grupos de whatsapp? O que está acontecendo no compartilhamento de complexidade entre a política e as redes sociais?

Embora a internet tenha se constituído desde o início (nos anos 1990) como um terreno fértil para organização e propagação das campanhas eleitorais possibilitando acesso fácil aos materiais de campanha, calendários, disseminação de imagens e textos e a emergência de grupos online por afinidade política, só recentemente que revelou-se claramente a potência desses meios de comunicação, em especial das redes sociais, para definição de resultados eleitorais. Nos referimos aqui ao escândalo que veio à tona, através da imprensa¹², sobre uma empresa (Cambridge Analytica) que comprou dados de milhares de usuários - populações inteiras - do Facebook¹³ e através desses dados pôde criar campanhas políticas individualizadas e direcionar informações de acordo com cada perfil - analisados por inteligência artificial - de modo a favorecer o Brexit (saída do Reino Unido da União Européia) e a eleição de Donald Trump para presidente dos E.U.A. em 2016. O escândalo não se deve, por si só, à compra dos dados, que viola o direito à privacidade em algumas legislações, mas também ao fato de que, por não bastar a realidade, foram criadas notícias falsas¹⁴ ou enviesadas de modo a convencer cada pessoa de acordo com suas particularidades (em especial as emocionais).

Durante a campanha eleitoral no Brasil em 2018 ocorreu algo semelhante, mas desta vez o aplicativo utilizado para propagação das informações (notícias publicitárias, verdadeiras e falsas) foi o Whatsapp (pertencente ao Facebook), que tem hoje 120 milhões de usuários no país. O que me proponho agora não é enfatizar apenas o fenômeno da propagação das notícias falsas ou o processo de polarização política em si, mas observar a complexidade produzida na opinião pública levando em

¹² Por Carole Cadwalladr, jornalista política investigativa do The Guardian em março de 2018.

¹³ O Facebook é hoje a maior rede social vigente com 2,2 bilhões de usuários mensais.

¹⁴ A definição do que são notícias falsas ainda está em disputa, mas uma aproximação adequada pode ser a seguinte: "Notícias falsas, no sentido político, são textos noticiosos que assumem a forma de matérias jornalísticas e são geralmente produzidos para propagar em um contexto de disputa política - seja com objetivos políticos, seja para se beneficiar economicamente da guerra política. Ainda que o termo "falso" sugira uma inverdade absoluta, a "falsidade" tem gradações: pode ser uma falsificação simples, mas também um exagero, uma especulação, uma simples opinião ou distorção, sempre apresentada como se fosse um fato jornalístico apurado, de maneira a parecer uma matérias jornalística profissional." (Sorj et al, p.47-48, 2018).

consideração que notícias políticas passaram a se disseminar em larga escala, verdadeiras e falsas. A hipótese interessante que se vislumbra aqui é a de que os participantes das comunicações das redes são mais ou menos os mesmos que participam do sistema político através do voto e de campanhas políticas e que a complexidade produzida e compartilhada aí está criando aceleradamente uma nova contingência para o sistema político, este que, nas suas mais diversas formas de regime, se apresenta visivelmente em crise no mundo todo.

Muitas questões emergem nessa realidade e gostaríamos de formulá-las na linguagem sistêmica: i) o ritmo do sistema político, regido principalmente pelas eleições governamentais, podem se adaptar ao ritmo acelerado dos meios de comunicação? ii) seriam os meios de comunicação capazes, por conta da sua velocidade, de conduzir processos políticos? iii) quais são as consequências, para os regimes democráticos, da interpenetração contingente entre participação política e as redes sociais? e, finalmente iv) estaria o sistema político adaptando-se às demandas da opinião pública via meios de comunicação, de modo a deixar no escuro a inclusão via direitos e economia?

O poder é um código simbolicamente generalizado que tradicionalmente se faz valer em termos de direito e dinheiro. Embora sempre tenha tido a opinião pública como contingência, atualmente parece que o sistema político tem cada vez mais compartilhado complexidade (exercitando o poder) através dos meios de comunicação, constituindo também a opinião pública. Por outro lado, os meios tradicionais, o direito e o dinheiro, pelos quais se realiza a política, tem apontado, cada vez mais, para a exclusão de pessoas de sistemas sociais fundamentais. Isso deve ser compensado na opinião pública, que é, no fundo, a realidade construída que sustenta a legitimidade política. Parece um movimento arriscado, uma vez que, na realidade humana individual a exclusão é um fenômeno integrador, como dissemos, então quando um sujeito fica sem renda, por exemplo, ele corre o risco de também ser excluído de outros sistemas, como o sistema educacional (porque não pode arcar com os custos). As questões finais seriam então: o que acontece quando muitos, quando a grande maioria de seres humanos viventes em determinado Estado, passam a ser excluídos da sociedade em larga escala e em vários âmbitos ao mesmo tempo?

A opinião pública irritada pela política - mesmo que através das mentiras mais absurdas - é capaz de manter uma realidade paralela à da real exclusão? Como?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMATO, Lucas. Luhmann e Mangabeira Unger: da crítica social ao construtivismo jurídico, in Lucas Amato & Marcos Barros (Eds.) Teoria Crítica dos Sistemas?, Editora Fi: Porto Alegre, 2018.

LUHMANN, Niklas. Iluminismo sociológico in O pensamento de Niklas Luhmann. Portugal: Universidade da Beira Interior, 2005.

_____ A Sociedade mundial como Sistema Social. Tradução de Ana Mércia Silva Roberts. São Paulo: Lua Nova nº47, 1999.

_____ La sociedad de la sociedad. Universidad Iberoamericana: México, 2006.

_____ Introdução à teoria dos sistemas. Editora Vozes: Petrópolis, 2009.

_____ A realidade dos meios de comunicação. Paulus: São Paulo, 2011.

_____ Sistemas Sociais - Esboço de uma teoria geral. Editora Vozes: Petrópolis, 2016.

_____ Temporalization of complexity in Sociocybernetics, org. R. Felix Geyer e Johannes van der Zouwen. Kluwer Boston, 1978.

_____ Teoría política en el Estado de Bienestar. Alianza Editorial: Madrid. 1993.

_____ Sociología Política. Editorial Trotta: Madrid. 2014.

_____ Globalization or world society? How to conceive of modern society?, in Internacional Review of Sociology, 1997.

_____ Inclusão e exclusão, in R. Dutra & J. P. Bachur (Orgs.) Dossiê Niklas Luhmann. Editora UFMG: Belo Horizonte. 2013.

MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco. A árvore do conhecimento - As bases biológicas do conhecimento humano. Campinas: Editora Psy II, 1995.

MINHOTO, Laurindo Dias e GONÇALVES, Guilherme Leite. Dossiê - Teoria dos sistemas e crítica da sociedade: apresentação. Tempo social. vol.27 no.2 São Paulo, 2015.

_____ Nova ideologia alemã? A teoria social envenenada de Niklas Luhmann. Tempo Social: Revista de sociologia da USP, v. 27, n. 2, 2015.

NAFARRATE, Javier Torres (2009). Introdução e Notas biográficas sobre Luhmann. in Introdução à teoria dos sistemas, Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

NEVES, Fabrício Monteiro e NEVES, Clarissa Eckert Baeta. A teoria dos sistemas sociais; algumas reflexões. in A modernidade como desafio teórico: ensaios sobre o pensamento social alemão. Porto Alegre, 2008.

NEVES, Marcelo. Luhmann, Habermas e o Estado de direito. São Paulo: Lua Nova nº37, 1996.

_____. Entre Têmis e Leviatã: estado democrático de direito a partir e além de Luhmann e Habermas. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PARSONS, Talcott. O sistema das sociedades modernas. São Paulo: Pioneira, 1974.

PEIRCE, Charles Sanders. Escritos coligidos. São Paulo: Editora Abril, 1974.

RIBEIRO, Pedro Henrique. Luhmann “fora do lugar”? Como a “condição periférica” da América Latina impulsionou deslocamentos na teoria dos sistemas. RBCS Vol.28 nº83, 2013.

RODRIGUES, Léo Peixoto & NEVES, Fabrício Monteiro. A Sociologia de Niklas Luhmann. Editora Vozes: Petrópolis, 2017.

ESCOLHAS RELATIVAS:

Uma análise do recrutamento social no curso de medicina da Unifesp

Wilver Cunha Portella¹

INTRODUÇÃO

Bourdieu, ao longo de seus trabalhos na área da educação e da cultura, retrata como o contexto social dialoga com as escolhas dos agentes que a princípio nos parecem pessoais, sobretudo nas escolhas por um curso superior ou mesmo em como se dá sua vivência, a escolha dos objetivos e de posicionamentos.

O conceito de *campo* dá conta de explicar os espaços que os indivíduos ocupam nas instituições escolares conforme a estrutura de capitais de suas famílias, que por sua vez influenciam na construção de um *habitus* que está de acordo com a posição que ocupam no campo, de dominante ou dominado. Porém, tal estrutura não é permanente e varia conforme as mudanças sociais e conforme as disputas dentro do campo por sua dominância para estabelecer o discurso legítimo e seu reconhecimento de maneira hegemônica.

Este trabalho se insere no cruzamento das áreas da sociologia da educação, da sociologia elites e a sociologia do gosto, inspirado nas obras de Pierre Bourdieu e calcado em seu referencial teórico. O objetivo é discutir a construção do campo da Medicina na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) no contexto da reorganização geral do campo universitário com o advento de políticas de democratização desses espaços, como o Reuni e as políticas de cotas².

Ao serem modificadas as regras de ingresso de agentes nos cursos de formação nas universidades, também se modificam o perfil de ingresso de profissionais e de caracterização do campo. Porém, isso não se dá de maneira passiva. A suposta democratização do campo encontra impeditivos quanto mais o

¹ Graduado em Ciências Sociais (Universidade Federal de São Paulo) mestre em Ciências Sociais (Universidade Federal de São Paulo)

² Este trabalho apresenta de forma resumida alguns aspectos da dissertação de mestrado do autor, desenvolvida no PPGCS (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) da Universidade Federal de São Paulo com financiamento da CAPES.

curso em questão estiver relacionado ao prestígio social do campo temporal, uma vez que sua autonomia é relativa.

O artigo inicia com um panorama geral dos *campi* em condição de maior contraste da Unifesp, para que se compreenda a posição ocupada pela faculdade de Medicina, passando pela história de formação do campo médico no Brasil e como se dá o surgimento da EPM (Escola Paulista de Medicina), que se torna futuramente a Unifesp, relacionando os ecos desses momentos sociais no recrutamento social da faculdade e na formação desejável a seus quadros.

O trabalho se ampara em coletas de dados secundários feitos pela Pró-Reitoria de Graduação aos alunos ingressantes de 2016; em dados primários produzidos a partir de questionários respondidos pelos alunos do curso de medicina; além de entrevistas a respeito de sua vivência na faculdade de medicina da Unifesp.

VESTIBULAR E O HORIZONTE DOS POSSÍVEIS

Para compreender sociologicamente a questão do recrutamento social na Unifesp e como isso enforma as escolhas dos candidatados, se faz necessário de antemão discorrer brevemente sobre o contexto histórico e social em este trabalho foi escrito. De saída, ressalta-se os fatores da estrutura social na formação das aptidões distribuídas de maneira desigual nos diferentes recortes sociais – classe, raça, gênero, etc –, que por sua vez influenciam nas perspectivas de escolha dos agentes na forma de ver o mundo e sentir a qual tarefa estão “vocacionados” a desempenhar, ou ainda, quais espaços são empreendimentos possíveis para se desejar. Uma vez que este trabalho se reporta especificamente a condição da Unifesp, uma universidade pública, cabe destacar as políticas públicas que permitiram o ingresso de novos agentes no campo universitário.

A primeira política pública destinada à expansão de vagas no ensino público foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tinha como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência estudantil na educação superior pública a partir da expansão de vagas em universidades e institutos federais, iniciado em 2003, porém, sendo instituído como

decreto apenas em 2007³. A Escola Paulista de Medicina (EPM), até então focada na produção de quadros de excelência nas ciências médicas e da saúde, se torna Unifesp em 1994, e, devido as regras instituídas pelo Reuni, em 2003 começa a expandir seus escopos de ensino a partir da criação de novos *campi* temáticos, abrigando cursos homólogos em diferentes cidades no Estado de São Paulo.

A expansão promovida pelo Reuni não trouxe consigo a democratização do acesso às diferentes camadas sociais e as diferentes faculdades da mesma maneira (ALMEIDA, 2015, p.90; FERREIRA, 2015, p.102; ALMEIDA, 2015, p.75). Notavelmente, as faculdades de maior reconhecimento social mantiveram seu recrutamento social entre as camadas mais abastadas da população. Tendo o objetivo de atuar nas disparidades sociais que influenciam no sistema escolar e, sobretudo, no sistema universitário público, diversas universidades adotaram algum sistema de cotas sociais a sua própria maneira, sendo pela atribuição de pontos ou reserva de vagas. A Unifesp inaugura em 2005 sua própria política de cotas raciais pela reserva de 10% das vagas disponíveis em todas as faculdades para candidatos negros ou indígenas que cursaram o ensino médio em escola pública de maneira integral. Tal política de reserva de vagas passa a valer inclusive para os novos *campi* inaugurados a partir de 2007.

Em 2012 o Governo Federal institui uma lei com uma diretriz geral para todas as universidades federais. Ela consistia na reserva de vagas para alunos cotistas, que deveria aumentar percentualmente a cada ano, até que em 2016 a reserva deveria ser de 50%, divididos por fatores de cor, tipo de administração escolar e renda familiar. Chamado formalmente de *sistema de cotas*, diferenciava-se do chamado sistema universal⁴ em que o restante dos alunos que não requisitaram o enquadramento na política deveria competir.

Com efeito, a institucionalização da política de cotas aliada à expansão promovida pelo Reuni provoca, em boa medida, a reconfiguração dos campos

³ Disponível em: <reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acessado em 20 de agosto de 2019.

⁴ Cabe aqui denotar que a escolha de nomes para ambos os sistemas traz em seu bojo um marcador simbólico. A contraposição ao *sistema universal* enquadra os outros alunos enquanto não parte do coletivo de candidatos, mas como candidatos a parte, ou seja, excetuados os cotistas. A igualdade em questão remete-se à igualdade jurídica sem considerar os diferentes significados dos processos vestibulares em si, sendo um recurso para manter o que Bourdieu chamou de ideologia do dom e da escola libertadora, de modo a ocultar os mecanismos de eliminação que operam antes do concurso vestibular em si (BOURDIEU, 2007, p.53; BOURDIEU, 2014, p.92; BOURDIEU, 1992, p.158).

acadêmicos das faculdades, semelhante ao que ocorreu na França em 1960⁵. Os efeitos dessa reorganização são evidentes também do campo institucional. A Universidade de São Paulo (USP) também adere a um sistema de reserva de vagas por critérios socio-raciais com gradação semelhante aos exigidos pelas universidades federais, que deve atingir, na USP, os 50% em 2021. Porém, ao contrário do sistema das federais, os critérios de reserva de vagas da USP exigem que os candidatos estejam a cima da uma nota de corte. Em 2018, das 15 vagas reservadas da USP para alunos de escola pública pretos ou pardos para Medicina, apenas uma foi preenchida, e das 25 vagas reservadas para alunos de escola pública, somente 8 candidatos foram aprovados. As vagas remanescentes da chamada reserva foram disponibilizadas aos candidatos inscritos no sistema universal do vestibular⁶. Perosa (2015), a partir de dados produzidos pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) dos ingressantes de 2011, evidencia o embate pela conservação do recrutamento social nos diferentes campos mostrando a diferença de efetividade da política de cotas em cada um dos *campi* da Unifesp. Partindo das tipologias de democratização do acesso à educação propostas por Pierre Merle, Perosa constata que a ampliação das matrículas foi mera translação das desigualdades ao invés de sua redução.

Os *campi* de São Paulo, Osasco e Guarulhos, apresentaram uma democratização segregativa, pelo aumento da diferença no ingresso de alunos de determinadas classes sociais nos cursos de maior e menor reconhecimento social. A autora (PEROSA, 2015, p. 129) afirma que os alunos dos *campi* de Osasco e São Paulo, *campi* que concentram cursos tradicionais e de alto reconhecimento social como medicina e economia, é diametralmente oposta aos do *campus* de Guarulhos, onde são ministrados cursos de ciências humanas. Em termos de formação educacional dos pais e renda familiar, os alunos do *campus* Guarulhos têm índices inferiores aos dos outros dois *campi*. Além disso, o *campus* Guarulhos tem predominância de alunos pretos e pardos. Ou seja, os *campi* com faculdades que dão acesso a profissões de alto prestígio social são também os *campi* com alunado predominantes de origens mais abastadas.

⁵ “O aumento da população dos estudantes e o crescimento correlato da população de professores têm modificado profundamente as relações de força no interior do campo universitário e no interior de cada faculdade [...]” (BOURDIEU, 2011, p.58).

⁶ O que evidencia a força das elites na manutenção de seus redutos de consagração e distinção social, sobretudo considerando a importância simbólica da USP desde sua criação.

Ainda que as diferenças sociais entre os *campi* sejam esclarecedoras, não podemos pensá-los como blocos homogêneos no que diz respeito ao perfil dos alunos. As faculdades, em cada um dos *campi*, apresentam uma composição social de alunado diferenciada, impondo-se como objetivo a perfis de alunos diferentes. Considera-se, pois, o conceito de autoeliminação⁷ (BOURDIEU, 1992, p.163). Para verificar as faculdades de maior e menor prestígio social em cada um dos *campi*, foram utilizados dados dos vestibulares da Unifesp de 2013, 2014, e 2015, de onde se desenvolveu um índice de autoeliminação. A Tabela 1 mostra a razão entre o número de candidatos no sistema universal pelos que concorreram na faixa com maiores índices de baixa extração social no sistema de cotas, sendo escolhido os *campi* São Paulo e Guarulhos como foco deste artigo. Valores maiores caracterizam autoeliminação por congregar mais candidatos pelo sistema universal, evidenciando que, apesar das cotas, alunos de extração social mais vulnerável consideram suas chances de sucesso ainda muito baixas.

TABELA 1 – RAZÃO ENTRE OS CANDIDATOS AO VESTIBULAR DOS CAMPIS SÃO PAULO E GUARULHOS DA UNIFESP ENTRE OS ANOS DE 2013 A 2015

	2013	2014	2015		2013	2014	2015
<i>Campus São Paulo</i>				<i>Campus Guarulhos</i>			
Curso de maior razão	10,22	9,97	<u>4,78</u>	Curso de maior razão	4,26	3,07	<u>2,87</u>
Curso de menor razão	3,05	2,52	<u>1,74</u>	Curso de menor razão	2,90	2,40	<u>2,38</u>

Fonte: Elaboração própria. Dados disponíveis em: <http://www.Unifesp.br/reitoria/vestibular/vestibulares-antiores/category/3-estatisticas>. Acessado em 13 de agosto de 2017.

No *campus* Guarulhos há variação das faculdades menos e mais valorizadas socialmente nos três anos. De outro modo, no *campus* São Paulo, durante três anos se mantiveram Fonoaudiologia e Medicina como menos e mais valorizadas, respectivamente⁸. Neste artigo, serão consideradas apenas as faculdades de menor e maior prestígio social para o vestibular de 2015, que no *campus* Guarulhos foram

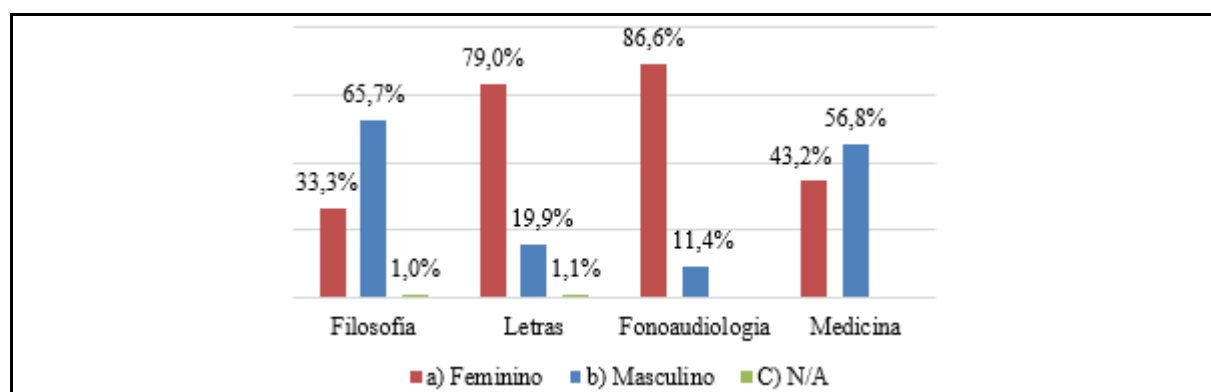
⁷ O conceito diz respeito à seleção que antecede o concurso de fato, neste caso o vestibular, quando os agentes sentem que as possibilidades objetivas de ingresso em uma determinada faculdade não compensam em relação ao investimento necessário em tempo, esforço ou dinheiro. Aqueles que têm baixa extração social investem em carreiras próximas de suas realidades, em que encontram alguma identificação. O cálculo de probabilidade de sucesso inconsciente é feito pela diferença entre os patrimônios na estrutura de capitais e do *ethos* de classe que caracteriza os agentes de um determinado nicho profissional.

⁸ Isso mostra o alto poder sobre o recrutamento social e, portanto, a capacidade de controle na composição dos membros do campo apesar das políticas de inclusão e democratização promovidas.

respectivamente Letras e Filosofia⁹. Há também uma tendência dos agentes das classes dominadas, alunos dos cursos de Ciências e Letras, aderirem e reinvestir nos campos culturais/universitários, uma vez que estes foram elevados socialmente pelo diploma do terceiro grau. Em contrapartida, alunos dos cursos destinados às classes dominantes, no caso Medicina, tendem a investir em espaços e indícios que reconhecem e reiteram o poder temporal exercido por estes (BOURDIEU, 2011, p. 82).

Os dados do curso de Medicina coletados pela Prograd para os ingressantes de 2016 mostram que, uma vez dentro do curso, a homogeneidade das faculdades e dos *campi* torna-se discutível, havendo diferenças significativas entre as faculdades, *campi* e seu perfil de alunado.

GRÁFICO 1 – SEXO X FACULDADES



F/L: χ^2 : 61,105 - df: 2 - α : 0,000

U: χ^2 : 87,631 - df: 6 - α : 0,000

F/M: χ^2 : 22,323 - df: 1 - α : 0,000

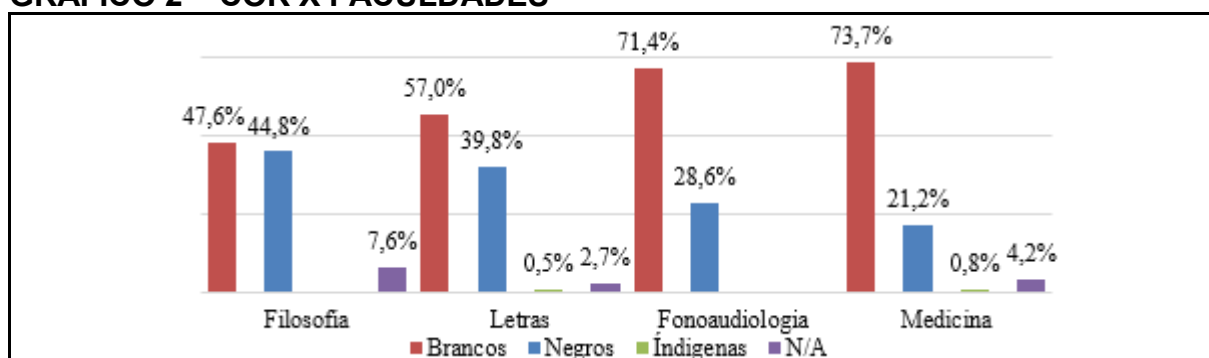
Fonte: Elaboração Própria.

Letras e Fonoaudiologia são cursos dominados, o primeiro do ponto de vista do campo da cultura, enquanto o segundo do ponto de vista do poder temporal. Neste sentido, entende-se que os cursos de Filosofia e Medicina são dominantes nos respectivos campos, algo que é evidenciado pela predominância masculina nos cursos no campo acadêmico (BOURDIEU, 2014, p. 85). Nesse sentido, vê-se que o

⁹ Estes dados remontam a visão que parte do ponto de vista do poder temporal, das carreiras que valorizam o mundo da ordem. Conforme Bourdieu (2011, p. 95), são elas as faculdades *temporalmente* dominantes, focadas na prática (em geral com os saberes produzidos pelas faculdades temporalmente dominadas) dentro dos limites estipulados pela ordem social, alinhados à segurança das normas e à manutenção do *status quo*. Do outro lado, ocorrem as faculdades *culturalmente* dominantes, ciências interessadas em questionar e transformar, cuja liberdade é imprescindível para realização do seu trabalho.

gênero acaba contribuindo para a escolha de um determinado curso e na forma como está se apresenta no imaginário social.

GRÁFICO 2 – COR X FACULDADES



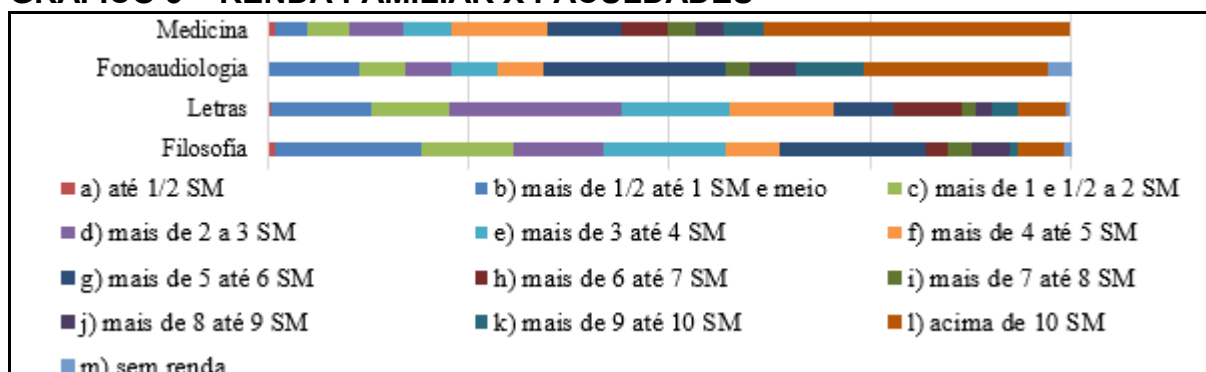
F/L: χ^2 : 5,716 - df: 3 - α : 0,126

U: χ^2 : 29,907 - df: 9 - α : 0,003

F/M: χ^2 : 2,443 - df: 1 - α : 0,486

Fonte: Elaboração Própria.

Quanto à cor, esta foi agrupada em grandes categorias, sendo brancos compostas por brancos e amarelos, e negros por pretos e pardos. Observa-se que o número de alunos negros tende a diminuir quanto mais se vai da esquerda, cursos temporalmente dominados, para os cursos temporalmente dominantes à direita do gráfico. Nesta diferenciação, nota-se uma maior diferença entre os *campi* do que entre as faculdades, mas se pode observar que o curso de Medicina, mesmo com a reserva de vagas, não preencheu parcela da cota de 25% de reserva de vagas para 2016. Cabe ressaltar que, ainda que os números sejam semelhantes ao trabalho de Perosa (2015), é possível observar uma quantidade significativa de alunos negros nas faculdades do *campus* São Paulo.

GRÁFICO 3 – RENDA FAMILIAR X FACULDADESF/L: χ^2 : 21,913 - df: 12 - α : 0,039U: χ^2 : 122,235 - df:36 - α : 0,000F/M: χ^2 : 15,918 - df: 12 - α : 0,195

Fonte: Elaboração Própria.

TABELA 2 – MEDIANA DA RENDA PER CAPITA EM CADA FACULDADE

	Filosofia	Letras	Fonoaudiologia	Medicina
Mediana	R\$ 1000,00	R\$ 1000,00	R\$ 1320,00	R\$ 1750,00

Fonte: Elaboração Própria.

Para além da grande diferença entre os *campi*, é possível observar uma diferença relevante entre Filosofia e Letras, maior (a diferença) do que entre o alunado de Fonoaudiologia e Medicina. Cabe destacar, porém, que apesar de Filosofia ter a mesma mediana de renda de Letras e congregar o maior número de alunos nas faixas a) e b), aquele curso tem um índice maior de alunos em g) do que Letras, curso este dominante no *campus* Guarulhos do ponto de vista do poder temporal. Outro dado interessante é que o curso de Fonoaudiologia possui a maior parcela de alunos sem renda.

A visualização dos dados, além de permitir observar diferenças entre os *campi* e as faculdades, mostram uma composição pouco homogênea ainda dentro destas. Com efeito, as parcelas dominantes nas faculdades permanecem ainda majoritárias, sobretudo no que diz respeito à faculdade de Medicina. Porém pode-se observar uma mudança na composição do alunado, um maior número de ingressantes diferentes do que se tinha tradicionalmente.

O novo perfil de alunado advindo da política tem demandas distintas e busca espaço no campo até então dominado por agentes com características físicas, sociais e culturais semelhantes. O choque dos *habitus* entre os dois perfis gera modificações no campo da Medicina, e as tradições e instituições fortes são questionadas. Uma

vanguarda ganha força no embate pela dominância da representação legítima do campo médico, bem como os espaços de cada um destes grupos.

A MEDICINA NO BRASIL E A UNIFESP

A carreira médica é tradicionalmente, no entendimento popular, uma carreira acertada, capaz de prover estabilidade, lucros consideráveis, além de um notório reconhecimento social, estando entre as chamadas profissões imperiais, que existem desde o período do Brasil Império ao lado do Direito e da Engenharia.

As primeiras faculdades de Medicina surgem no Brasil Império no Século XIX, na Bahia e no Rio de Janeiro. Tratava-se de um ensino para o uso prático, muito ligada às necessidades militares e distante da exploração científica (MACHADO, 1997, p. 52). Disso desprende-se que a primeira geração de médicos foram filhos de membros da magistratura ou militares e deveriam residir no Rio de Janeiro, por exigência da Academia Nacional de Medicina (ANM), responsável por estabelecer e regular as atividades médicas, transpondo as regras da Academia Francesa de Medicina (CORADINE, 2005, p. 03). Tal exigência estabelece uma relação dos médicos com as metrópoles e o Sudeste que perdura até hoje¹⁰.

As relações com as forças militares e também com a igreja católica da época, sendo esta um escopo de atuação importante, estabelecem a fundação do campo médico em âmbitos de ideais conservadores com apreço pela tradição e não pelo espírito científico. Ainda que sua fundação se inspire em ideais republicanos da França, as elites vinculadas ao campo da Medicina simpatizavam com princípios diferentes.

Os critérios de recrutamento da elite médica são fortemente fundamentados nas relações sociais nas instituições (CORADINE, 2005, p. 429; CORADINE, 1997; p. 15) sendo o centro dos processos de recrutamento. Além disso, o ingresso na faculdade de Medicina conta, em si, como um indício de consagração. Os médicos no Brasil não eram consagrados pela excelência científica, mas sim, pela ocupação de

¹⁰ Segundo dados da Demografia Médica para o ano de 2018, realizado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), a maior parte dos médicos (54,1%) está concentrada na região sudeste em grandes metrópoles, sobre tudo porque as capitais têm em média 55,1% mais médicos do que cidades do interior (SCHEFFER, 2018, pp. 44-47; MACHADO, 1997, p. 98) sobretudo em áreas mais desenvolvidas e urbanizadas.

cargos de comando na vida política, orientando a atuação dos agentes na ocupação destes postos de prestígio, operando uma reconversão de capitais.

O diploma se estabelece mais como meio do que como fim e apenas reitera a posição social que o agente já ocupava anteriormente. Mesmo com o fim do Império e os constantes avanços científicos no campo da Medicina, as relações dentro do campo se mantêm muito semelhantes, não operando uma autonomização do campo médico. A adoção do modelo francês não significou na importação de seu *ethos*, que desloca seu modelo para os Estados Unidos¹¹.

Cabe ressaltar que o processo de institucionalização e o crescimento populacional trouxeram a necessidade da expansão dos cursos de Medicina, e, por consequência, a abertura do campo a novos agentes que não necessariamente fazem parte do perfil dos membros desse campo. A ANM alega problemas relacionados à intervenção do governo na atuação profissional dos médicos e também problemas com as novas faculdades criadas, acusadas de “degradar” o “padrão cultural e científico” do ensino médico em 1930¹². Nesse contexto de expansão de vagas no ensino de Medicina surge a EPM, futura Unifesp, em 1934.

A fundação da EPM coincide com outros fatores históricos importantes da década, como o advento de antibióticos e da penicilina, e do crescimento populacional vertiginoso na cidade de São Paulo provocado pela industrialização, que gerava grande demanda de médicos para o atendimento da população. A EPM se estabelece enquanto escola de Medicina privada 22 anos após a fundação da faculdade de Medicina da USP, como alternativa aos candidatos que foram recusados por esta, mesmo obtendo notas que lhes assegurariam o ingresso pelo concurso (MOTOYAMA, 2006, p. 471; RODRIGUES, 2008; p. 40). Soma-se a isso, também, o sistema de cátedras da USP, onde o número de médicos docentes era pouco, o que gerou insatisfação entre os médicos da instituição com competência para lecionar.

A EPM nasce por esforço de agentes em posições dominadas no campo, sejam professores, insatisfeitos com o sistema de cátedras, ou alunos que não ingressaram

¹¹ A ausência de um polo propriamente acadêmico forte no campo durante este período se deve pela também à importação parcial do modelo francês, uma vez que os embates não se fundamentam em bases científicas orientados pela posse de capital específico no campo, mas pelas relações pessoais nos debates científicos.

¹² As crises na expansão do campo médico, em geral, apelam para uma preocupação com a queda da qualidade da formação. Para além dos problemas apontados, são também, em alguma medida, estratégias dos agentes dominantes no campo da Medicina de conter a entrada de novos agentes diferenciados dos tradicionais.

na USP por falta de vagas. Uma das marcas do campo da Medicina são os atritos entre médicos antigos e novos, os agentes tradicionalmente dominantes e a vanguarda dominada. Os últimos chegam com novas percepções sobre o campo e disputam a legitimidade com os mais velhos dotados de visão menos progressista, onde prevalecem os critérios de admissão personalistas (CORADINE, 1997, p. 460)¹³.

A história da EPM está intimamente ligada às práticas comuns das elites paulistanas e sua relação com as causas humanitárias, de modo a inscrever suas histórias de vida na história da cidade de São Paulo (PULICI, 2014, p. 108-111). Octávio de Carvalho, principal organizador no manifesto pela EPM, era dotado de uma diversidade de capitais, sendo filho de um senador da República, conceituado médico clínico em São Paulo, formado pela tradicional Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e premiado por sua tese de doutoramento (SILVA, 2001, p. 549).

Quanto ao espaço em que se estabelece a EPM, trata-se de um projeto anterior de Joaquim Basílio Pennino de fundar um hospital dedicado a crianças deficientes, aproveitando a estrutura sanitária necessária à criação do hospital-escola, que já havia sido feita anteriormente e foi cedida como espaço para a criação da EPM. A construção do que seria o primeiro hospital-escola do país se dá em 1936 e é finalizada em 1940, quatro anos antes da finalização do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP).

Apesar de se impor enquanto uma instituição diferenciada, a EPM não se opõe ao sistema de cátedras da USP, reiterando a importância desta e afirmando que sua fundação se sustentava sob as mesmas bases intelectuais e fazendo uso do mesmo sistema (SILVIA, 2001, p. 551). A proposta de tornar-se um regime departamental surge apenas em 1949, tornando-se efetiva apenas em 1951, o que culminou em uma maior autonomia do campo da Medicina, uma vez que destitui a figura do catedrático que detinha o comando dos currículos. Desse modo, as decisões coletivas cabiam aos respectivos departamentos.

A EPM tornar-se-ia uma instituição federal cinco anos depois (1956) como solução para a crise financeira que vivia pelo próprio crescimento da EPM e do

¹³ A EPM surge como resposta às ações de conservação postas em práticas pelos agentes dominantes no campo médico, não sendo formada pelos perfis tradicionais, e, sobretudo, de dependência administrativa privada, financiada por alunos e professores. Trata-se de uma instituição dominada simbolicamente, ainda que o campo da Medicina se situe como um espaço de dominantes, comparado a outros campos. A EPM surge na forma de uma instituição vanguardista, pioneira em vários aspectos, sobretudo por seu caráter privado e autonomista.

hospital-escola. Soma-se a isso a importância da instituição e suas contribuições à cidade de São Paulo e ao país. Em 1964, planejava-se a criação do que seria uma Universidade Federal de São Paulo (UFSP), porém, com o golpe militar em 1964, a ideia em torno da UFSP foi descartada e a EPM transformada em um estabelecimento de ensino superior de natureza autárquica (RODRIGUES, 2008, p. 20). Ainda em 1965 seriam iniciados os programas de residência médica e, no ano seguinte, o curso de Ciências Biomédicas, compreendido como um setor mais acadêmico da área da saúde.

Em 1957 são fundados os conselhos de Medicina Federal e Estaduais, enquanto autarquias públicas (CORADINE, 1995, p. 18). Ao longo dos anos 60 surgem 36 novas escolas de Medicina, em sua maioria de administração privada (MACHADO, 1997, p. 54). Expansão que se dá como demanda das classes médias nas capitais e marca ainda mais o vínculo dos médicos com as metrópoles, além do desejo do aumento de vagas universitárias por parte de um empresariado interessado em investir no ensino de Medicina. Novamente são alegados problemas quanto à qualidade das novas faculdades e falta de devida fiscalização, o que culminou num movimento corporativo para a proibição da criação de novas escolas médicas.

Ainda com a suspensão da fundação de novas faculdades, em 1971, por decreto presidencial, o campo médico foi invadido por um contingente de 80 mil novos médicos de 1977 até 1987, sendo criados 100 mil novos empregos no Estado na forma de campanhas e ações públicas, que seriam ainda mais expandidas por políticas de fortalecimento ambulatorial pública (MACHADO, 1997, p. 87). A EPM se torna Unifesp apenas em 1994, ainda se atendo a sua especificidade de instituição focada na formação de quadros nas áreas da saúde, que duraria até 2004 com a inauguração das obras dos novos *campi*.

Observa-se que os médicos anseiam em se estabelecer enquanto um núcleo de profissionais liberais, tendo autonomia em sua rotina de trabalho e dos preços cobrados na prestação de serviços, ideal este que pode ser observado pela adoção do modelo estadunidense. Contudo, em diversos momentos as elites médicas recorrem ao Estado para instituir a regulação da criação de novas faculdades de medicina, o que contribui para a conservação social do campo médico. Os espaços de formação se tornam arenas de embate entre a conservação da tradição e a

inovação que reivindica seu lugar, ao mesmo tempo que se estabelecem estratégias de conservação e ascensão por partes dos agentes tradicionais e dos novos.

Além disso, existe a tendência de os médicos em geral iniciarem suas carreiras em hospitais públicos e depois migrarem para consultórios particulares (MACHADO, 1997, p. 128), lançando mão da conveniência e estabilidade de um emprego no setor público no início de carreira, ainda que de menor prestígio social se comparado à atuação particular clínica.

O CAMPO MÉDICO E A FACULDADE DE MEDICINA DA UNIFESP

O campo da medicina, apesar de alterações morfológicas significativas como a crescente feminização a partir dos anos 1990, consegue, em alguma medida, manter os parâmetros que orientam o ingresso de novos agentes, e o acesso a determinadas posições na hierarquia das especializações¹⁴. Na medida em que a área se torna mais “permeável”, a elite do campo sobe um degrau na hierarquia, no caso, na especialização que dá acesso aos círculos com maior rentabilidade em termos de estrutura de capitais, distribuído desigualmente entre os diferentes tipos de especialistas.

Tendo em mente apenas a questão financeira em relação à feminização do campo, a revista Exame publicou em 2014 um *ranking* dos 15 maiores salários na área médica¹⁵, onde figuram nos três primeiros lugares as especialidades de cirurgia plástica, ortopedia e cirurgião. Ao se observar os dados da demografia médica mais atualizados (SCHEFFER, 2018, p. 114) as áreas mencionadas são predominantemente masculinas, que também ocupam mais seis posições no ranking elaborado pela revista. No que diz respeito às especialidades de maioria feminina, estas são apenas três, e a primeira mais bem paga, dermatologia, ocupa apenas quinta posição no ranking.

Uma terceira variável de análise interessante seria cor, mas a demografia médica não dispõe dados quanto a esta variável. Observa-se que a abertura do campo universitário (hierarquia cultural) de fato reflete em uma mudança morfológica do

¹⁴ A Medicina brasileira tem tradição de valorização das especializações (MACHADO, 1997, p. 59).

¹⁵ Disponível em <<https://exame.abril.com.br/ciencia/os-15-maiores-salarios-na-area-medica/>>. Acessado em 02 de agosto de 2018.

profissional da medicina (hierarquia temporal), ainda assim, essa mudança está profundamente relacionada aos papéis sociais desses agentes (MACHADO, 1997, p. 155) áreas como cirurgia têm regredido no que tange ao número de cirurgias (FRANCO, 2010, p. 73).

A questão de renda em relação ao acesso não pode explicar em totalidade o direcionamento das escolhas dos agentes, sobretudo tendo em consideração que a medicina se trata, em geral, de uma profissão hereditária (BOURDIEU, 1996, p. 49). Os horizontes de possibilidades variam conforme aspectos sociais dos agentes na sua relação o *ethos* e *habitus* de outros membros do campo e suas posições (BOURDIEU, 2014. p. 82-84).

A Unifesp, neste contexto, trata-se de um espaço de formação desses novos quadros de membros do campo, e apesar da relativa autonomia do campo acadêmico, esta tende a reproduzir as características do campo profissional da medicina, ligado ao poder temporal. Os dados e entrevistas referidos a seguir são de um questionário aplicado aos alunos da faculdade de Medicina que ingressaram em 2016, respondido no segundo ano de graduação, considerando o desenvolvimento da vivência do mundo acadêmico, onde alguns se voluntariaram para participar das entrevistas. Estes dados e falas complementam algumas dimensões não avaliadas na primeira parte deste trabalho e permitem um adensamento da análise.

Em geral, os herdeiros se distinguem por seu perfil mais homólogo ao que se espera do campo da medicina. As principais diferenças quanto ao alunado se destacaram mais no que tange sua cor do que o gênero: dos alunos negros, apenas 13,3% ocupam a faixa de renda mais alta no questionário (acima de R\$9.370,00), contra 39,3% dos brancos. Além disso, 53% dos pais dos alunos negros não cursaram faculdade, sendo apenas 6,7% dos entrevistados que têm ambos os pais com graduação, não sendo nenhum deles formados em medicina. No caso dos alunos brancos, 52,5% dos pais são dotados de curso superior.

Apesar de maior poder de coerção, não se pode presumir que os dominantes tenham controle absoluto do campo (BOURDIEU, 1996, p. 52). Além disso, as minorias sociais que ingressam na faculdade de Medicina também não podem ser assim consideradas em seu sentido tradicional. Apesar das carências em relação aos

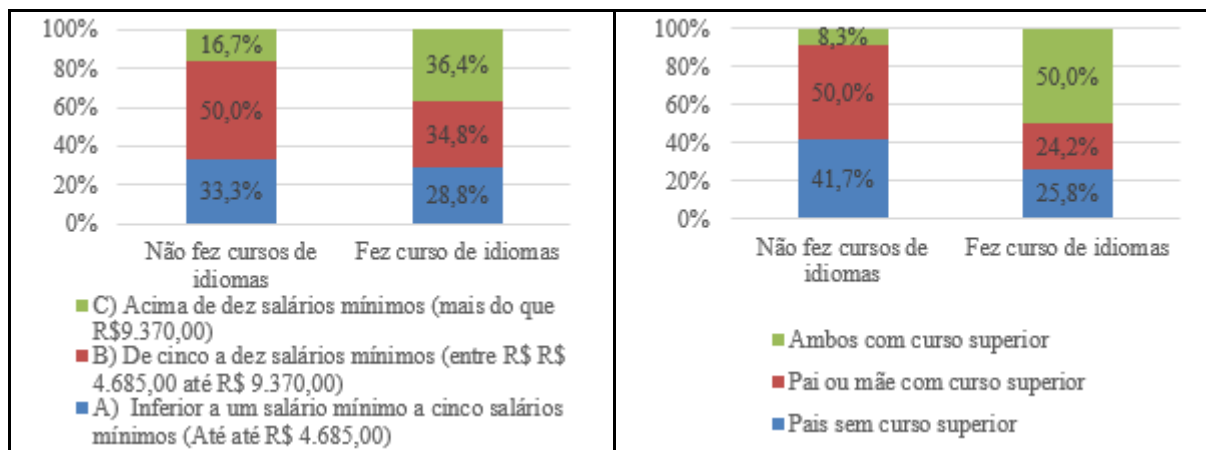
agentes tradicionais, estes buscam estratégias compensatórias para compor suas referências e seu patrimônio cultural.

Por exemplo, da parcela de alunos que estudou em escolas públicas (47,4%), a grande maioria (70,3%) estudou em colégios localizados no centro e em bairros mais urbanizados. Ainda, quanto à realização de ensino técnico, 43,5% dos alunos da primeira faixa de renda (até R\$ 4.685,00) realizou ensino médio técnico, contra apenas 3,8% dos que ganham mais do que R\$9.370,00. Trata-se da composição de estratégias alternativas dadas pela insegurança ao se pretender concorrer a uma posição que não é comum a sua origem social. O que indica que o ensino técnico se destina a frações temporalmente dominadas da sociedade, enquanto as dominantes focam exclusivamente em investimentos escolares que permitam o ingresso no curso e, uma vez nele, prosperar para além das questões acadêmicas.

Evidência disto é o investimento em cursos extraescolares, onde é possível observar que alunos cujos pais tenham feito curso superior aderem mais a tais oportunidades, em 61,3% dos casos, contra apenas 16,1% dos alunos cujos pais não cursaram o terceiro grau. São duas formas de uma mesma estratégia, a diversificação nos investimentos que formam a estrutura de capitais dos agentes, ainda que com objetivos muito diferentes.

A aquisição de atributos culturais, que à primeira vista soam como fortuitos, são diferenciais que se destacam entre agentes de um mesmo nível socioeconômico (BOURDIEU, 2007, p. 42), algo que fica claro ao analisar os investimentos em cursos de idiomas, que variam mais em virtude do capital cultural dos pais do que da renda familiar dos agentes:

GRÁFICOS 4 E 5 – CUSDO DE IDOMAS X RENDA E CURSO DE IDIOMAS X FORMAÇÃO DOS PAIS



X²: 1,880 - df: 2 - α : 0,391

Fonte: Elaboração Própria.

X²: 7,344 - df: 2 - α : 0,025

Os investimentos na aquisição de cultura extraescolar útil no campo acadêmico tendem a aumentar na medida em que aumentam a formação dos pais em virtude de um conhecimento das regras do campo universitário e dos requisitos tácitos impostos aos alunos para o ingresso em oportunidades ao longo da vida acadêmica como a iniciação científica (IC) ou extensão. Aspecto no qual o capital social parece ocupar um papel preponderante sobretudo em relação com instituições tradicionais da medicina como a Atlética, que representa o *ethos* e o *habitus* das alas tradicionais da faculdade e o contato com as alas dominantes do campo.

As diferenças sociais e de composição da estrutura patrimonial de capitais dos agentes marcam diferentes posições no que diz respeito aos seus posicionamentos e adesão de terminados grupos. As entrevistas apontam para uma polarização do alunado quanto a políticas públicas na área como o SUS, onde os alunos favoráveis ou interessados são chamados de “esquerdistas”. Além disso, há insegurança a respeito de eventuais sanções acadêmicas quanto a tomadas de posição, além de dificuldade de diálogo com os professores mais velhos.

A Atlética entra em contato com os alunos no dia da matrícula dos estudantes, apresentando a universidade, seu espaço e falando um pouco da vida acadêmica e de sua importância para a Unifesp. Segue que o ingresso e permanência na Atlética demanda o investimento financeiro da anuidade, compra de equipamentos e viagens, além do investimento pessoal de tempo treino em modalidades e reuniões, o que toma

bastante tempo da rotina apertada dos alunos, sobretudo os que residem em regiões periféricas.

Os entrevistados falam da coação para participar dos treinos, sendo que alguns ocorrem nos horários de aula. Aqueles que não tomam parte ou desistem das modalidades são classificados como *nerds* e alegam que os membros da Atlética, em geral, priorizam as atividades dela em detrimento das acadêmicas, incluindo as próprias aulas. No mais, os alunos também reclamam da aplicação de provas de anos anteriores e a divulgação de resumos destas, o que facilitaria as provas para os membros da Atlética.

Os membros veteranos da Atlética também costumam ter visões pejorativas do alunado de 2016 e das seguintes pela falta de engajamento na instituição, segundo as entrevistas, e que estes seriam “revoltados” ou “revolucionários” por questionarem as práticas tradicionais e pelos conflitos de interesse e visão de mundo, sobretudo na relação da vida acadêmica com a Atlética.

A participação (ou não) da Atlética não se trata apenas de uma escolha racional, mas implica também no alinhamento a determinadas práticas e posicionamentos, e uma forma de viver a vida acadêmica e enxergar o mundo (BOURDIEU, 2011, p. 88). Em geral, é uma visão forte entre as faculdades de maior reconhecimento no campo do poder temporal (BOURDIEU, 2007, p. 53) onde estão resquícios do surgimento do campo em que as carreiras da medicina eram amparadas nas relações pessoais, que se estende às oportunidades acadêmicas como participação de Ligas, IC e, mais tarde, nas residências médicas.

No que tange à extensão, as de maior disputa são as Ligas acadêmicas, de grande interesse aos alunos pela possibilidade de ter no currículo do curso vivências práticas antes do início da profissão, ou por abordar assuntos fora da grade curricular. As entrevistas apontam que fazer parte da Atlética é uma das questões no recrutamento para determinadas Ligas acadêmicas, como a Liga do Trauma, uma das mais tradicionais e reconhecidas, relacionada à área da ortopedia, reconhecida como uma carreira estável e de alto controle sobre a rotina de trabalho (MACHADO, 2007), além de altamente reconhecida pelo campo do poder temporal, sendo a segunda das 15 especialidades melhor remuneradas. Os entrevistados advindos de camadas sociais menos privilegiadas também falam das diferenças em relação aos membros

da Atlético, como espaços que frequentam, formas de se vestir, temas das conversas, entre outras.

Ainda que não seja determinante, isso se apresenta como um desdobramento do capital de relações dos agentes e a influência deste no recrutamento às oportunidades do curso, que por sua vez rentabilizam ainda mais este capital social, necessário para alçar a posições mais altas no campo. E, para tanto, questões como o capital financeiro se impõem para a participação nessas oportunidades, como pode se ver.

A isso soma-se também a adesão às ICs, que têm seu objetivo inicial, de vivência dos alunos da vida acadêmica, deturpado. Os entrevistados afirmam que, a princípio, participar de uma IC era visto como um diferencial para o ingresso nas residências, que por sua vez virou uma obrigação não institucionalizada na medida em que se acirraram as disputas pelos espaços de prestígio no campo. A residência médica se trata de uma modalidade de pós-graduação exclusiva da medicina, que visa à especialização em uma determinada área. Nas entrevistas, muitos alunos mostram ansiedade precoce com o ingresso nesta etapa, ainda distante.

As mudanças morfológicas do campo tornaram a residência médica um novo espaço de reconhecimento de dominância, e, neste bojo, modalidades como os chamados cursinhos para residência são criados, cobrando preços exorbitantes e que não preparam apenas com conteúdo acadêmico da faculdade de Medicina, mas identificam quem serão os entrevistadores das bancas de recrutamento da residência médica, quais falas e posicionamentos são mais profícuos no departamento no qual os candidatos desejam ingressar, reforçando o caráter de valorização dos especialistas na Medicina brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram debatidos alguns dos diversos princípios de hierarquização que se estabelecem no recrutamento social nas faculdades na dimensão horizontal, que diz respeito à escolha de curso, especificamente. Estes funcionam como forma de ratificação dos indícios de nobreza cultural e norteiam candidatos na medida em que estes fazem um cálculo médio de suas posições e possibilidades a partir de sua estrutura de capitais em relação aos membros do campo.

As características sociais desses agentes influenciam sua própria forma de vivência acadêmica, suas tomadas de posição e a “escolha” de destinos de especialização ou vivência da profissão ligada à faculdade na medida que esses mesmos critérios contribuem para a formação de um senso de pertencimento, ou não, àquele espaço, por sua semelhança. O ingresso desse novo perfil de agentes modifica as regras da disputa pelo discurso legítimo do campo da Medicina, bem como o significado da titulação de médico para a sociedade em um plano mais geral.

Mais do que apontar conclusões, a discussão aqui apresentada tem caráter exploratório e visa contribuir para o início do debate e levantar questões a serem tratadas mais a fundo por outros trabalhos, como o estabelecimento das relações entre as instituições, agentes dominantes e posições de dominância no campo, sejam elas profissionais ou acadêmicas, a partir da visão sociológica de recrutamento social e vivência desses agentes nas faculdades de medicina, homólogas, ou não, à Unifesp.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ana Maria F.; ERNICA, Mauricio. Inclusão e segmentação social no Ensino Superior público no Estado de São Paulo (1990-2012). **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 36, n. 130, p.63-83, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302015139672>.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Os Herdeiros e os bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 36, n. 130, p.85-100, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302015139538>.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Homo Academicus**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1992.

_____. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

CORADINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 35, p.3-22, jan-jun. 2005.

_____. Grandes famílias e elite 'profissional' na medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, [s.l.], v. 3, n. 3, p.425-466, nov. 1996. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59701996000300004>.

MACHADO, Maria Helena. **Os médicos no Brasil**: um retrato da realidade. Online: Editora Fiocruz, 1997.

MOTOYAMA, Shozo. **USP 70 anos**: Imagens de uma História Viva. São Paulo: Edusp, 2006.

PEROSA, Graziela Serroni; COSTA, Taline de Lima e. Uma democratização relativa? Um estudo sobre o caso da expansão da Unifesp. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 36, n. 130, p.117-137, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302015140518>.

PULICI, Carolina. Senso de dignidade social e outras especificidades de um habitus dominante. in Ciências Sociais em Diálogo, 2 Sociedades e suas Imagens. Org.: EL FAR, Alessandra; BARBOSA, Andrea e AMADEO, Javier. Editora FAP, Ed. 1, 2014.

SCHEFFER, M. et al. Demografia Médica no Brasil 2018. São Paulo, SP: FMUSP, CFM, Cremesp, 2018. 286 p. ISBN: 978-85-87077-55-4.

SILVA, Márcia Regina Barros da. O ensino médico em São Paulo e a criação da Escola Paulista de Medicina. **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, [s.l.], v. 8, n.

3, p.541-566, dez. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702001000400003>.

FOTOS

II SEMANA DA PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP





